

RELATÓRIO & CONTAS 2024



**BANCO INTERNACIONAL
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

DESDE SEMPRE · PARA SEMPRE

01	PRINCIPAIS INDICADORES	3	08	RECURSOS HUMANOS	51
02	MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	6	09	RESPONSABILIDADE SOCIAL	54
	“Desde sempre - para sempre”, um bem haja	9			
03	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS DO BISTP	10	10	ANÁLISE FINANCEIRA	57
	3.1 Visão, Missão e Valores	10		10.1 Componentes do Balanço	57
	3.2 Estrutura Acionista	11		10.2 Componentes da Demonstração de Resultados	58
	3.3 Órgãos Sociais	12			
	3.4 Marcos da Atividade	13	11	PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIB. DE RESULTADOS	60
04	ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO E FINANCEIRO	14			
	4.1 Contexto Internacional	14	12	RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA	61
	4.2 Contexto Nacional	21	13	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	63
05	ESTRATÉGIA DE NEG. E PRESENÇA GEOGRÁF. DO BISTP	29	14	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	67
	5.1 Estratégia e Modelo de Negócio	29	15	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	109
	5.2 Presença Geográfica e Canal de Distribuição	31			
06	PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2024	32			
	6.1 Banca de Retalho: Particulares	32			
	6.2 Banca Corporativa: Empresas e Instituições	37			
	6.3 Banca Eletrónica e Digital (Cartão de Déb. e e-Banking)	41			
07	GESTÃO DE RISCO	44			

The background features a large, light blue circular graphic with a central square cutout, resembling a stylized 'G' or a gear. The top-left corner is filled with a complex, low-poly pattern in shades of orange and yellow. The bottom-right corner features a similar low-poly pattern in shades of green. Scattered throughout the background are several small, light blue icons, each consisting of two interlocking circles.

1

PRINCIPAIS INDICADORES

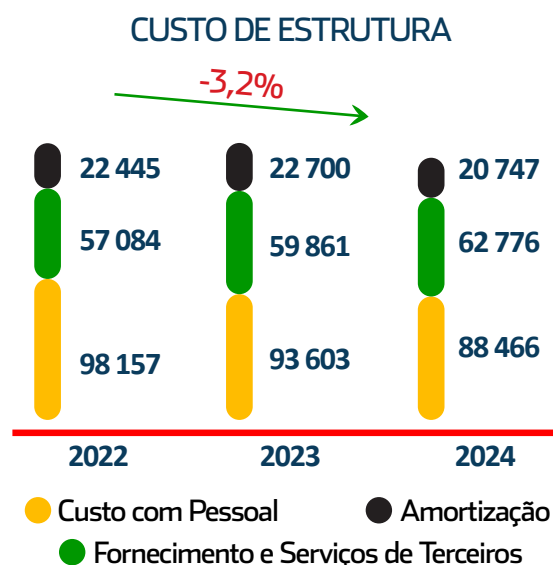
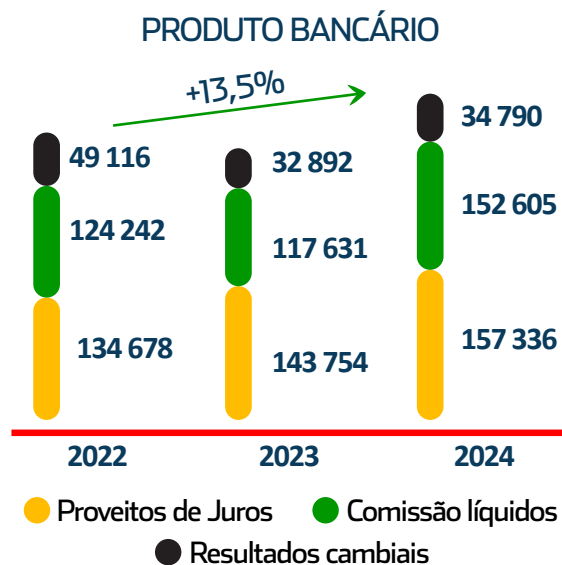
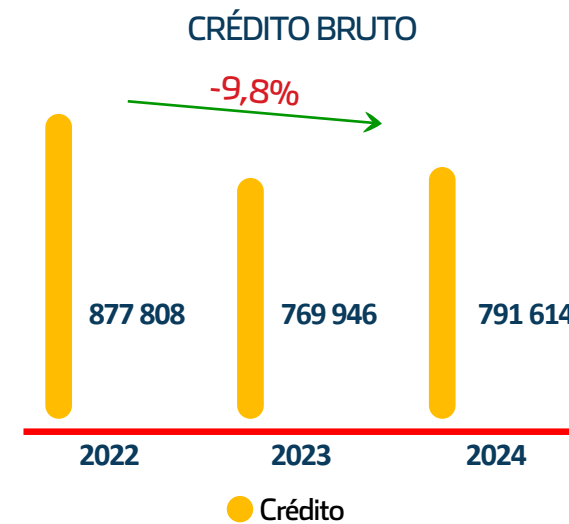
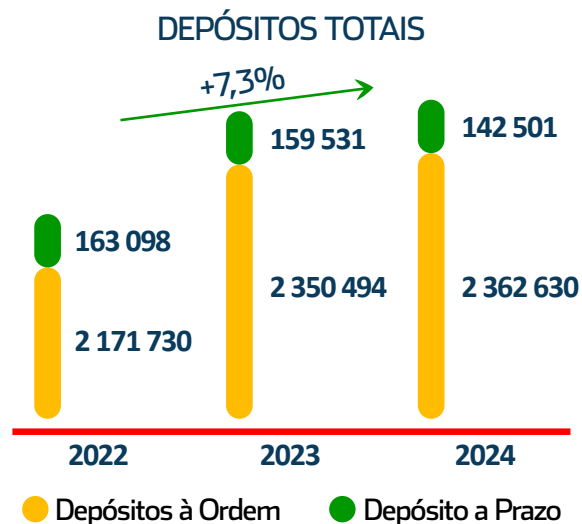
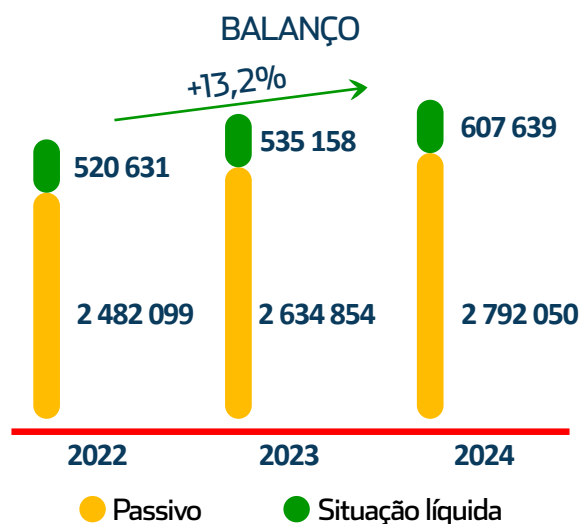
1. PRINCIPAIS INDICADORES

EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO BANCÁRIO

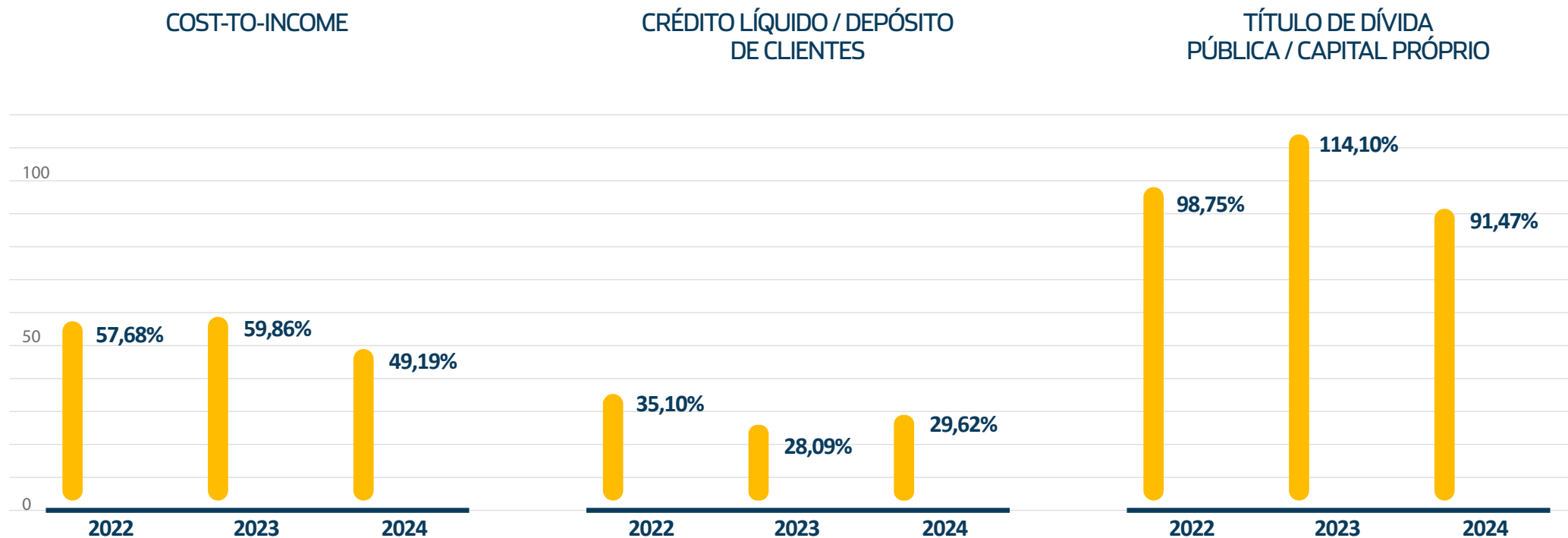
VALORES EXPRESSOS EM DOBRAS	2022	2023	2024	VARIÇÃO HOMÓLOGA	
				2023 Vs. 2022	2024 Vs. 2023
Volume de Negócio	3.295.907.213	3.375.318.625	3.558.134.812	2,41%	5,42%
Crédito a Clientes	877.808.614	769.945.957	791.614.107	-12,29%	2,81%
Recursos de Clientes	2.336.048.435	2.510.025.112	2.505.131.199	7,45%	-0,19%
Crédito Documentário	20.540.879	66.603.756	231.449.024	224,25%	247,50%
Garantias Bancárias Prestadas	61.509.286	28.743.800	29.940.482	-53,27%	4,16%
Balanço					
Ativo Líquido	3.002.729.156	3.170.011.805	3.399.689.002	5,57%	7,25%
Crédito Líquido	819.966.179	705.066.020	724.189.594	-14,01%	2,71%
Recursos de Clientes	2.336.048.435	2.510.025.112	2.505.131.199	7,50%	-0,19%
Situação Líquida	520.630.545	535.158.104	607.638.519	2,79%	13,54%
Resultados					
Margem Financeira	134.678.010	143.754.275	157.335.777	6,74%	9,45%
Margem Complementar	173.357.774	150.523.415	192.279.940	-13,17%	27,74%
Produto Bancário	308.035.784	294.277.690	349.615.717	-4,47%	18,80%
Resultado de Exploração	152.793.991	140.814.342	198.373.732	-7,84%	40,88%
Resultado antes de Imposto	130.337.178	70.094.092	93.841.887	-46,22%	33,88%
Resultado Líquido	95.170.171	44.342.424	55.747.181	-53,41%	25,72%
Rácios					
ROE	18,28%	8,29%	9,17%	-9,99% p.p	+0,89% p.p
ROA	3,17%	1,40%	1,64%	-1,77% p.p	+0,24% p.p
Margem Financeira/ Activo	4,49%	4,53%	4,63%	+0,05% p.p	+0,09% p.p
Margem Complementar/ Produto Bancário	56,28%	51,15%	55,00%	-5,13% p.p	+3,85% p.p
Rácio de Eficiência (Cost-to-Income)	57,68%	59,86%	49,19%	+2,18% p.p	-10,67% p.p
Capitais Próprios/ Activo	17,34%	16,88%	17,87%	-0,46% p.p	+0,99% p.p
Rácio de Transformação					
Crédito Líquido/Depósitos	35,10%	28,09%	28,91%	-7,01% p.p	+0,82% p.p
Títulos de Dívida Pública/Capital Próprio	98,75%	114,10%	91,47%	+15,88% p.p	-22,63% p.p
Crédito Vencido/ Crédito a Clientes	9,70%	12,04%	12,81%	+2,34% p.p	+0,78% p.p
Provisão para Crédito Vencido/Crédito Vencido	67,94%	70,01%	65,47%	+2,07% p.p	-4,54% p.p
Solvabilidade	42,89%	37,06%	33,22%	-5,83% p.p	+3,85% p.p
Liquidez	59,47%	61,73%	67,45%	+2,26% p.p	+5,47% p.p
Nº de Empregados	145	138	137	-4,83%	-0,72%
Nº de Agências	11	10	10	-9,09%	0,00%
(Crédito + Depósitos) / Agência	286.910.419	321.509.113	324.134.058	12,10%	0,82%
(Crédito + Depósitos) / Empregado	21.916.768	23.297.762	23.659.420	7,08%	1,55%

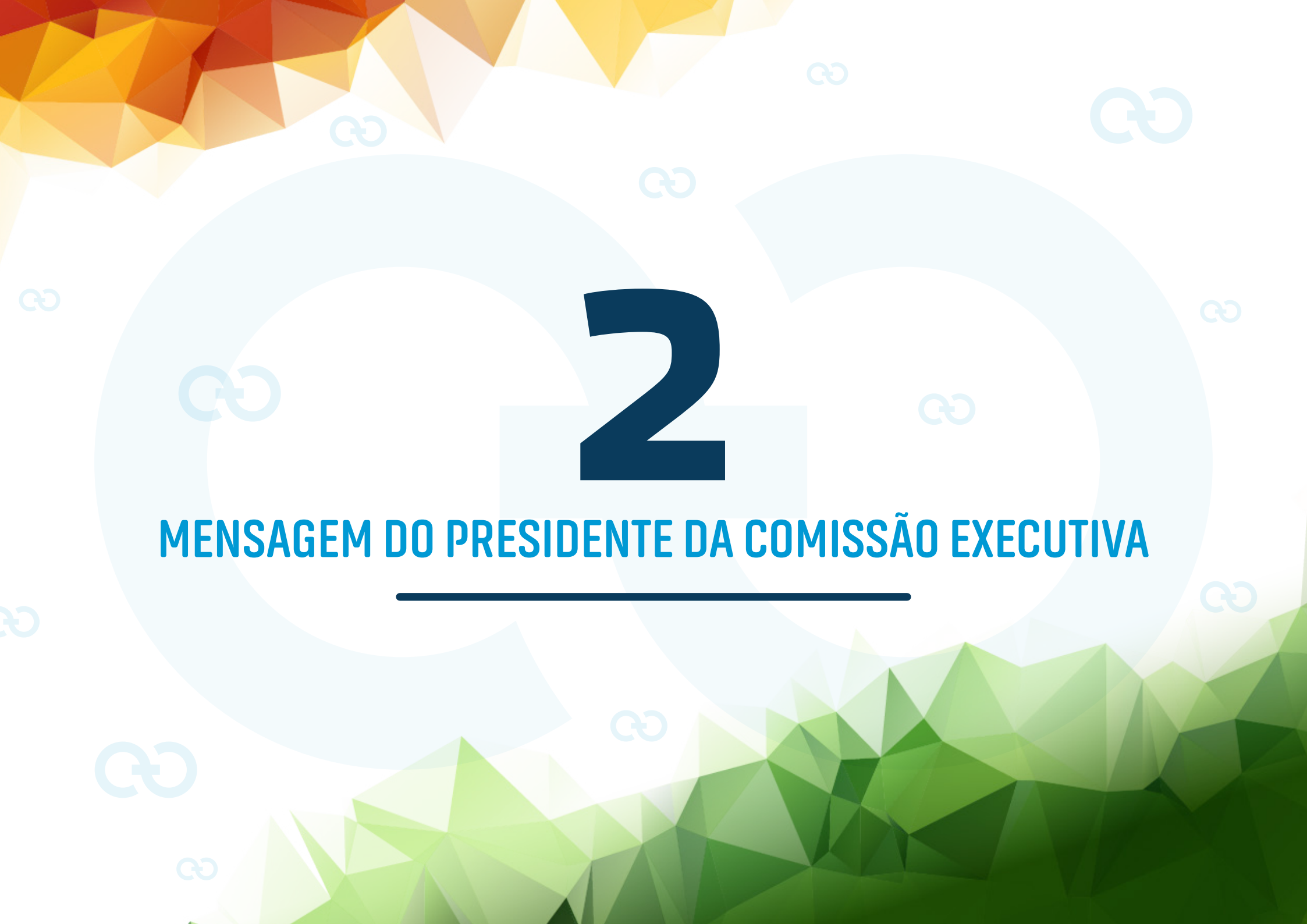
SÍNTESE DA PERFORMANCE E ACTIVIDADE

(Valores em milhares dobras)



SÍNTESE DA PERFORMANCE E ACTIVIDADE



The background features a large, light blue stylized number '2' in the center. The top-left corner is decorated with a complex, low-poly pattern in shades of orange and yellow. The bottom-right corner has a similar low-poly pattern in shades of green. Scattered throughout the background are several small, light blue icons, each consisting of two interlocking circles.

2

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

2. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

O ano de 2024, à imagem dos anteriores, ficou caracterizado por uma conjuntura de grande incerteza e aumento do risco ao nível global.

Os persistentes conflitos militares, na Europa e no Médio Oriente, continuam a impulsionar a incerteza e o receio de uma escalada de violência para um nível mais global. Neste mundo de divergências cada vez mais acentuadas, em que são mesmo colocadas em causa as instituições que, no pós segunda guerra mundial, permitiram uma base relativamente sólida para a paz e desenvolvimento no mundo, esta evolução no sentido divergente, centrada no individualismo e em posicionamentos cada vez mais nacionalistas e extremistas, não deixa antever, infelizmente, nada de bom.

A intensificação dos conflitos, a perda de importância da diplomacia e o reforço dos orçamentos militares à escala global são sinais que acentuam a incerteza e aumentam os receios, provocando perturbações nas cadeias de produção e distribuição a nível mundial, que se refletem no aumento do custo das matérias-primas, com impacto negativo principalmente para os países fortemente dependentes de importações.

O ano foi também caracterizado pelo início de mudança da política monetária

por parte dos principais bancos centrais, com destaque para a Fed e o BCE, que iniciaram a redução gradual das taxas de juros diretoras, seguindo a dinâmica da taxa de inflação. Entretanto, a retração mais lenta da inflação, em particular nos Estados Unidos, limitou uma política de corte de taxas de juro mais acentuada no curto prazo, o que acabou por favorecer a permanência do capital no mercado de renda fixa em detrimento do mercado de renda variável.

Para as economias mais vulneráveis, e essencialmente importadoras como é caso de S. Tomé e Príncipe, a conjuntura internacional de 2024 acabou por continuar a influenciar negativamente os indicadores macroeconómicos, com destaque para a inflação, muito influenciada pelo custo dos produtos importados, que apesar de um abrandamento, permaneceu elevada, tendo-se fixado em 11,6%, segundo os dados do BCSTP.

Para além dos eventos externos com impacto negativo na dinâmica económica de S. Tomé e Príncipe, juntam-se também eventos internos, que contribuíram para condicionar ainda mais a economia e os negócios.

O histórico desequilíbrio comercial com o exterior, resultante de um nível de exportação que cobre apenas 16% das importações, originando um relevante

défice comercial, continua a constituir um dos principais desafios para o País, relativamente à sua capacidade de assegurar o abastecimento do mercado. Apesar de um ainda insuficiente nível das exportações, o forte crescimento da exportação de bens registado ao longo do ano, que representou um crescimento de 48% face a 2023, de acordo com os dados da balança comercial publicados pelo Banco Central, merece nota de destaque. O cacau continua a ser o principal produto de exportação, e o aumento do preço desta matéria-prima no mercado internacional contribuiu positivamente para este crescimento.

No entanto, o nível de reservas internacionais líquidas permaneceu em níveis críticos ao longo de 2024, abaixo do limite mínimo pretendido.

Do ponto de vista da execução orçamental, o País também enfrentou enormes desafios, com o registo persistente de um nível de receitas internas que não cobrem satisfatoriamente as despesas correntes e despesas de investimento, originado assim uma situação recorrente de défice orçamental, e consequentemente um condicionalismo relativamente à execução plena do programa do governo.

Num país que continua a necessitar de apoio externo, o acordo para o novo programa de assistência técnica e financeira com o FMI anunciado em finais de 2024 foi um sinal positivo.

Ciente das dificuldades, o Banco Central adotou um conjunto de medidas de políticas cambial e macroprudenciais, através de normas de aplicação permanentes (NAP 06/2024 e 07/2024), que terá impacto relevante na atividade dos bancos comerciais, com perda de receitas e custos de operação

acrescidos.

O mercado financeiro recebeu novos operadores, com uma fintech e um novo banco comercial no mercado. É um bom sinal de dinamismo e interesse no mercado.

Apesar do bom registo no desempenho económico, como se poderá verificar nas contas do presente relatório, o Banco registou um evento de risco operacional, o qual obrigou à criação de provisões, com impacto na diminuição do resultado líquido de 2024 e correção dos resultados de 2023. Ainda que o Banco permaneça sólido, este evento lembra-nos a necessidade de esforços contínuos para reforçar a cultura da organização em matérias como a identificação e controlo de riscos operacionais e o controlo interno.

Garantidos os interesses dos clientes, como sempre, seremos implacáveis na defesa dos interesses do Banco, colaborando com as autoridades judiciais até à condenação e, esperamos, punição exemplar dos responsáveis.

Perspetivas e compromissos para 2025

A nível internacional, infelizmente, os sinais não são positivos. A evolução dos primeiros meses de 2025 mostrou-nos um mundo mais individualista e menos cooperante. Princípios e instituições que ajudaram a reerguer o mundo após a segunda grande guerra, não só não evitaram o ressurgimento de conflitos, como estão mesmo a ser colocados em causa nesta chamada nova ordem mundial. Neste clima de incerteza global, onde os fenómenos climáticos extremos se acentuam, com consequências por vezes devastadoras, as economias mais frágeis e vulneráveis perante choques externos, como São

Tomé e Príncipe, irão continuar a enfrentar dificuldades acrescidas.

Internamente, o BISTP identifica-se como o banco são-tomense de proximidade às comunidades locais, mantendo uma forte presença por todo o território nacional, na distribuição e reinvestimento do lucro gerado no país, contribuindo não só para levar os serviços financeiros a todos, mas também na empregabilidade e desenvolvimento social local. É nesta perspetiva que inaugurámos no dia 3 de março de 2025 mais uma agência, em Neves, no distrito de Lembá. E não vamos ficar por aí, pois já estamos a trabalhar no sentido de estender a nossa presença local também à cidade de Angolares na zona sul do País.

Mantemos bem vivo o objetivo de ter pelo menos uma agência do Banco em cada Distrito do país. Nesta estratégia não nos movem critérios economicistas, face aos avultados investimentos realizados, mas sim o desígnio de proporcionar às populações acesso de proximidade a serviços financeiros, contribuindo para o seu bem-estar, para a sua inclusão, para a melhoria da informação e da literacia financeira, para a promoção do empreendedorismo local e para a melhoria das condições de vida das populações. É esse compromisso, de sermos um Banco de todos e para todos, que nos move e inspira.

Sabemos que o futuro é digital, mas também sabemos que nem todos caminham ao mesmo ritmo. Por isso, a nossa estratégia não é de exclusão, mas sim de inclusão: queremos estar presentes através de todos os canais, garantindo que cada cliente pode escolher a forma como quer relacionar-se com o Banco. Seja presencialmente, seja através de soluções digitais modernas, estaremos sempre ao lado dos clientes.

O BISTP conhece como nenhum outro o país e sabe que tem de apoiar o crescimento e o desenvolvimento local, ao ritmo das populações. Só desenvolvendo e melhorando a economia local e o acesso aos serviços básicos, será possível fixar as populações, construindo riqueza e melhorando o bem-estar de todos.

Esta proximidade física permite-nos não só conhecer melhor a realidade socioeconómica de cada distrito, como também adaptar as nossas soluções às necessidades específicas de cada comunidade. Este conhecimento profundo do território é um dos nossos maiores ativos e uma vantagem que nos diferencia.

Por tudo isto, não só continuamos a assegurar a nossa presença local, o que nos permite um melhor conhecimento do país e das suas condições sociais, económicas, demográficas e culturais, conhecimento esse que nos capacita e desafia a criar as condições de apoio para o desenvolvimento das comunidades, como continuamos, em simultâneo, a investir em meios tecnológicos, que nos permitem proporcionar também os serviços digitais de que muitos clientes já não prescindem.

É neste equilíbrio entre o velho e o novo, entre as raízes e a modernidade, entre a presença próxima e a acessibilidade digital, que acreditamos estar o segredo da solidez e longevidade do Banco.

Por isso, não obstante anteciparmos uma conjuntura desafiante em 2025, o BISTP, à imagem do seu passado, renova o seu compromisso e mantém o seu foco nos valores e princípios que lhe têm permitido, ao longo da sua existência, ser a principal instituição financeira do mercado.

Assim, para 2025, o foco estratégico será mantido na busca contínua de maiores níveis de eficiência, na garantia da segurança dos nossos Clientes e Colaboradores, e na busca do aumento do volume de negócios e rentabilidade, apoiando os projetos individuais e das empresas, procurando contribuir para a dinamização económica do país, mas também através de investimento em tecnologias que permitam uma gestão e operacionalidade cada vez mais eficientes.

Em cada novo ano, não obstante os desafios, renovamos sempre a nossa ambição e compromisso em ser um motor de desenvolvimento económico e social em S. Tomé e Príncipe. E também por isso, o BISTP continuará atento às necessidades e expectativas do mercado, procurando disponibilizar produtos e serviços financeiros a preços apelativos, que atendam às aspirações de cada segmento de cliente e promovam maior inclusão financeira e apoio à economia.

Por fim, como sempre, termino deixando os nossos sinceros agradecimentos, em nome do Conselho de Administração, aos nossos stakeholders, clientes, colaboradores, parceiros e acionistas, que ano após ano têm contribuído para que o Banco siga cumprindo com mérito a missão para a qual foi criado, que é a geração de valor, num contexto de sustentabilidade, para todos e para o País.

“Desde sempre - para sempre”, um bem haja.

The background features a large, light blue circular graphic with a thick border. In the top-left corner, there is a cluster of orange and yellow triangles. In the bottom-right corner, there is a cluster of green triangles. Scattered throughout the background are several small, light blue icons, each consisting of two interlocking circles.

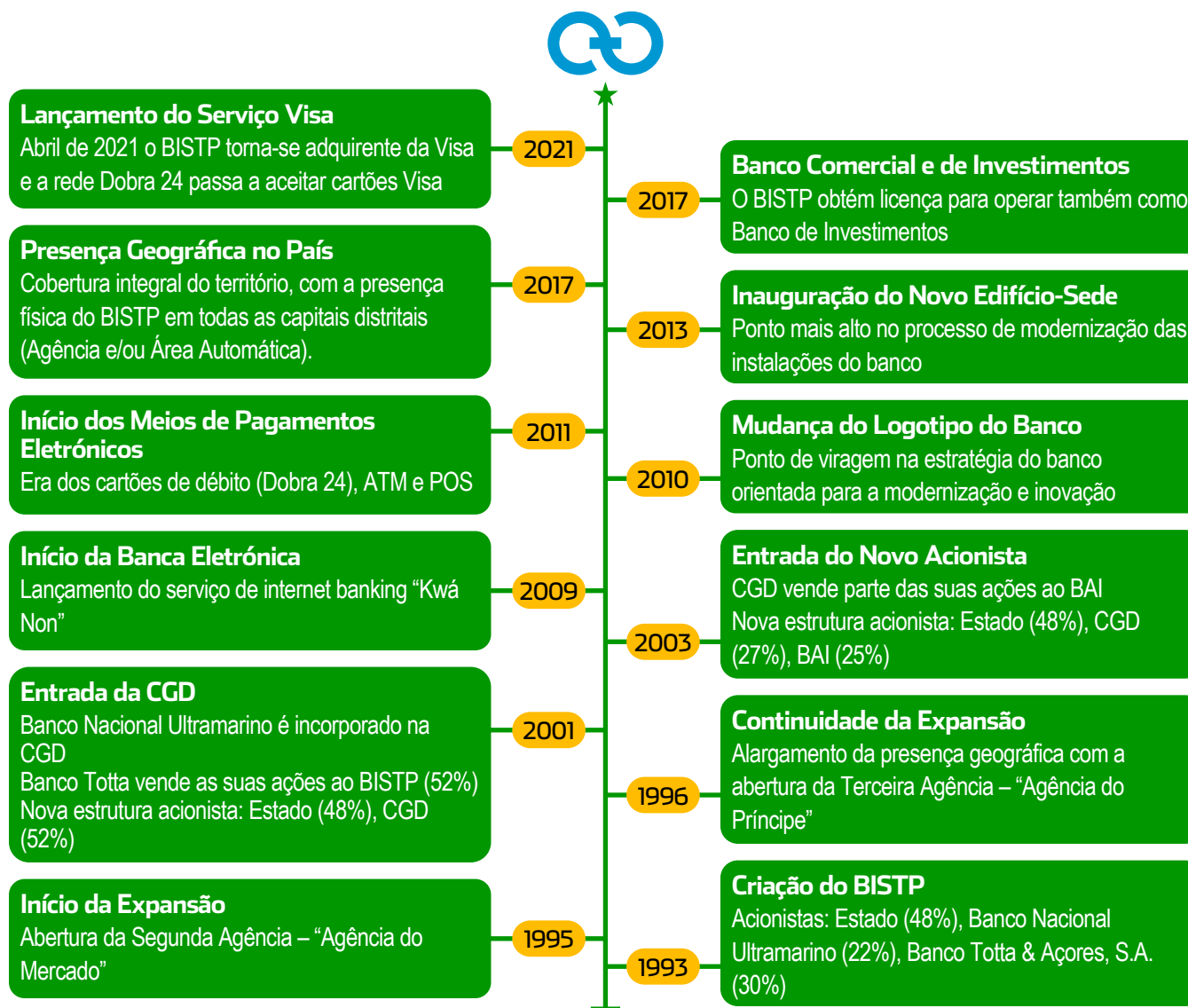
3

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS DO BISTP

3. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

3.1 VISÃO, MISSÃO E VALORES

Como primeiro Banco comercial no mercado nacional, a história do BISTP confunde-se com a história moderna do sistema financeiro de S. Tomé e Príncipe. O BISTP tem sido um pilar fundamental no sistema financeiro em S. Tomé e Príncipe, e tem renovado todos os anos o seu compromisso de continuar a ser a referência no sistema financeiro nacional em termos de solidez, transparência, integridade, profissionalismo, inovação, inclusão, conduzido pela sua Visão do papel do banco, Missão que se propõe realizar e os Valores que defende.

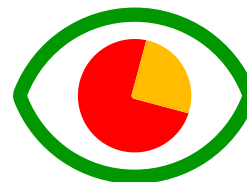


Mais de 30 anos participando na construção de um sistema financeiro sólido, inovador e mais inclusivo, levando os serviços financeiros a todos.



MISSÃO

Contribuir de modo imperativo para o desenvolvimento econômico e social nacional, levando os serviços financeiros cada vez mais próximo da população.



VISÃO

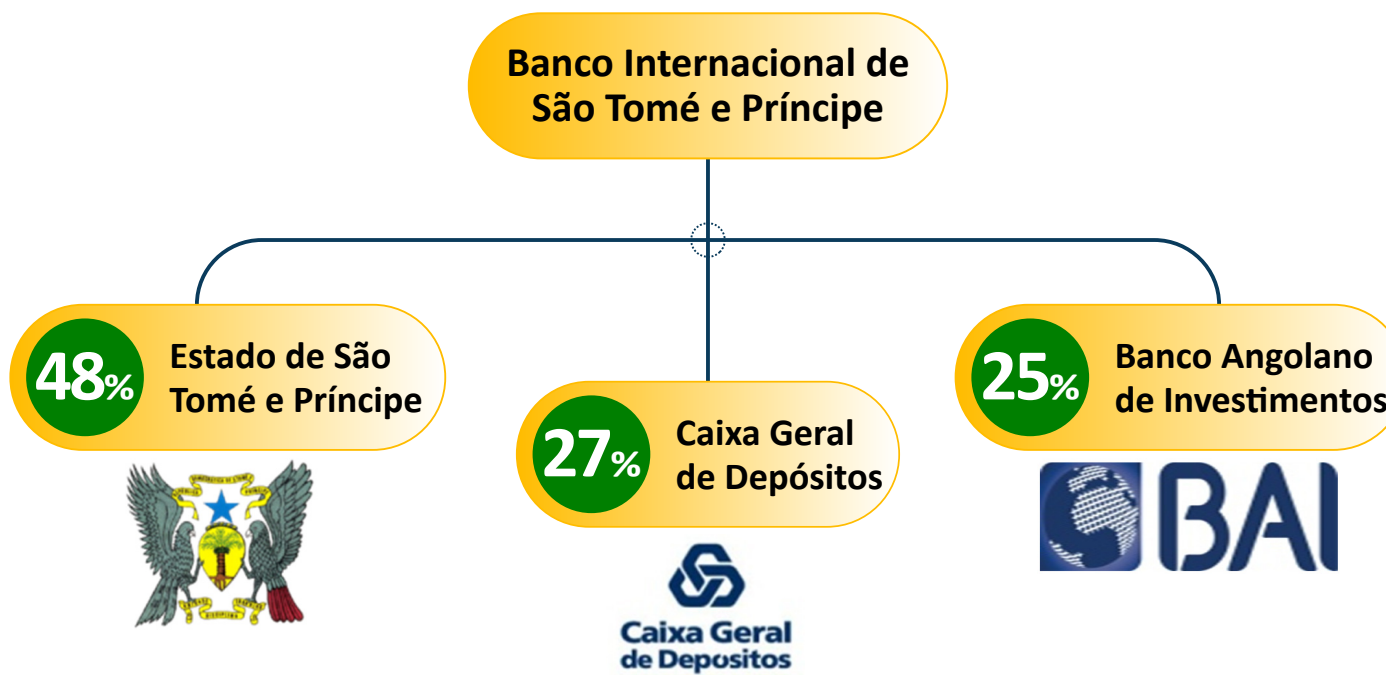
O BISTP almeja ser um modelo de solidez financeira, rigor, transparência, eficiência operacional e responsabilidade social no mercado nacional. Ser deste modo, o melhor banco misto, que constrói e consolida relações de confiança e lealdade com colaboradores, clientes, acionistas e da sociedade.

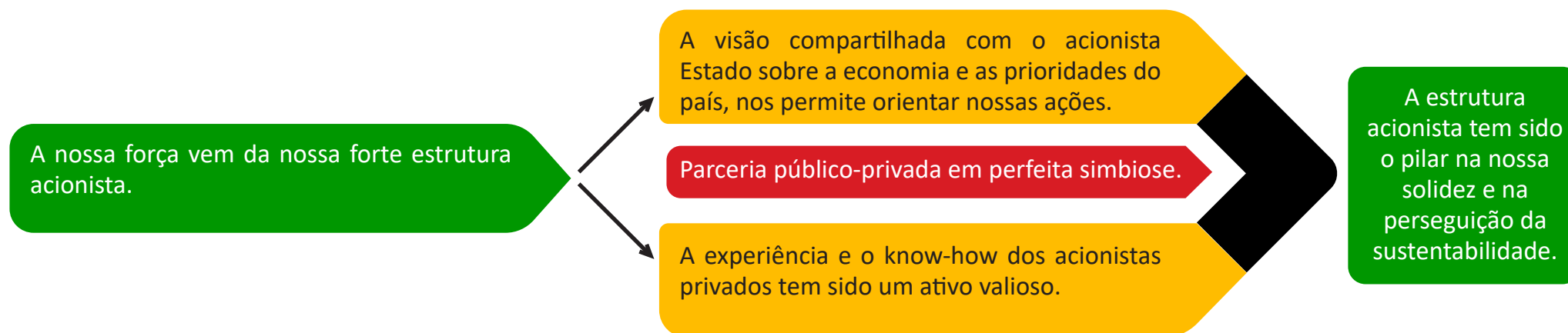


VALORES

Ética	Integridade
Competência e Excelência	Responsabilidade organizacional, social e ambiental

3.2 ESTRUTURA ACIONISTA





3.3 ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral:

Nuno Ricardo dos Santos Jorge da Pena - Presidente
 Danilo Guadalupe Pereira de Lima - Secretário
 Ebb Rosa Conde Lopes Col soul - Secretária

Conselho de Administração:

Nelson Lombá Fernandes - Presidente
 Francisco José Pinguínha da Piedade - Vogal
 Afonso da Graça Varela da Silva – Vogal
 Lucamba Magalhães - Vogal
 Vasco António de Almeida Alves Ribeiro- Vogal
 Zembo Rafael da Silva Rebelo e Macedo - Vogal

Comissão Executiva:

Francisco José Pinguínha Piedade - Presidente
 Afonso da Graça Varela da Silva - Administrador Executivo
 Lucamba Magalhães - Administrador Executivo

Conselho Fiscal:

João Miguel Pacheco de Sales Luis - Presidente
 João Cândido Soares de Moura Oliveira Fonseca - Vogal
 Arlindo Ramos -Vogal

3.4 MARCOS DA ATIVIDADE

Março 2024

31º Aniversário do BISTP, assinalado com a distribuição de brindes aos Clientes e bolo comemorativo em todas as Agências em simultâneo às 11h00.

Realização de uma feira Promocional de Produtos/Serviços do BISTP;

No Dia Mundial do Consumidor, comemorado no dia 15, o Banco Central de São Tomé e Príncipe e as Instituições Financeiras que operam no País (Bancos e Seguradoras) realizaram uma feira de auscultação das reclamações/sugestões sobre as possíveis lacunas do Sistema Financeiro no serviço à população em São Tomé e Príncipe;

Na Semana Global do Dinheiro, entre os dias 18 a 22, foram realizados ciclos de debates em vários distritos do País e nos meios de comunicação social, sobre os meios eletrónicos de Pagamentos e canais eletrónicos.

Junho 2024

Apoio ao Comité Paralímpico de São Tomé Príncipe, para a participação de 4 atletas são-tomenses nos Jogos Paralímpicos em Paris.

Julho 2024

Patrocínio à Fundação da Criança e da Juventude para a Orquestra do Projeto Rizoma;

Patrocínio à Roça Mundo-Associação para a Cultura e Desenvolvimento-Cacau para a X Bienal de Arte e Cultura de STP, sob o tema “À (Re) Descoberta de Nós”.

Setembro 2024

Apoio ao Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género (INPG) para a Celebração do Dia da Mulher São-tomense (17 de

setembro) na comemoração dos 50 anos da sua institucionalização;

Apoio à Agência de Promoção do Comércio e Investimento para a realização do Fórum de Investimento em São Tomé e Príncipe, realizado no Hotel Praia.

Outubro 2024

Apoio à Federação de Xadrez de São Tomé e Príncipe (FEXA-STP) para participação na 45ª Edição das Olimpíadas de Xadrez com seleções feminina e masculina;

Apoio à Paróquia Nossa Senhora de Lourdes para apoio à construção de uma cozinha no Centro Renascer;

Realização de Palestras em várias localidades em alusão ao Dia Mundial da Poupança com a participação de todas as Instituições Financeiras (Banco Central, BISTP, Afriland Bank, Ecobank, BGFI Bank, as Seguradoras SAAR e NICON e as instituições de microcrédito, Fast Credit e Credial).

Novembro 2024

Apoio à produção de documentário televisivo da série “AFRIKANDO” sobre São Tomé e Príncipe, exibida na RTP África.

Dezembro 2024

Patrocínio à 27ª Edição da Feira do Empreendedor MOVE em que o BISTP se fez representar com uma banca para divulgar produtos/serviço e participou numa mesa redonda com vários convidados, discutindo e promovendo a capacidade empreendedora. Foi um evento com entrevistas a casos de sucesso, workshop sobre empreendedorismo e que culminou com a apresentação de pitch dos alunos e entrega de Prémios.

Apoio à UNEAS – União dos Escritores e Artistas São-tomenses, para o prémio do vencedor do concurso “Paçu Fiá Glêza”.

The background features a large, light blue circular graphic with a thick border, resembling a stylized 'G' or a partial ring. Scattered around this central element are several small, light blue icons of two interlocking circles. The top-left corner is filled with a complex, low-poly geometric pattern in shades of orange and yellow. The bottom-right corner features a similar low-poly pattern in shades of green. The overall design is clean and modern, with a focus on geometric forms and a limited color palette.

4

ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO E FINANCEIRO

4. ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO E FINANCEIRO

4.1 CONTEXTO INTERNACIONAL

Em 2024, assistimos a um abrandamento da economia mundial, à medida que os efeitos associados às políticas monetárias restritivas se manifestaram na sua plenitude.

Após os principais bancos centrais terem concluído o ciclo de subidas de taxas no combate à inflação, e em face dos sinais de abrandamento da atividade económica, o mercado registou cortes significativos de taxas por parte do Banco Central Europeu (BCE) e da Reserva Federal (FED), para afastar um cenário de recessão.

A economia americana, mais dinâmica e direcionada para setores de alto valor acrescentado, resistiu à recessão, enquanto a Europa, com o seu motor (a Alemanha) a meio gás e com a continuidade da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, teve dificuldades para fugir a um cenário recessivo.

Resumindo, o ano de 2024 caracterizou-se pela incerteza dos mercados e volatilidade de preços, com muitos e diversificados fatores de risco. O conflito no Médio Oriente não teve recuo e contagiou uma zona já por si bastante

instável. A China teve dificuldades para acelerar a sua economia, visto que as medidas que no passado funcionaram, como o aumento da despesa pública e privada, parecem estar esgotadas nos seus efeitos e a transformação de uma economia predominantemente exportadora para uma economia de consumo interno demora o seu tempo. O combate à inflação poderá não estar concluído e recentemente assistimos ao ressurgimento das preocupações sobre os custos energéticos e logísticos, com o acentuar dos ataques de pirataria em vários pontos do globo, que podem provocar aumentos significativos nos custos do transporte de mercadorias.

Não menos importantes foram as eleições políticas ao longo de 2024, que trouxeram surpresas e preocupações a curto e médio prazo, que culminaram com a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA), cujo programa político colocou a Europa sob pressão e em incerteza sobre o futuro de várias instituições internacionais, incluindo a Aliança Atlântica (NATO).

ZONA EURO

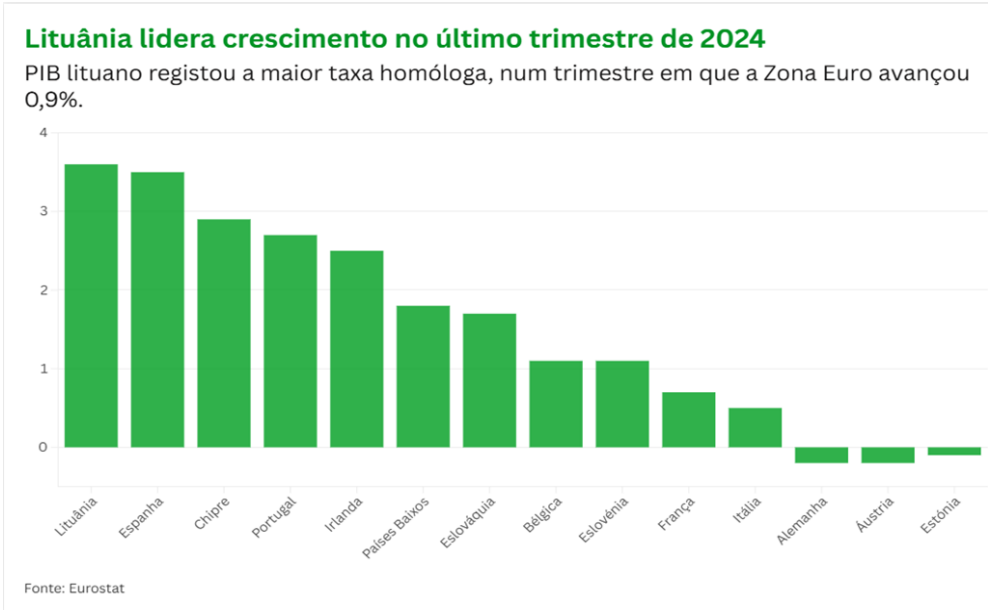
A economia europeia continua a apresentar sinais de fragilidade e a necessitar

de estímulos. Segundo uma estimativa divulgada pelo Serviço Estatístico Europeu (Eurostat), o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 0,7% na Zona Euro (ZE) e 0,8% na União Europeia (UE) no ano de 2024. A Eurostat indica também que o PIB dos países da zona euro cresceu 0,9% e o PIB do conjunto dos 27 Estados-Membros cresceu 1,1% no quarto trimestre de 2024, face ao mesmo período de 2023. Devido a este fraco nível de atividade económica europeia, o BCE decidiu reduzir as taxas de juros por 4 vezes, para estimular a economia, incentivando a despesa, o investimento e o aumento do crédito na dinamização do mercado imobiliário.

As taxas de crescimento do PIB foram positivas para nove países, destacando-se a Lituânia, a Espanha e Portugal. De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o PIB português cresceu 1,9%, desempenho acima da média europeia, assumindo o papel de impulsionador da economia da ZE à boleia do turismo, imigração e menores custos energéticos.

Por outro lado, as economias da Alemanha e da França, as duas maiores economias do bloco, registaram contrações superiores ao previsto, reforçando as preocupações com a persistente fragilidade económica na região. No caso da Alemanha, considerada o motor económico da Europa, a queda foi de 2% do PIB, sendo o segundo ano consecutivo de contração da sua economia. Observou-se um declínio nos setores da construção, um aumento da concorrência para a indústria exportadora alemã nos seus principais mercados, custos elevados de energia e níveis altos nas taxas de juro. Este declínio económico da Alemanha foi um dos grandes fatores que ditou a queda da coligação tripartidária em novembro, acrescentando assim instabilidade política. No caso da economia francesa, embora esta tenha crescido 1,1% em 2024, ficou marcado pela contração de 0,1% no quarto trimestre, colocando

incerteza sobre a consistência do crescimento registado.



A taxa de inflação na Zona Euro acelerou, em termos homólogos, 2,4% em dezembro de 2024 e, segundo dados da Eurostat, o valor corresponde a um aumento de 2 décimas face ao mês anterior. Para esta subida, terão contribuído sobretudo os preços dos serviços e da energia, cuja variação homóloga regressou aos valores positivos após quedas desde o verão.

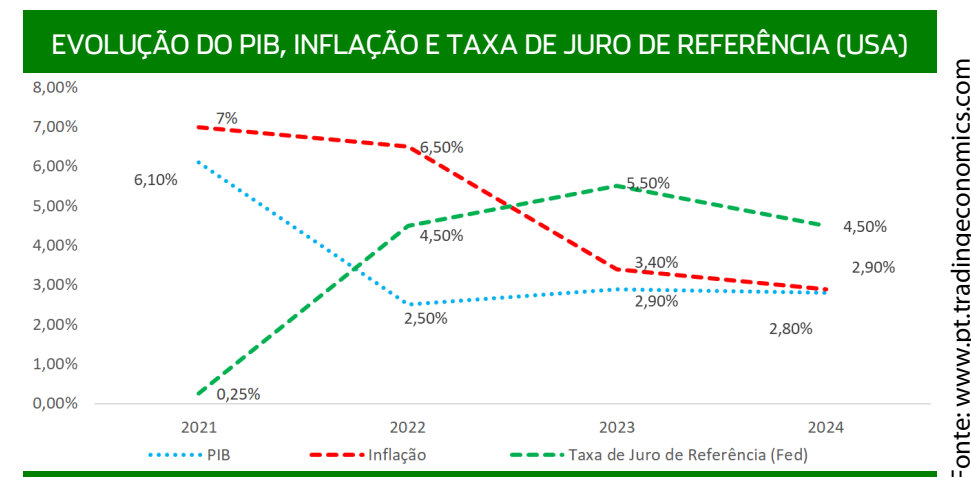
As incertezas políticas em vários países europeus, juntamente com a crise da indústria automóvel na Alemanha e a ameaça tarifária de Donald Trump, contribuíram para as perspetivas económicas sombrias. O euro teve uma depreciação em relação ao dólar americano, permanecendo em baixa durante todo o ano.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A economia dos Estados Unidos da América cresceu num ritmo sólido no fim de 2024, impulsionada pelos gastos dos consumidores, que mais do que compensaram os impactos negativos da greve no fabricante de aviões Boeing e de um investimento significativamente menor do governo. Além disso, as importações diminuíram, o que contribuiu positivamente para o cálculo do PIB.

Segundo o Bureau of Economic Analysis (BEA), que é o órgão que mede o PIB dos EUA, a economia norte-americana cresceu 2,8%. No entanto, este resultado representa uma desaceleração de 0,1 ponto percentual da atividade económica em relação a 2023, quando cresceu 2,9%.

A Federal Reserve (Fed) decidiu manter a taxa de juro na faixa entre 4,25% e 4,50%, interrompendo o ciclo de cortes iniciados anteriormente. Jerome Powell, presidente da organização, afirmou que o Comité de Política Monetária aguarda mais avanços no combate à inflação, antes de retomar possíveis reduções nos juros.



PAÍSES EMERGENTES

BRASIL

De acordo com o Índice de Atividade Económica do Banco Central do Brasil, o PIB da economia brasileira teve uma expansão de 3,2% em 2024, mostrando uma aceleração da economia em relação a 2023, quando houve uma expansão menor de 2,9%.

Segundo informações do Banco Central, o ritmo de crescimento da economia brasileira foi mantendo o dinamismo ao longo do ano, em particular o consumo das famílias e a taxa de investimentos esteve a um ritmo bastante intenso. O mercado de trabalho manteve-se robusto, registando-se uma queda do desemprego, atingindo um patamar mínimo histórico, aumentando o número de empregos formais. Quanto ao nível de procura interna, destaca-se o crescimento do consumo e o ritmo de recuperação dos investimentos que evoluíram positivamente, contrabalançando a contribuição negativa vinda do setor externo.

Do lado da oferta, a expansão da indústria e dos serviços mais que compensou o recuo na atividade agropecuária em 2024. Na indústria, o crescimento foi impulsionado pela recuperação da transformação e da construção. A aceleração no ritmo de crescimento do setor de serviços refletiu o crescimento das atividades de comércio, informação e comunicação e dos serviços prestados às famílias.

CHINA

O Escritório Nacional de Estatística (NBS) da China revelou que o PIB chinês teve um crescimento de 5%, resultado que supera as expectativas de analistas que previam um crescimento em torno de 4,9%. Mas esta é a menor taxa registada em três décadas, excluindo o período do Covid, prejudicada pelo declínio do consumo.

O setor imobiliário, um pilar tradicional da economia chinesa, está em crise. Esta desaceleração pesa muito no desempenho económico do país. Apesar das medidas de estímulo, o consumo continua tímido, um sinal de preocupação persistente com a segurança do emprego e rendimentos futuros. Embora a taxa de desemprego tenha ficado abaixo dos valores de 2023, a China tem ainda 5,1% da sua população sem trabalho.

ÍNDIA

A economia da Índia deverá ter crescido 6,4% no ano de 2024, segundo estimativas divulgadas pelo Escritório Nacional de Estatísticas, abaixo da previsão inicial do governo, que era de 6,5%.

A previsão para o crescimento do consumo privado, que representa cerca de 58% do PIB, é de uma expansão de 7,3% em 2024/25, superior ao crescimento de 4% no ano anterior. Já o investimento privado terá crescido 6,4%, uma desaceleração em relação ao aumento de 9% no ano passado.

Setores como a manufatura e a construção também terão desacelerado. A manufatura, que representa cerca de 17% do PIB, tinha uma previsão de crescimento de 5,3%, abaixo dos 9,9% registados no ano anterior. A construção

civil, por sua vez, previa crescer 8,6%, uma desaceleração em relação aos 9,9% do ano fiscal de 2023/24. Já a produção agrícola, responsável por cerca de 15% do PIB e que emprega mais de 40% da força de trabalho, terá crescido 3,8%, uma recuperação de apenas 1,4% relativamente ao ano anterior.

ÁFRICA DO SUL

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projetou um crescimento lento do PIB da África do Sul, de 0,8%, no ano de 2024. A África do Sul tem atravessado uma situação económica difícil, com o fornecimento instável de energia, o estrangulamento no transporte de carga e na logística em geral, o elevado desemprego, que conjugam para as restrições ao crescimento económico do país. Algumas reformas estruturais e de investimentos fixos, bem como o corte nas taxas de juro, acabaram por aumentar os gastos dos consumidores, essenciais para permitir o crescimento da economia, embora tímido.

ÁFRICA SUBSAARIANA

O Banco Mundial (BM) previu que a economia da África Subsaariana tenha crescido 3,2% no ano de 2024, contra 2,9% em 2023, embora abaixo da previsão feita pelo BM. Esta prestação abaixo do previsto reflete o violento conflito no Sudão e desafios específicos de alguns países que influenciaram a recuperação económica em 2024.

A maioria dos países registou um abrandamento do crescimento dos preços, apesar da inflação continuar elevada. A inflação, que tem registado valores historicamente altos desde a pandemia de covid-19, teve trajetórias diversas

na região. Nos casos da Etiópia, Nigéria e Angola, foram registados persistentes aumentos de preços, refletindo forte depreciação das suas moedas.

Países como Angola, Guiné Equatorial e República Centro-Africana enfrentaram um nível baixo de crescimento do rendimento per capita, abaixo da taxa de crescimento médio dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento. Estima-se que muitas economias da região terão muita dificuldade para recuperar os níveis de crescimento anteriores à pandemia, o que significa que estas economias terão perdido vários anos no avanço do rendimento per capita e na redução da pobreza.

Os rácios de dívida pública, de um modo geral, estabilizaram, e vários países emitiram Eurobonds, pondo termo a um período de quase dois anos durante os quais a região não teve acesso aos mercados internacionais de capitais. Contudo, nem todas as circunstâncias são favoráveis, e os riscos exibem uma tendência negativa. A contração do financiamento continua a afetar os governos da região, que se debatem com a escassez de novos financiamentos, elevados custos na dívida financeira existente e reembolsos iminentes de dívida. Face a estes desafios, os países da África Subsaariana precisarão de mais apoio da comunidade internacional, orientado particularmente para reformas na administração pública, investimentos em infraestruturas e setores estruturantes da economia, para construir um futuro mais inclusivo, sustentável e próspero.

Para os países africanos lusófonos, a última estimativa do BM relativamente ao crescimento do PIB em 2024, previu um crescimento de 5% na Guiné-Bissau, anteviu uma expansão de 4,9% em Cabo Verde, de 4% em Moçambique, 2,9% para Angola, ao passo que para São Tomé e Príncipe previu uma estagnação

económica.

PERSPETIVAS PARA 2025

A economia mundial deve crescer 2,7% em 2025, segundo previsões do Banco Mundial, enquanto as economias em desenvolvimento irão estabilizar nos 4% de crescimento, sendo a mais baixa perspetiva de crescimento de longo prazo desde 2000.

Segundo o último relatório sobre Perspetivas Económicas Globais do Banco Mundial, o ritmo de crescimento da economia mundial é insuficiente para promover o desenvolvimento económico sustentado, reforçar a recuperação dos rendimentos per capita e compensar os danos causados por vários anos de sucessivos choques negativos.

Existem riscos nesse crescimento, nomeadamente relacionados com incertezas relativas às políticas comerciais e fragmentação do comércio, pelo que são necessários esforços para assegurar o comércio e lidar com as vulnerabilidades da dívida pública.

O Banco Mundial sublinha que, mesmo com a estabilização da economia global nos próximos anos, a expectativa é que as economias em desenvolvimento registem um progresso mais lento rumo aos níveis de rendimento das economias avançadas. O crescimento das economias em desenvolvimento abrandou após a crise de 2008, tendo também sido afetado pela pandemia e pelas restrições ao comércio global verificadas em 2024.

O relatório observa que as economias em desenvolvimento podem enfrentar sérios obstáculos. A alta incerteza política global pode minar a confiança dos

investidores e restringir os fluxos de financiamento. O aumento das tensões comerciais pode reduzir o crescimento global. A inflação persistente pode atrasar os cortes esperados nas taxas de juro. No entanto, a economia global também pode atingir resultados melhores que os esperados especialmente se os seus principais motores, os EUA e a China, conseguirem ganhar força. Na China, medidas de estímulo adicionais podem impulsionar a procura e nos EUA, a robustez das despesas das famílias pode resultar num crescimento maior que o esperado, com efeitos benéficos para as economias em desenvolvimento.

Segundo o FMI, o PIB na Zona Euro poderá conhecer em 2025 uma ligeira aceleração, devido a desafios estruturais e externos. Prevê-se que cresça em 1%, refletindo uma fraca recuperação das despesas de consumo e a continuação da pressão sobre o setor industrial. É provável que a inflação estabilize em cerca de 2%, apoiada pela descida dos preços dos serviços, mas a dinâmica global continuará a ser bastante frágil.

Para os Estados Unidos da América, a perspetiva é que 2025, seja um ano positivo, apesar da incerteza sobre o impacto do comércio e de outras políticas que podem ser adotadas pelo novo governo de Donald Trump. Com as empresas otimistas e consumidores ainda a gastarem, prevê-se que o PIB tenha um crescimento de 2,3%, embora abaixo dos 2,8% registados em 2024.

Apesar dos riscos, o cenário global dos países emergentes para 2025 mantém-se otimista, com avanços significativos em inovação tecnológica e crescimento em setores chave. No entanto, as tensões comerciais, custos de financiamento elevados e disrupções tecnológicas continuam a ser pontos críticos. É esperado que o crescimento se mantenha nos 4,1% para o grupo de

economias emergentes.

Para a China, o FMI ajustou a sua perspetiva de crescimento para 4,6% graças a uma série de iniciativas futuras de estímulos. A revisão em alta por parte deste organismo leva em consideração a transição do ano anterior, com as iniciativas fiscais anunciadas fornecendo um contrapeso à volatilidade provocada por mudanças na política comercial e pela desaceleração no setor imobiliário.

A Índia continuará a liderar o crescimento económico, com um aumento de 6,7% do PIB. O setor dos serviços é o mais importante setor de crescimento da economia indiana, não descurando a produção industrial de tecnologia de ponta, como eletrónica, agroindustriais, informática e biotecnologia.

Prevê-se que a África Subsaariana registe um crescimento económico de 4,1% em 2025. Este crescimento é atribuído à diminuição das pressões inflacionistas, à melhoria das condições financeiras e ao aumento dos investimentos em setores críticos. No entanto, a trajetória económica da região permanece vulnerável às incertezas políticas e aos riscos relacionados com o clima. Espera-se que as duas maiores economias da região (África do Sul e Nigéria), beneficiem das reformas em curso. As melhorias económicas da África do Sul dependerão da resolução dos cortes de energia, enquanto as da Nigéria se concentram na criação de um mercado cambial mais eficiente.

TABLE 1.1 Real GDP¹

Percent change from previous year unless indicated otherwise)

Percentage-point differences
from June 2024 projections

	2022	2023	2024	2025f	2026f	2024e	2025f	2026f
World	3.2	2.7	2.7	2.7	2.7	0.1	0.0	0.0
Advanced economies	2.8	1.7	1.7	1.7	1.8	0.2	0.0	0.0
United States	2.5	2.9	2.8	2.3	2.0	0.3	0.5	0.2
Euro area	3.5	0.4	0.7	1.0	1.2	0.0	-0.4	-0.1
Japan	0.9	1.5	0.0	1.2	0.9	-0.7	0.2	0.0
Emerging market and developing economies	3.7	4.2	4.1	4.1	4.0	0.1	0.1	0.1
East Asia and Pacific	3.4	5.1	4.9	4.6	4.1	0.1	0.4	0.0
China	3.0	5.2	4.9	4.5	4.0	0.1	0.4	0.0
Indonesia	5.3	5.0	5.0	5.1	5.1	0.0	0.0	0.0
Thailand	2.5	1.9	2.6	2.9	2.7	0.2	0.1	-0.2
Europe and Central Asia	1.6	3.4	3.2	2.5	2.7	0.2	-0.4	-0.1
Russian Federation	-1.2	3.6	3.4	1.6	1.1	0.5	0.2	0.0
Türkiye	5.5	5.1	3.2	2.6	3.8	0.2	-1.0	-0.5
Poland	5.3	0.1	3.0	3.4	3.2	0.0	0.0	0.0
Latin America and the Caribbean	4.0	2.3	2.2	2.5	2.6	0.4	-0.2	0.0
Brazil	3.0	2.9	3.2	2.2	2.3	1.2	0.0	0.3
Mexico	3.7	3.3	1.7	1.5	1.6	-0.6	-0.6	-0.4
Argentina	5.3	-1.6	-2.8	5.0	4.7	0.7	0.0	0.2
Middle East and North Africa	5.4	1.7	1.8	3.4	4.1	-1.0	-0.8	0.5
Saudi Arabia	7.5	-0.8	1.1	3.4	5.4	-1.4	-2.5	2.2
Iran, Islamic Rep. ²	3.8	5.0	3.0	2.7	2.2	-0.2	0.0	-0.2
Egypt, Arab Rep. ²	6.6	3.8	2.4	3.5	4.2	-0.4	-0.7	-0.4
South Asia	5.8	6.6	6.0	6.2	6.2	-0.2	0.0	0.0
India ²	7.0	8.2	6.5	6.7	6.7	-0.1	0.0	-0.1
Bangladesh ²	7.1	5.8	5.0	4.1	5.4	-0.6	-1.6	-0.5
Pakistan ²	6.2	-0.2	2.5	2.8	3.2	0.7	0.5	0.5
Sub-Saharan Africa	3.8	2.9	3.2	4.1	4.3	-0.3	0.2	0.3
Nigeria	3.3	2.9	3.3	3.5	3.7	0.0	0.0	0.0
South Africa	1.9	0.7	0.8	1.8	1.9	-0.4	0.5	0.4
Angola	3.0	1.0	3.2	2.9	2.9	0.3	0.3	0.5
Memorandum items:								
Real GDP¹								
High-income countries	2.9	1.7	1.7	1.8	1.9	0.0	-0.1	0.0
Middle-income countries	3.7	4.6	4.3	4.3	4.1	0.1	0.2	0.0
Low-income countries	5.1	3.0	3.6	5.7	5.9	-1.4	0.4	0.4
EMDEs excluding China	4.2	3.5	3.5	3.8	3.9	0.0	-0.2	0.0
Commodity-exporting EMDEs	3.3	2.6	2.8	3.2	3.4	0.0	-0.2	0.2
Commodity-importing EMDEs	3.9	5.0	4.7	4.5	4.2	0.0	0.2	-0.1
Commodity-importing EMDEs excluding China	5.3	4.6	4.3	4.4	4.6	-0.1	-0.2	-0.1
EM7	3.3	5.1	4.6	4.2	3.9	0.1	0.2	-0.1
World (PPP weights) ³	3.4	3.2	3.2	3.2	3.2	0.1	0.0	0.0
World trade volume⁴	5.9	0.8	2.7	3.1	3.2	0.2	-0.3	-0.2

4.2 CONTEXTO NACIONAL

Em São Tomé e Príncipe, o ano de 2024 foi mais um ano em que o país teve de enfrentar grandes desafios macroeconómicos, incluindo a elevada necessidade de importação de combustível, o limitado potencial exportador e baixo nível de reservas internacionais, resultando dificuldades acrescidas na importação de bens essenciais. Verificou-se um grande choque na balança de pagamentos que vem desde o início do ano transato e que tem gerado um enorme défice de financiamento externo. A economia evidencia muitas fragilidades e vulnerabilidades face aos choques e dependência externas, o que tem condicionado o crescimento da economia e a melhoria dos indicadores macroeconómicos, como a inflação, que se mantém em níveis elevados (11,7% em 2024).

Segundo afirmações do Governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), o crescimento económico de São Tomé e Príncipe em 2024 ficaria abaixo de 1%, embora fosse esperada uma aceleração gradual, que atingiria 3,1% no final de 2025. Afirmou ainda que era esperada uma estabilização dos preços ao longo dos próximos anos, estimando-se uma redução da inflação para 10,9% em 2024, e a sua manutenção ao nível de 5%, à médio prazo.

O ano foi de muitos desafios, mas termina com a abertura de uma perspetiva mais positiva, sublinhando o alcance do acordo de assistência técnica e financeira com o FMI, o que abre expectativas mais otimistas para 2025 e os anos subsequentes. Este acordo assenta num ambicioso processo de reformas para reestruturar a economia e garantir a estabilidade macroeconómica e, em paralelo, estabelecer as bases para uma recuperação económica mais célere, sólida e inclusiva.

Destaca-se ainda o processo de transformação estrutural em curso que assenta em reformas no setor energético, com impacto esperado no curto prazo, além de reformas estruturais de médio prazo que vão permitir uma transição para energia verde. Isto não só permitirá libertar o potencial de crescimento sem gerar desequilíbrios orçamentais, mas de igual forma, assegurar uma menor exposição de reservas internacionais líquidas às flutuações dos preços internacionais do crude, bem como à necessidade de importação de hidrocarbonetos.

A necessidade de reposição das reservas externas em níveis recomendados para suportar a âncora cambial, levaram o BCSTP a alterar a lei cambial, criando a obrigatoriedade dos Bancos Comerciais venderem ao BCSTP, de forma compulsória, 25% das divisas provenientes do exterior.

POLÍTICA

O Presidente dos Estados Unidos da América, nomeou Abigail Dressel Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária para Angola e São Tomé e Príncipe. Diplomata de carreira, a Ministra Conselheira Abigail Dressel desempenhava desde 1 de agosto de 2022, o cargo de vice-chefe de Missão na Embaixada dos EUA em Buenos Aires, Argentina, depois de ter ocupado o mesmo posto na representação diplomática em Moçambique.

Na habitual mensagem de fim de ano, o Presidente da República, Eng.º. Carlos Vila Nova, afirmou que o ano de 2024, foi complicado para o país e para a maioria dos são-tomenses. O Eng.º Carlos Vila Nova defendeu que há que potenciar as oportunidades que emergem do acordo realizado com o FMI para resolver problemas estruturais, fazer crescer a economia e baixar os índices de

pobreza. O Chefe de Estado acrescentou que a conjuntura do país não conheceu melhorias significativas e os problemas sociais continuaram a agravar-se. A emigração desregrada agudizou-se, com todas as consequências decorrentes, onde o desemprego e a falta de oportunidades continuam a ser a principal justificação, sobretudo nos jovens.

EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA

Dados dos Banco Mundial, preveem que o crescimento real do PIB para S. Tomé e Príncipe, de 1,1% em 2024, atinja quase 3,6% em 2026, impulsionado por exportações agrícolas mais fortes, pelo crescimento do turismo, pela expansão dos projetos de desenvolvimento de infraestruturas e pelas reformas energéticas.

O Plano Orçamental mantém-se deficitário, prevendo-se que atinja um déficit de 2,0% do PIB em 2024, mas deverá melhorar a médio prazo com a retoma dos desembolsos de subvenções externas, o impacto total da aplicação do IVA e a consolidação orçamental prevista. As pressões inflacionistas abrandaram a partir do segundo trimestre de 2024 e prevê-se que a inflação se situe em 16,1% em 2024, à medida que o Banco Central torna as condições de liquidez mais rigorosas, prevendo-se que desça para 7,5% em 2026.

O défice da balança corrente mantém-se elevado em 2024, mas prevê-se que melhore lentamente a médio prazo, à medida que o défice comercial se reduz, suportado pela implementação das reformas energéticas previstas e pela subsequente diminuição das importações de combustíveis, da chegada de mais turistas ao País e do crescimento das exportações agrícolas.

As reservas internacionais continuaram a diminuir em 2024, para financiar as importações de combustíveis, pondo em risco a frágil situação macroeconómica do País e a sua capacidade de importação de bens e serviços. Prevê-se que as reservas internacionais melhorem a médio prazo com a retoma do financiamento externo e a implementação de reformas no sector da energia.

No entanto, as perspetivas económicas estão expostas a uma incerteza considerável e há riscos de deterioração dos níveis atuais. Os atrasos na aplicação de reformas urgentes poderão comprometer ainda mais a situação orçamental e as reservas de divisas do Governo. A reduzida disponibilidade de financiamento externo, a continuação de perturbações nas cadeias de abastecimento mundiais e os desafios relacionados com o clima, poderão enfraquecer as perspetivas de crescimento de São Tomé e Príncipe e impedir ainda mais a redução dos níveis de pobreza.

No princípio do ano de 2024, a França disponibilizou dois milhões de euros para financiar o OGE e para tirar as reservas externas da linha vermelha em que se encontravam. A assinatura do acordo de financiamento sinalizou a retoma das ações de cooperação bilateral entre os governos de França e São Tomé e Príncipe, após vários anos de paralisia. Este apoio veio permitir financiamento à proteção social, a informatização do setor dos impostos, projetos de apoio ao setor privado, e mais importante ainda, o reforço dos recursos do governo em matéria de reservas cambiais.

O Japão aumentou a ajuda alimentar a São Tomé e Príncipe, com um novo programa traduzido no fornecimento de arroz, avaliado em cerca de 2 milhões de euros, um aumento de quatrocentos mil euros em relação ao programa

anterior. O Embaixador do Japão para São Tomé e Príncipe, Noguchi Shuji, destacou que o seu país pretende contribuir para a implementação da agenda prioritária do desenvolvimento sustentável com o governo são-tomense, na redução da pobreza e promoção do crescimento económico, a fim de impulsionar o desenvolvimento do País.

A petrolífera brasileira Petrobrás passou a marcar presença no setor em São Tomé e Príncipe, com a aquisição de partes de interesses participativos detidos pela Shell, em três blocos da Zona Económica Exclusiva (ZEE), sendo 45% no bloco-10, 25% no bloco- 11 e 45% no bloco-13. Assim, São Tomé e Príncipe continua a manter os 15% em cada um dos três blocos.

O Banco Mundial anunciou ações visando apoiar o crescimento do setor turístico em São Tomé e Príncipe, com um projeto avaliado em oito milhões de dólares repartido em vários anos. O Ministro da Economia, Disney Ramos, reiterou que o governo do País tem o turismo como setor estratégico para impulsionar a economia e que este projeto visa a requalificação de locais turísticos, na promoção de São Tomé e Príncipe como destino turístico, na melhoria de infraestruturas, capacitação dos técnicos e formação, sobretudo em línguas estrangeiras.

Após dois anos de negociações, São Tomé e Príncipe alcançou o acordo com o Fundo Monetário Internacional. O Conselho de Administração do FMI aprovou um programa de 40 meses, no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado, no valor de 24 milhões de dólares, cerca de 23 milhões e meio de euros.

Como parte do acordo, um desembolso inicial de 5 milhões de dólares deverá ser desbloqueado com efeito imediato, cerca de 4,8 milhões de euros. Contudo, o FMI alerta que os montantes restantes só serão disponibilizados ao

longo do programa, condicionados a avaliações semestrais. O plano de reformas proposto pelas autoridades de São Tomé e Príncipe tem como objetivo restabelecer a estabilidade macroeconómica, proteger os mais vulneráveis e lançar as bases para um crescimento mais rápido e inclusivo.

As medidas incluem reformas urgentes no setor energético e ajustamentos estruturais a médio prazo para promover a transição para energia verde, explorando o potencial de crescimento do País. Além disso, o acordo deverá atrair financiamento externo adicional por parte dos parceiros de desenvolvimento, reforçando o impacto do programa nas metas nacionais.

São Tomé e Príncipe deixou oficialmente de integrar a categoria de Países Menos Desenvolvidos. Para a Organização das nações Unidas (ONU), esse marco oficialmente declarado no dia 13 de dezembro de 2024, assinala uma conquista significativa na jornada de desenvolvimento. No entanto, a ONU reiterou que o processo é ainda marcado por enormes desafios. Um dos maiores é o índice de pobreza dos são-tomenses que enfrentam necessidade básicas, que em 2017, reunia 66,7% da população vivendo abaixo da linha de pobreza. No entanto, esta evolução positiva é vista como o resultado de anos de planeamento estratégico, formulação de políticas eficazes e fortes parcerias internacionais.

PRINCIPAIS INDICADORES DA ECONOMIA

Tabela 3: Projecção do PIB real (taxa de crescimento anual)

Sectores da Economia	2020	2021	2022*	2023**	2024**	2025**	2026**
PRODUTO INTERNO BRUTO	2,6	1,9	0,1	-0,3	2,9	4,1	3,2
VALOR ACRESCENTADO	1,3	2,6	1,5	-2,3	1,8	3,6	3,1
Sector Agropecuário e Pesca	0,7	-0,3	-13,6	-12,4	-7,8	0,0	0,8
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	10,8	6,5	-11,5	-5,8	-3,0	5,5	4,7
Pescas	-7,0	-6,0	-16,0	-19,2	-14,0	-7,8	-5,3
Actividade Extractivas	10,3	5,7	-0,6	-21,9	0,9	3,7	3,0
Sector das Indústrias	-7,0	-6,4	6,4	6,4	21,2	16,7	8,6
Indústrias Transformadoras	-53,8	-3,0	-0,5	-6,2	64,5	57,3	7,7
Produção e Distribuição de Electricidade, Gas e Água	5,3	-0,6	6,9	31,5	25,9	9,9	13,7
Construção	16,5	-11,9	8,9	-7,4	3,5	3,5	4,7
Sector de Serviços	-6,5	3,3	3,7	-1,7	2,6	3,2	2,9
Comércio	-2,5	24,9	7,4	3,6	-3,0	1,9	0,9
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	-26,4	1,3	16,1	19,4	12,6	7,1	7,7
Transportes, Armazenagem e Comunicações	23,5	-3,4	3,2	4,0	6,8	5,6	2,3
Actividades Financeiras	-26,2	-10,7	2,1	-13,3	0,9	1,5	1,4
Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestad	-26,4	1,3	16,1	-11,0	2,2	0,2	0,8
Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obi	6,1	0,6	-15,5	-12,9	0,5	2,8	4,1
Educação	24,1	6,3	7,3	16,3	4,5	6,1	5,6
Saúde e Acção Social	-1,4	7,8	5,1	2,6	4,2	8,3	8,4
Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pe	2,0	2,0	2,0	2,1	2,2	2,0	2,1
SIFIM	-62,4	-8,0	-10,8	-19,6	15,2	0,8	0,2
Impostos sobre Produtos	17,3	-5,8	-16,3	22,0	40,3	9,9	9,2
Direitos de Importacao	17,3	-5,8	-16,3	31,2	6,0	8,9	0,4

Fonte: * INE e ** Projecção da UMF

PERSPETIVAS MACROECONÓMICAS SEGUNDO O FMI (PIB, INFLAÇÃO E RESERVAS INTERNACIONAIS)

Indicadores	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
			Est.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
PIB a preços constantes (%)	1,9	0,2	0,4	0,9	3,1	4,8	4,1	3,5	3,5
Preços no consumidor (%)	9,5	25,2	17,1	10,9	6,9	5	5	5	5
Reservas Internacionais em meses de importações de bens e serviços	2,9	2,7	1,7	2	2,9	2,9	3,1	3,1	3,1

Fonte: Comunicado do FMI de 19 de dezembro de 2024.

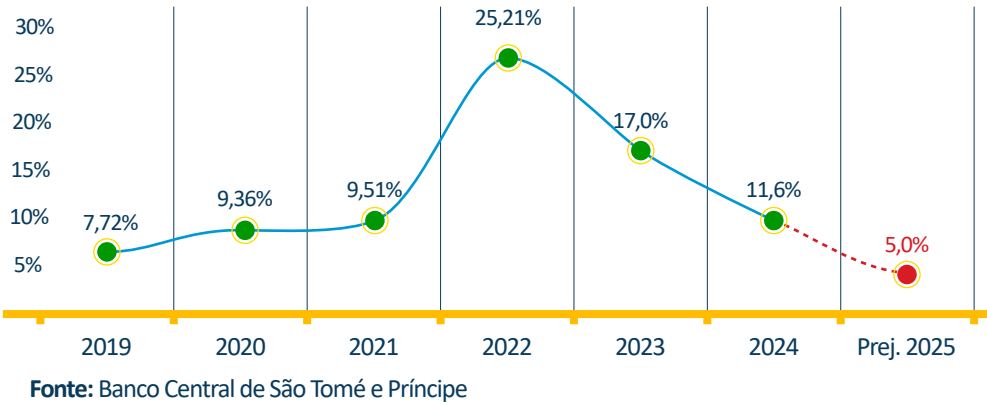
Taxa de crescimento do PIB



A inflação situou-se nos 11,57%, contra os 17,03% de 2023, apresentando uma

tendência de declínio para um dígito a médio prazo. As perspetivas de inflação no médio prazo mantem-se em torno de 5% para o período de 2025 a 2028.

Evolução da Inflação



MERCADO MONETÁRIO

Com o objetivo de assegurar a estabilidade de preços, o Comité de Política Monetária (CPM) do BCSTP, reuniu-se no final do ano para avaliar os efeitos das decisões vigentes sobre a inflação e analisar as perspetivas macroeconómicas a médio prazo.

Como resultado de um enquadramento externo marcado ainda por incertezas e de um contexto nacional marcado por medidas que tendem a assegurar o reequilíbrio macroeconómico, espera-se um crescimento real de 0,9% para 2024, e uma aceleração para 3,1% e 4,8% para 2025 e 2026, respetivamente. Por seu lado, como resultado de um conjunto de novas medidas implementadas em 2023 e 2024, estima-se um défice primário interno de 0,5% do PIB em 2024, e espera-se um superavit a partir de 2025.

Face à evolução esperada dos indicadores, particularmente as reservas excedentárias do sistema bancário, e à luz do mandado do BCSTP em matéria de política monetária, o CPM decidiu o seguinte:

- Manter a Taxa de juro de referência em 10%;
- Manter a taxa de facilidade permanente de liquidez em 10,5%;
- Manter os coeficientes de RMC em 21% para moeda estrangeira e 28% para moeda nacional;
- Continuar a emitir Certificados de Depósito consoante a avaliação de nível de liquidez no sistema;
- Implementar a facilidade permanente de depósito

Este CPM, nos termos das suas atribuições, continuará a monitorar o contexto nacional e internacional, tendo como propósito a adoção de medidas

tempestivas no sentido de preservar a âncora cambial e a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Visando diversificar as fontes de financiamento do défice orçamental e dispor de uma estrutura de dívida mais sustentável para a realidade económica do país, o Tesouro Público voltou a emitir Obrigações de Tesouro, nos meses de Junho e Agosto, com maturidades de 5 e 2 anos, à taxa anual fixa de 6% e 4,25%, respetivamente. Em termos de Certificados de Depósitos, o BCSTP emitiu por 3 ocasiões os referidos títulos num total de 805 milhões de dobras com maturidades entre 1 e 3 meses.

Visando reforçar o nível de reservas externas, o BCSTP emitiu uma nova norma, a NAP 06/2024, sobre operações cambiais, a qual estabelece que os Bancos Comerciais devem remeter ao Banco Central 25% das divisas recebidas dos fluxos financeiros de exportações.

Com o objetivo de salvaguarda da estabilidade do sistema financeiro, o BCSTP emitiu ainda a NAP 07/2024, sobre medidas de política macroprudencial, que estabelece limites de exposição ao risco, as quais, no cômputo geral, tendem a tornar mais restritivas as condições de concessão de crédito.

SECTOR BANCÁRIO

Até junho de 2024, os ativos totais do sistema bancário, situaram-se em 5,23 mil milhões de dobras, tendo registado um incremento de 4% em relação ao período homólogo anterior. Na análise das rubricas, constatou-se um incremento de 12%, tanto para créditos líquidos como para as disponibilidades imediatas, em detrimento dos títulos que registaram uma queda de 26% relativamente a junho de 2023.

Neste período em análise, as disponibilidades imediatas continuam classificadas como a principal rubrica do ativo, representando 53,7% do ativo total, seguido do crédito líquido que representa 25,2%.

A carteira de crédito bruto registou um incremento de 13%, quando comparado com o período homólogo. Esse crescimento foi influenciado pelo incremento do crédito ao setor privado e à administração pública na ordem de 34% e 45%, respetivamente, em detrimento do crédito às famílias que contraiu em 6%. Não obstante a redução do crédito às famílias, este continua a ser o setor mais financiado pelas instituições bancárias são-tomenses, representando, em junho de 2024, cerca de 49% do total da carteira.

Apesar de uma contração na ordem de -3% em 2024, depósitos continuam a ser a principal fonte de financiamento das instituições bancárias, representando 71,5% dos ativos totais. Estes depósitos são detidos maioritariamente por famílias (particulares) e setor privado/empresas. Os fundos próprios ocupam a segunda posição na estrutura de financiamento representando 18,6% dos ativos totais.

O risco de concentração sectorial é mais alto nos setores de construção/habitação, consumo, representando mais de 52% da carteira de crédito. No entanto, os créditos destinados à construção/habitação que possui a maior fatia, sofreu uma redução de 12,9%, em relação ao período homólogo, passando a representar 31,8%.

O rácio de crédito malparado não registou qualquer alteração, em relação ao período homólogo, tendo se situado em 10,3%. Por outro lado, observou-se uma redução de 5pp do crédito malparado nas novas operações de crédito,

situando-se em 1%. Esta redução traduz-se numa melhoria da qualidade da carteira de crédito, tendo em conta que as novas operações de crédito registaram um incremento de cerca de 43%. O setor da construção é o setor com maior nível de crédito malparado, representando 48,9% da carteira, seguido do crédito ao consumo com 28,3%.

O sistema financeiro são-tomense continua a apresentar sinais de melhoria de rentabilidade, resiliência e solidez.

Do ponto de vista da rentabilidade, até junho de 2024, registou-se uma evolução positiva, tanto da margem financeira como da margem complementar, comparando com o período homólogo anterior. Importa realçar que esta evolução é maior para margem complementar, o que pode ser justificado pelo aumento de serviços financeiros comissionados, e também pela atualização do preçário dos Bancos. Tanto o ROE como o ROA também registaram um aumento no período em análise tendo-se situado em 6,2% e 1,2% respetivamente.

Quanto à resiliência e solidez, o sistema financeiro são-tomense continua a dar sinais de melhoria, considerando que todas as instituições têm um rácio de solvabilidade superior ao mínimo regulamentar (maior que 12%). Em junho de 2024, este rácio registou um incremento de cerca de 2,6pp, comparativamente com junho de 2023, tendo-se situado em 34,4%. Relativamente aos Fundos próprios, todas as Instituições Bancárias apresentaram os seus fundos próprios qualificados, acima do mínimo estabelecido pela NAP 12/2021.

O rácio de liquidez do sistema financeiro, conheceu um incremento de 7,7pp comparativamente com o período homólogo tendo-se situado em 67,7%. É de

referir que todas as instituições bancárias têm esse indicador acima do mínimo exigido (mais de 20%). Importa frisar que o sistema se caracteriza pela captação de depósitos, sobretudo a curto prazo e intermediação a médio e longo prazo.

Embora se verifica sinais de melhoria do sistema bancário, ele mantém-se muito concentrado, sendo que 2 bancos concentram cerca de 80% do total dos depósitos e ativos sistema; e continua a enfrentar vários desafios, em particular: um baixo nível de rentabilidade (em resultado do elevado custo de estrutura e operação, num mercado de micro-dimensão e de baixo poder de compra), o aumento potencial de risco, em particular do risco de crédito e, a difícil recuperação do crédito devido à morosidade dos Tribunais .

Não obstante o nível elevado de concorrência num mercado de reduzida dimensão caracterizado por um o baixo nível de rentabilidade, espera-se a entrada de mais um banco no sistema bancário em 2025, elevando o número de bancos para 5. O novo banco - GTI BANK STP, de capital nigeriano, vem com uma proposta de serviços financeiros muito assente na oferta digital, apoiada pela instalação em São Tomé da GTI Switch, empresa do mesmo grupo a operar na área dos serviços de pagamento digitais

Para 2025, importa destacar que o BCSTP pretende introduzir medidas para mitigar os riscos de cyber ataques, medidas para o desenvolvimento do sistema de pagamentos eletrónicos e para

financiar e mitigar riscos ligados às mudanças climáticas. Pretende reforçar as medidas para prevenir o incumprimento de crédito, medidas de mitigação de risco soberano e do rácio de transformação. Por fim, o BCSTP pretende também reforçar as medidas para incentivar o desenvolvimento de produtos e serviços financeiros sustentáveis.

Principais Indicadores do Sector Financeiro

Enquadramento Regulamentar	2020	2021	2022	2023	2024	BISTP 2024	Níveis Regulamentares
Solvência	29,0%	31,61%	41,06%	36,49%	36,99%	33,22%	≥ 12,00%
Liquidez	58%	63,69%	61,40%	64,99%	67,59%	67,45%	≥ 20,00%
Enquadramento Sectorial	2020	2021	2022	2023	2024	BISTP 2023	
Número de Bancos	5	4	4	4	4	1	
Ativo em % do PIB*	47,40%	42,95%	38,10%	34,70%	30,60%	20,11%	
Crédito Líquido em % do PIB*	13,90%	10,72%	10,60%	8,40%	8,20%	4,21%	
Depósitos em % do PIB*	34,60%	30,22%	27,70%	25,70%	21,96%	14,86%	
Rácio de Transformação (Crédito/Depósito)	40%	35%	33%	33%	37%	28%	
Nível de Crédito Mal Parado (> 90 dias)	29,60%	28,57%	8,13%	11,92%	10,02%	13,07%	
Cost-to-Income	79,00%	71,48%	65,36%	62,12%	57,70%	49,2%	
ROE	4,10%	9,08%	12,63%	10,69%	14,47%	9,17%	
ROA	0,70%	1,66%	2,36%	1,98%	2,87%	1,60%	

Fonte: BCSTP

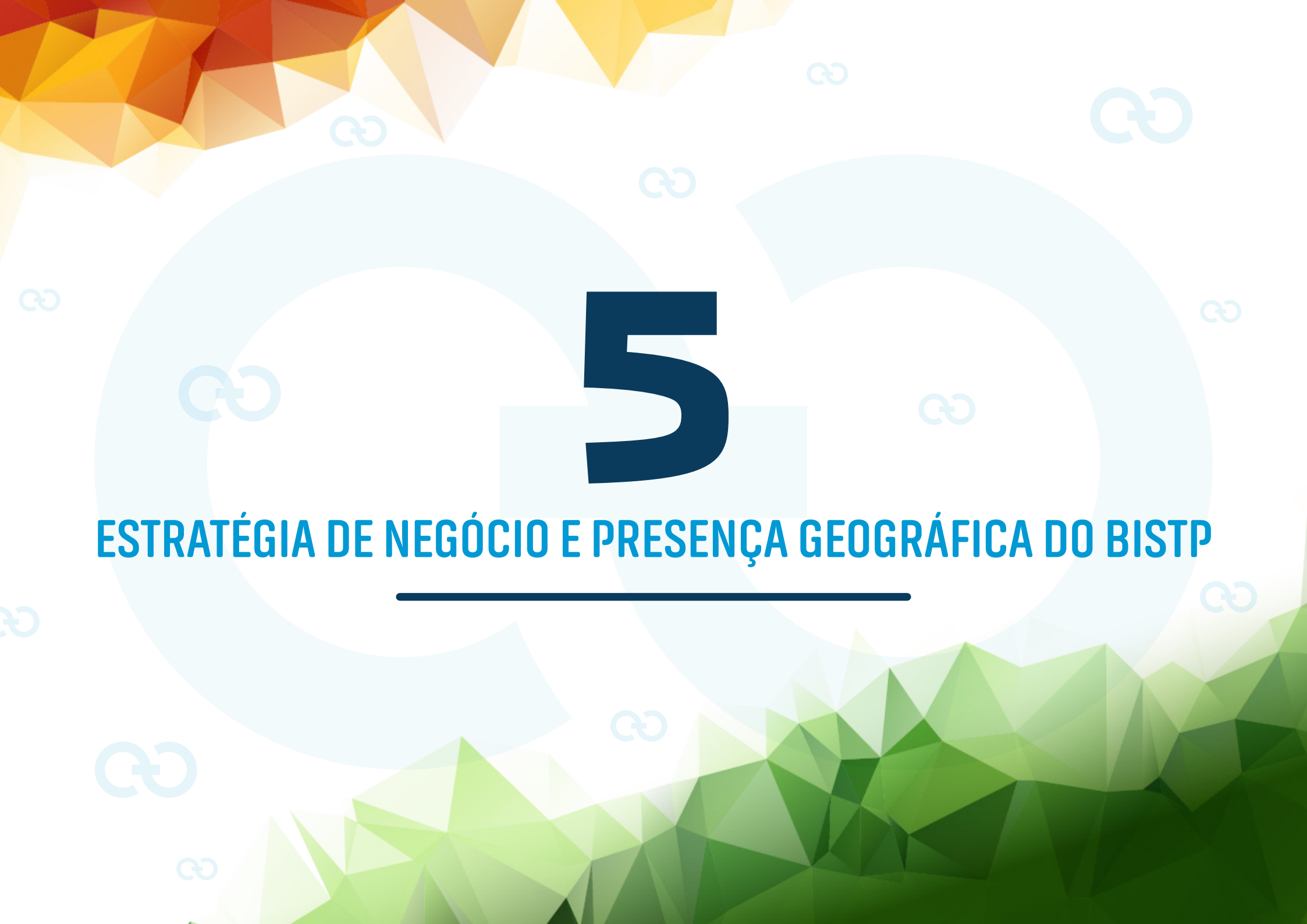
*Cálculo BISTP

Nota: O Rácio de solvabilidade e de Liquidez do BISTP foi calculado de acordo com a NAP 12/2021 e NAP 04/2007, respetivamente.

Quota do BISTP

	2021	2022	2023	2024	Var. 2022/2021
Ativo Total	60,94%	61,83%	61,14%	63,51%	2,4 p.p
Capital Próprio	54,78%	56,48%	55,72%	56,87%	1,2 p.p
Depósitos	68,16%	68,37%	65,41%	68,50%	3,1 p.p
Crédito sobre cliente	58,30%	61,74%	58,25%	53,49%	-4,8 p.p
Produto Bancário	63,82%	61,73%	59,31%	62,96%	3,7 p.p
Agências	70,59%	68,75%	66,67%	66,67%	-
ATM	78,57%	76,09%	73,33%	71,74%	-1,6 p.p
POS	61,26%	73,84%	71,47%	71,11%	-0,4 p.p

Fonte: GPC

The background features a large, light blue stylized number '5' in the center. The top-left corner is decorated with a cluster of orange and yellow triangles. The bottom-right corner features a cluster of green triangles. Scattered throughout the background are several small, light blue icons, each consisting of two interlocking loops.

5

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO E PRESENÇA GEOGRÁFICA DO BISTP

5. ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO E PRESENÇA GEOGRÁFICA DO BISTP

5.1 ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

O BISTP enquanto banco misto (comercial e de investimentos) tem o seu negócio estruturado para atender um público diversificado. Com uma oferta universal e diversificada de produtos e serviços financeiros para clientes empresariais, instituições públicas/privadas e particulares; o BISTP, no âmbito do seu modelo de negócio, procura servir os seus Clientes de uma forma segmentada, ajustando a sua oferta a cada perfil e necessidades específicas.

O modelo de negócio do BISTP está estruturado com o objetivo de permitir que a presença do banco tenha um real impacto positivo na economia e na vida da população por todo o país, mesmo nas localidades mais recônditas.

Ciente da sua importante missão neste mercado, o BISTP continua a investir esforços na expansão da sua rede comercial e na facilitação do acesso aos seus serviços, visando uma maior cobertura geográfica do país, permitindo que cada cliente possa ter a liberdade de escolher o canal de acesso aos serviços que melhor se ajuste às suas necessidades, motivando também desta forma uma maior inclusão financeira. Assim, o Banco está não só a estender a sua presença física pelo país, visando atender o segmento de clientes que privilegia um atendimento mais próximo e personalizado, como também está a

promover o desenvolvimento e oferta de serviços bancários remotos, através de meios eletrónicos e digitais, visando atender não só o segmento de clientes mais jovens e entusiastas no acesso aos serviços bancários à distância, mas também, para atender a necessidade daqueles mais afastados dos centros urbanos, que pretendem usar os serviços do Banco sem necessidade de se deslocarem.

Sendo a primeira instituição financeira e a mais antiga do país, o BISTP tem sabido adequar a sua estratégia de negócio às transformações progressivas e constantes do mercado, bem como aos desafios/exigências impostas pelas autoridades nacionais e internacionais, sem nunca esquecer as necessidades da população em geral.

A preservação e o fortalecimento da solidez do banco, bem como da confiança que os principais stakeholders depositam no banco é uma consequência natural da capacidade do banco em ser versátil no ajustamento da sua oferta e procedimentos em alinhamento às exigências do mercado e das autoridades de regulação e fiscalização.

Por este motivo, a persecução do seu ideal de “Excelência”, centrado na melhoria contínua e de geração de valor para os seus quatro eixos estratégicos

(Clientes, Capital Humano, Processos e Resultados), representa a principal bússola do Banco nos momentos de tomada de decisão e de atuação.

Ao nível do eixo de clientes, destaca-se a ambição de levar o Banco cada vez mais próximo do cliente.

Foi dado continuidade ao plano de expansão da rede de agência por todo o país, com propósito de levar o Banco cada vez mais próximo dos clientes e oferecer várias opções, em função da sua preferência, para aceder aos serviços financeiro disponibilizados pelo Banco.

Assim, para além da conclusão das obras da Agência de Neves no Distrito de Lembá, inaugurada já este ano, a 3 de março de 2025, o Banco projeta em 2025 dar início às obras de edificação de uma nova Agência, no Distrito de Caué, na zona sul do País, alargando a sua presença física, com o objetivo de servir da melhor forma a população residente nesta região do país.

Ao nível de capital humano destaca-se a formação contínua

A capacidade de resiliência demonstrada pelo Banco ao longo dos anos e, em particular em conjunturas adversas, é o reflexo do capital humano adequadamente capacitado e preparado para lidar com as várias e rápidas mutações que vão ocorrendo no mercado, como por exemplo surgimento de novos riscos e mais sofisticados, novas exigências regulatórias e novos concorrentes.

Visando manter a competitividade e um desempenho eficiente, num mercado em constante mudança, o Banco manteve a sua política de formação contínua, com principal destaque para formações na área de Compliance, para todos os

quadros do Banco, incluindo a Administração.

Relativamente à melhoria dos processos internos, salienta-se os investimentos em infraestruturas tecnológicas.

Com objetivo de preparar a infraestrutura para acomodar a tendência de crescimento do negócio, acompanhar as exigências de atualização tecnológica dos sistemas, a necessidade de introdução de novos serviços, as novas exigências regulatórias e reforçar o nível de segurança, o Banco fez importantes investimentos na modernização da sua infraestrutura tecnologia, o que permitiu aumentar a capacidade de processamento e armazenamento de dados, bem como o reforço do nível de segurança cibernética.

Quanto ao foco nos resultados, importa destacar o crescimento sustentado com ganho para todos os stakeholders.

O Banco tem conseguido, de forma consistente, resultados satisfatórios, mesmo em períodos mais adversos, em resultado de um modelo de negócio cuja estratégia está orientada para atender às expectativas de todos (Clientes, Colaboradores, Acionistas e Sociedade em geral). Como resultado da boa e sustentada performance do banco ao longo dos anos, é possível notar que os rácios de solvabilidade e liquidez têm mantido uma tendência de crescimento, com elevada margem face aos requisitos regulamentares. Os produtos e serviços têm sido uma alavanca importante na vida das pessoas e empresas, promovendo a melhoria da sua situação económica e social, marcando desta forma passos decisivos rumo ao seu ideal de “Excelência”.

Mas o Banco está consciente que não deve dormir sobre louros passado, mas

sim manter a dinâmica que tem imprimido, no sentido de melhorar constantemente a sua capacidade de resposta ao mercado.

5.2 PRESENÇA GEOGRÁFICA E CANAL DE DISTRIBUIÇÃO

O BISTP é um banco de matriz nacional, vocacionado para servir toda a população, independentemente da sua localização geográfica. Movido por esta vocação, o BISTP tem dado continuidade ao processo de expansão da sua presença física, eletrónica e digital por todo o país.

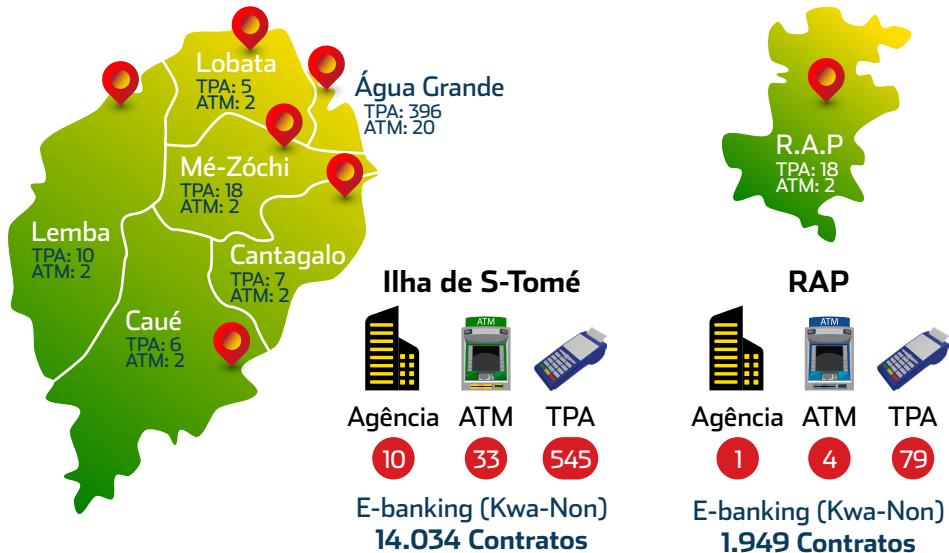
A expansão e diversificação dos canais de distribuição dos serviços financeiros por todo o País, é uma clara prova de que o BISTP é um Banco que tem uma relação de proximidade com os clientes inscrita no seu ADN.

Em termos práticos essa proximidade está refletida na presença geográfica do BISTP pelo País, e pela sua quota de mercado em termos de presença física e eletrónica. No final de 2024, em termos de presença da rede bancária, o BISTP detinha uma quota de 67% em termos de número de agências físicas, 72% em termos de ATM e 71% em POS.

No âmbito das suas aspirações de estar presente fisicamente em todos os distritos do País, levando os serviços financeiros a toda população através do alargamento da sua rede de infraestruturas bancárias, o BISTP inaugurou já em 2025 uma nova Agência na cidade de Neves, Distrito de Lembá.

Com a abertura desta Agência, o Banco passa a estar presente com pelo menos um balcão em 4 dos 6 distritos, bem como na Região Autónoma do Príncipe (RAP), sendo que, em termos de canais eletrónicos, o BISTP já está presente em todo o país.

BISTP: Presença no País



O Banco continua renovando a cada ano o seu compromisso de ser o “Banco de Todos”, indo cada vez mais longe e estando cada vez mais próximo de todos. Por isso, estar fisicamente presente em todos os distritos do País, mais do que um simbolismo, é uma missão que está na essência da sua criação, e que pressupõe levar o serviço financeiro cada vez mais longe em benefício de todos, promovendo o crescimento económico e social.



6

PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2024

6. PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2024

6.1 BANCA DE RETALHO: PARTICULARES

À imagem de 2023, o ano de 2024, ficou caracterizado por um ambiente macroeconómico muito adverso. O acordo com o FMI alcançado apenas no último mês do ano, condicionou substancialmente a capacidade de o País aceder a recursos financeiros externos, como donativos e financiamentos a taxas concessionais, junto dos parceiros bilaterais e multilaterais, sendo recursos vitais para o financiamento do programa de investimentos públicos, dos quais depende em mais de 90%.

Para além da conjuntura económica adversa, destaca-se também o importante fluxo de emigração da população, o que tem impactado negativamente na economia, através da redução do consumo, falta de mão-de-obra e aumento do risco de crédito.

O baixo nível de investimento público registado em 2024, por falta de financiamento, e com o volume de consumo interno afetado, em certa medida, pelo importante fluxo migratório, podem explicar a visível desaceleração da atividade económica e o aumento do potencial de risco País e risco de crédito às empresas e famílias.

Diante de uma tal conjuntura, os desafios para promover o crescimento da carteira de crédito e outros produtos financeiros tornaram-se enormes.

A contração da carteira de crédito no segmento de particulares em 2024, na ordem de 6,9%, comparativamente ao ano transato, é o reflexo do arrefecimento da atividade económica.

Em resultado desta contração, o peso do volume de crédito deste segmento passou a representar 50,8% do crédito global do Banco, contra 56,1% em 2023, o que explica a maior contração registada ao nível do crédito a particulares em relação ao crédito às empresas e instituições.

Apesar da contração, este seguimento continua ainda assim, a ter o um peso relevante ao nível da carteira de crédito, o que confere, em certa medida, alguma estabilidade ao nível da carteira, por ser o segmento em que há maior diversificação do risco e menos concentrado e volátil em comparação com o segmento de empresas. Graças a essa volatilidade, a Banca de Retalho continua a ter um papel preponderante na garantia de maior capacidade de resiliência ao modelo de negócio do Banco em geral.

Relativamente a carteira de depósitos para este segmento, registou-se um

ligeiro crescimento na ordem de 3,8%, em termos homólogos, fazendo com que o seu peso no total da carteira de depósitos (depósitos à ordem e a prazo) se fixe em torno dos 39,8%, contra os 39,1% verificados em 2023.

O peso dos clientes particulares no volume total de crédito e depósitos combinados passou a ser de 42,4% contra 43,0% em 2023. Este segmento continua a ser muito importante na estratégia de diversificação do risco e no reforço da capacidade de resiliência da atividade do Banco, em resultado de uma maior heterogeneidade que existe no segmento de clientes particulares.

DEPÓSITOS

Os depósitos neste segmento registaram uma expansão na ordem de 3,1%, sendo que a mesma decorre do crescimento dos depósitos à ordem em 5,7%, ao passo que os depósitos a prazo caíram em 10,6%.

Particulares (Carteira de Depósitos de Clientes)

	Variação				
Depósitos de Clientes (excluídos juros a pagar)	2022	2023	2024	23.vs.22	24.vs.23
Depósitos a Ordem	830.542.440	810.384.744	856.548.535	-2,43%	5,70%
Depósitos a Prazo	160.932.363	155.118.221	138.679.430	-3,61%	-10,60%
Total de Depósitos de Clientes	991.474.803	965.502.966	995.227.965	-2,62%	3,08%

Montante em STN

Os depósitos neste segmento fixaram-se em mSTN 995.228, traduzindo-se num incremento de mSTN 29.725 face a 2023, ou seja mais 3,1%.

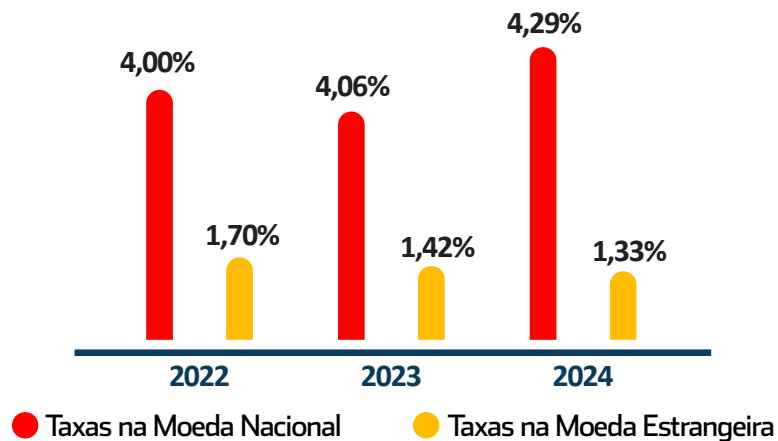
Os depósitos à prazo registaram uma variação negativa na ordem de 10,6% face a 2023. Esta contração pode encontrar explicação nas taxas médias de remuneração, que se mantiveram abaixo da inflação. Importa dar nota que a política de manutenção de taxas de remuneração mais baixas é justificada pela situação de excesso de liquidez no mercado financeiro, sendo que a problemática do excedente de recursos não aplicados agrava-se numa conjuntura de crise em que o crédito bancário regista uma contração. A redução dos depósitos a prazo pode também ser explicada pela necessidade que os clientes vão tendo, num cenário de elevada inflação, em mobilizar os depósitos a prazo de baixa remuneração para satisfazer as suas necessidades de consumo, face ao aumento do custo de vida.

Os depósitos a prazo , com maturidades mais longas, não foram impactados pela política de taxas mais baixas. Com efeito, constata-se que a taxa média ponderada é influenciada pelos contratos mais antigos.

Maturidade dos Depósitos a prazo 2024		
Maturidade dos contratos de depósitos a prazo	Capital	Taxa Média Ponderada
Até 6 meses	28.606.558	1,38%
De 6 a 12 meses	656.100	1,07%
Mais de 12 meses	109.416.772	4,50%
Total	138.679.430	3,85%

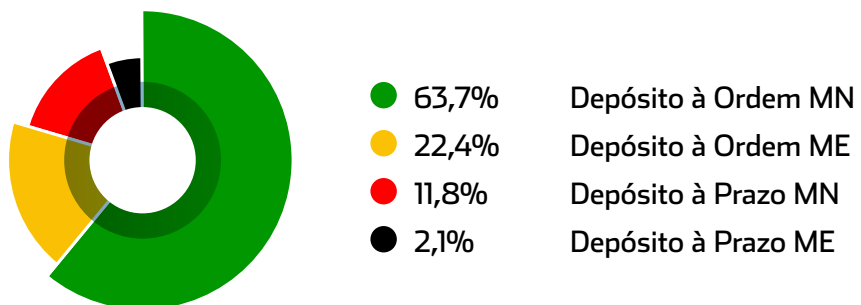
Montante em STN

Taxa de Captação por grupo de moedas (Média Ponderada)



No que toca à composição dos depósitos por moeda, salienta-se a existência de uma maior predominância de depósitos em moeda nacional (75,5%) do total dos depósitos) face aos depósitos em moeda estrangeira (24,5%) do total.

Peso dos depósitos por moeda



CRÉDITO

O volume da carteira de crédito neste segmento, em 2024, conheceu uma contração na ordem de 6,9% face a 2023, correspondendo a uma redução em termos absolutos de -mSTN 29.598.

Carteira de Crédito	2022		2023		2024		Variação			
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	23 Vs. 22		24 Vs. 23	
							Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular	5.284	391.036.583	4.375	356.268.490	3.619	320.022.164	-17,2%	-8,9%	-17,1%	-10,2%
Crédito Irregular	220	69.965.123	332	73.880.518	80.345.004	80.540.558	50,9%	5,6%	26,8%	8,7%
Descobertos	2.653	410.425	930	414.960	631	598.987	-64,9%	1,1%	-32,2%	44,3%
Total da Carteira de Créditos	8.157	461.412.131	5.637	430.563.968	400.966.15	400.966.155	-30,9%	-6,7%	-17,0%	-6,9%
Montantes em STN										

O volume de crédito em situação regular registou uma contração de 10,2% ao passo que a carteira de crédito em situação irregular registou um crescimento na ordem de 8,7%, evidenciando um aumento de risco de crédito, sendo esta variação consequência do fluxo migratório de famílias para Portugal, bem como o reflexo duma conjuntura económica adversa que caracterizou a atividade económica no ano de 2024.

Carteira de Crédito - Regular							Variação			
Carteira de Crédito	2022		2023		2024		23 Vs. 22		24 Vs. 23	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular										
Habitação c/ Garantia Hipotec.	120	63.868.171	111	57.326.839	103	59.693.012	-7,5%	-10,2%	-7,2%	4,1%
Consumo	1.616	88.664.036	1.612	117.975.345	1.576	124.802.821	-0,2%	33,1%	-2,2%	5,8%
Automóvel	11	2.074.073	5	957.562	3	896.924	-54,5%	-53,8%	-40,0%	-6,3%
Saúde	4	948.451	8	1.195.127	8	737.379	1	26,0%	0,0%	-38,3%
Outros créditos a particulares	3.533	235.481.852	2.639	178.813.617	1.935	133.892.028	-25,3%	-24,1%	-26,7%	-25,1%
Total Crédito Regular (1)	5.284	391.036.583	4.375	356.268.490	3.625	320.022.164	-17,2%	-8,9%	-17,1%	-10,2%
Montantes em STN										

Ao nível da carteira de crédito em situação regular, verifica-se uma expansão de crédito na finalidade de crédito habitação com garantia hipotecária e do crédito ao consumo na ordem de 4,1% e 5,8%, respetivamente. O crédito automóvel e o crédito à saúde, conheceram uma contração em volume na ordem de 6,3% e 38,3%, respetivamente. “Outros créditos a particulares”, que geralmente incluem os créditos destinados às obras de melhorias em habitações (sem garantia hipotecária) e investimento em pequenos negócios de particulares, registou uma contração na ordem de 25,1%.

Num ambiente económico menos favorável, as recuperações de crédito em situação de incumprimento tornaram-se ainda mais difíceis, com um aumento potencial do risco dos novos créditos entrarem em incumprimento. Em face das dificuldades de recuperação, agravadas pela conjuntura e pelo aumento potencial do risco de incumprimento, o Banco instituiu a política de acompanhamento regular dos clientes ao nível das Agências e Gestores, sendo a ação de recuperação de créditos de complexidade elevada, liderada pelo GJR - Gabinete Jurídico e Recuperação.

O crédito irregular registou uma expansão na ordem de 8,7% face a 2023, sendo que esta evolução decorre em grande medida do aumento de incumprimento associado à clientes que emigraram para Portugal, deixando de pagar as prestações de crédito.

Não obstante este novo evento que impulsionou em alta o incumprimento, importa, contudo, manter sempre presente que a extrema morosidade dos Tribunais (para não dizer inoperacionalidade) no tratamento dos processos em contencioso de crédito tem sido o entrave mais crítico no processo de recuperação de créditos em situação de incumprimento. Decorrente desta ineficiência dos Tribunais nesta matéria, a recuperação de crédito neste mercado torna-se

Carteira de Crédito - Irregular							Variação			
Carteira de Crédito Crédito Irregular	2022		2023		2024		23 Vs. 22		24 Vs. 23	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Com atrasos > 90 dias										
Habituação com Garantia Hipotecária	35	42.524.610	34	40.970.323	33	37.799.356	-2,9%	-3,7%	-2,9%	-7,7%
Consumo	66	3.837.561	104	6.738.365	136	9.248.905	57,6%	75,6%	30,8%	37,3%
Automóvel	2	935.573	4	1.212.707	3	774.576	100,0%	29,6%	-25,0%	-36,1%
Saúde	2	278.310	0	-	-	-	-100%	-100,0%	0	0
Outros	115	22.389.070	190	24.959.124	249	32.522.167	65,2%	11,5%	31,1%	30,3%
Total Crédito Irregular	220	69.965.123	332	73.880.518	421	80.345.004	50,9%	5,6%	26,8%	8,7%

Montante em STN

Do ponto de vista da evolução da qualidade de crédito é possível elencar os seguintes aspetos:

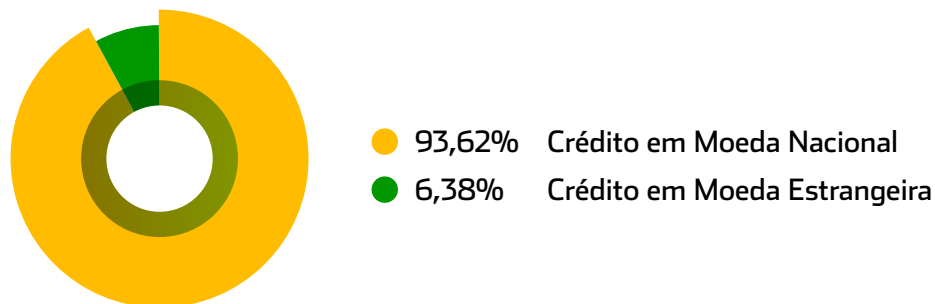
- O aumento do peso do crédito irregular no total do crédito deste segmento, passando de 17,16% em 2023 para 20,0% em 2024, justificado em grande medida pelo fluxo migratório de famílias para Portugal.

- O nível de cobertura do crédito total (Regular e Irregular) pela provisão neste segmento é de 14,1%, contra 13,5% em 2023, revelador do incremento de risco global de crédito.
- O total do crédito irregular em 2024 situou-se em mSTN 80.345, representando um aumento de +mSTN 6.464.
- O rácio de cobertura de provisão do crédito de risco em carteira mantém-se elevado, fixando-se em 62% em 2024, não obstante uma redução em 7 pontos percentuais face a 2023.

Em face deste cenário generalizado de risco, o Banco manteve a sua prudência e rigor em matéria de análise e concessão de crédito, bem como a manutenção de uma política conservadora e rigorosa em termos de provisão.

Relativamente à evolução do crédito por moeda, a estratégia continua sendo a de ajustar a moeda em que o financiamento é concedido à moeda de rendimento do cliente. Como o essencial do rendimento dos clientes está na moeda local (Dobra), tem-se registado um maior peso do crédito na moeda nacional em detrimento da moeda estrangeira.

Peso dos Créditos por moeda



6.2 BANCA CORPORATIVA: EMPRESAS E INSTITUIÇÕES

Apesar de uma ligeira retoma da atividade turística, com aumento da afluência de turistas ao País, em 2024, não se concretizou o sentimento de otimismo por parte dos investidores, tendo - se traduziu num fraco investimento direto estrangeiro e interno neste setor e noutros. De facto, o arrefecimento do investimento privado e a fraca dinâmica económica em 2024 explica-se, em certa medida, pela forte dependência da economia do País ao nível das despesas de funcionamento e de investimento do Estado.

O alcance, apenas em finais de 2024, de um novo acordo de assistência técnica e financeira com o FMI condicionou a possibilidade do Estado conseguir mobilizar recursos financeiros dos parceiros bilaterais e multilaterais para o financiamento das despesas de investimento inscritas no Orçamento Geral do Estado de 2024, o que contribuiu fortemente para a retração dos investimentos públicos, que dependem em mais de 90% destas fontes de financiamento.

Em face de uma conjuntura pouco favorável, as empresas reduziram também a procura de financiamento bancário, quer para a rotação dos stocks quer para o investimento/expansão de negócios.

O segmento Empresas e Instituições em 2024 tem um peso de 49,2% e 60,2%, respetivamente, do total da carteira de crédito e de depósitos.

DEPÓSITOS

O volume de depósitos para este segmento conheceu em 2024, uma contração

na ordem de 2,2%, em resultado da contração dos depósitos à ordem e a prazo de 2,16% e 32,56%, respetivamente.

Segmentação de depósitos por tipo

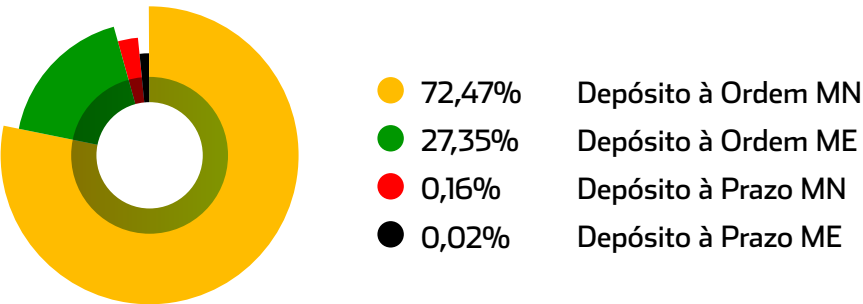
Empresas (Carteira de Depósitos de Clientes)				Variação	
	2022	2023	2024	23.vs.22	24.vs.23
Carteira de Depósitos (excluído os juros a pagar)					
Depósitos a Ordem	1.341.188.037	1.539.393.445	1.506.081.133	14,78%	-2,16%
Depósitos a Prazo	2.166.115	3.951.453	2.664.933	82,42%	-32,56%
Total de Depósitos de Clientes	1.343.354.152	1.543.344.897	1.508.746.066	14,89%	-2,24%

Montante em STN

Apesar da contração registada da carteira neste segmento, verifica-se uma assinalável estabilidade ao nível dos depósitos à ordem, uma grande predominância desta fonte de recursos sem custos de captação.

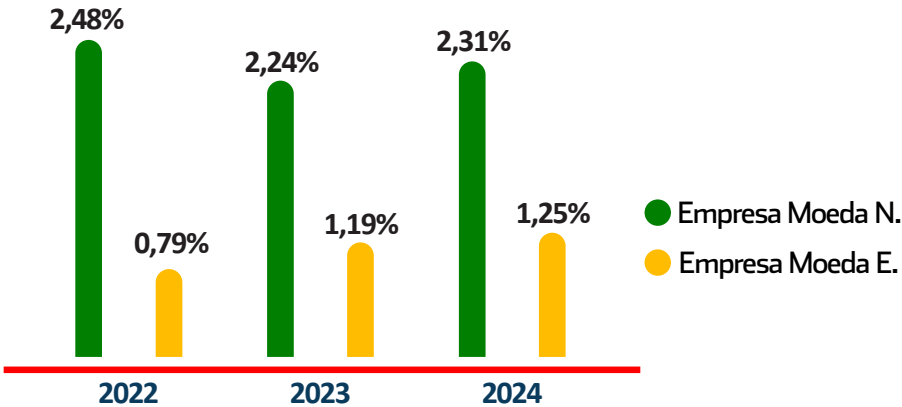
No que se refere à composição dos depósitos por moeda, nota-se que os depósitos em moeda nacional continuam a representar o essencial dos depósitos neste segmento, com um peso de 72,5%, contra 27,4% em moeda estrangeira.

Peso dos depósitos por moeda



As taxas médias de captação para este segmento mantêm-se baixas. Porém, com aumento da Euribor e Libor, as taxas médias de captação em moeda estrangeira conheceram um crescimento. Porém, com um peso inferior a 1%, os depósitos a prazo acabaram por ter muito pouca relevância para esse segmento.

Taxa de Captação por grupo de moedas (Média Ponderada)



CRÉDITO

O crédito à economia conheceu uma expansão (+14,05%), o que em termos absolutos representou um crescimento de mSTN 47.864, sendo que este crescimento foi essencialmente sustentado por créditos concedidos às instituições públicas. O crédito às empresas privadas em geral registou pelo contrário uma contração, com exceção do setor do turismo, refletindo as consequências da estagnação da economia, geralmente caracterizada por uma baixa na procura de crédito bancário por parte das empresas e uma deterioração da qualidade creditícia das mesmas.

Não obstante a conjuntura, o BISTP mantém o seu foco nas poucas oportunidades de negócios que surgem, propondo soluções de financiamento mais adequadas ao contexto económico e à situação de cada empresa.

Carteira de Crédito	2022		2023		2024		Variação			
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	23Vs. 22		24 Vs. 23	
							Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular	49	281.034.048	56	213.831.683	40	285.871.865	14,3%	-23,9%	-28,6%	33,7%
Crédito Irregular	18	14.963.340	16	18.530.447	24	22.468.619	-11,1%	23,8%	50,0%	21,3%
Descobertos	17	116.044.993	23	108.184.746	32	80.070.112	35,3%	-6,8%	39,1%	-26,0%
Total da Carteira de Créditos	84	412.042.381	95	340.546.876	96	388.410.596	13,1%	-17,4%	1,1%	14,05%

Montante em STN

O Crédito em situação regular registou uma expansão na ordem de 33,7%, sendo um crescimento sustentado essencialmente pelo crédito concedido às empresas e instituições públicas, bem como à aquelas que operam no setor de turismo.

Carteira de Crédito - Regular							Variação			
Carteira de Crédito	2022		2023		2024		23Vs. 22		24 Vs. 23	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular										
Comercio	14	24.379.615	20	28.225.951	18	25.709.401	42,9%	15,8%	-10,0%	-8,9%
Construção	11	33.566.764	6	33.918.542	4	21.124.189	-45,5%	1,0%	-33,3%	-37,7%
Serviços	7	8.022.744	16	10.569.331	5	1.762.008	128,6%	31,7%	-68,8%	-83,3%
Turismo	-	-	6	3.552.108	10	5.889.980	-	-	66,7%	65,8%
Outros (Empresas; instituições Públicas e Outras empresas privadas)	17	215.064.925	8	137.565.752	3	231.386.287	-52,9%	-36,0%	-62,5%	68,2%
Total Crédito Regular	49	281.034.048	56	213.831.683	40	285.871.865	14,3%	-23,9%	-28,6%	33,7%

Montante em STN

Constata-se uma contração do crédito no setor do comércio, construção e serviços, na ordem de 8,9%, 37,7% e 83,3%, respetivamente, refletindo a fraca dinâmica da economia. Entretanto, o crédito à “Instituições Públicas e Outras Empresas Privadas” registou uma expansão na ordem de 68,2% e do turismo, na ordem de 65,8%, tendo sido responsáveis pelo crescimento da carteira de crédito neste segmento.

Em termos gerais o crédito irregular conheceu uma expansão na ordem de 21,3%.

Carteira de Crédito - Irregular							Variação			
Carteira de Crédito Crédito Irregular	2022		2023		2024		23 Vs. 22		24 Vs. 23	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Com atrasos > 90 dias										
Comercio	8	7.827.526	9	12.804.137	14	10.046.188	12,5%	63,6%	55,6%	-21,5%
Construção	4	4.347.843	3	3.483.566	4	3.643.947	-25,0%	-19,9%	33,3%	4,6%
Serviços	-	-	2	1.334.338	4	8.280.038	-	-	-	-
Turismo	-	-	-	-	1	441.752	-	-	-	-
Outros	6	2.787.971	2	908.407	1	56.694	-66,7%	-67,4%	-50,0%	-93,8%
Total Crédito Irregular	18	14.963.340	16	18.530.447	24	22.468.619	-11,1%	23,8%	50,0%	21,3%

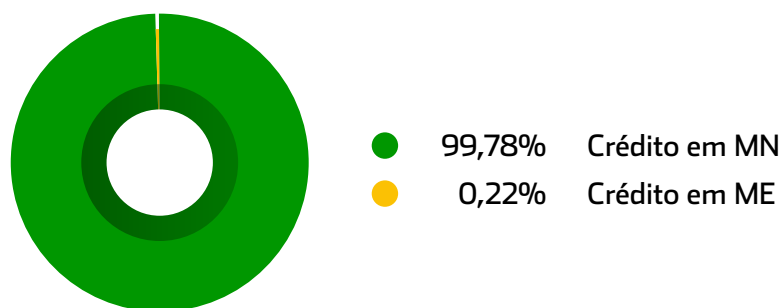
Montante em STN

Esta variação do crédito irregular reflete o incremento do risco de mercado, o aumento da fragilidade das empresas privadas, em particular as que estão na área de prestação de serviços. Importa destacar que as condições do mercado (fraca atividade económica) e fraco desempenho judicial (excesso de morosidade/inoperacionalidade no tratamento judicial das situações de contencioso) continuam a condicionar o alcance de melhores resultados em termos de recuperação do crédito em situação irregular.

Em termos de provisão, destaca-se a manutenção de uma política prudencial e rigorosa de a provisões para cobrança duvidosa a cobrir cerca de 53% do crédito irregular (crédito em atraso superior a 90 dias).

No tocante à composição do crédito por moeda, nota-se que em 2024, o crédito em moeda nacional teve um peso de aproximadamente de 99,8%, que resulta da política do BISTP em fortalecer a confiança dos agentes económicos na moeda nacional, relacionar a moeda em que os financiamentos são concedidos com a moeda dos rendimentos dos clientes, mas também para reduzir a exposição do Banco às flutuações das taxas indexantes (Euribor e Libor).

Peso dos créditos total por moeda



6.3 BANCA ELETRÓNICA E DIGITAL (CARTÕES DE DÉBITO E E-BANKING)

O uso de meios eletrónicos e digitais por parte dos clientes tem mantido um comportamento de crescimento tanto em volume, como em número de transações. Ao longo do ano de 2024, o BISTP deu continuidade as ações comerciais criadas para estimular a disseminação e a maior utilização dos meios eletrónicos e digitais, como sendo alternativas mais cómodas, seguras e rápidas para aceder aos serviços financeiros.

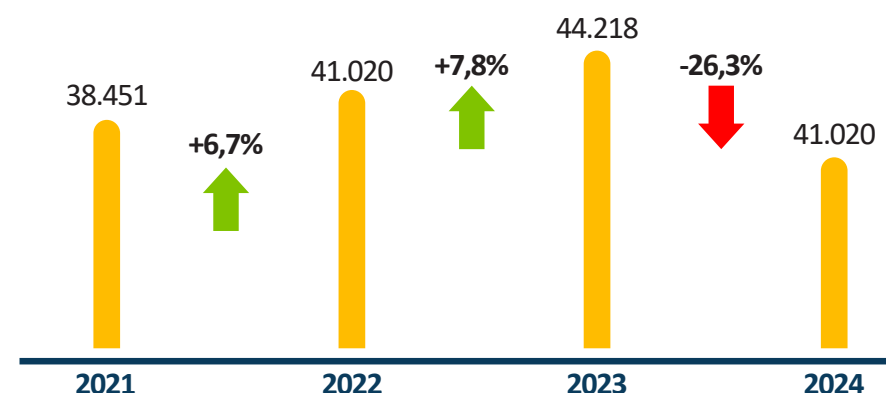
CARTÕES DE DÉBITO E TPA – “DOBRA 24”

A adesão ao cartão de débito, TPA/POS e internet banking continua sendo estimulada no ato de abertura de conta e também através de venda cruzada, em particular no âmbito das operações de crédito.

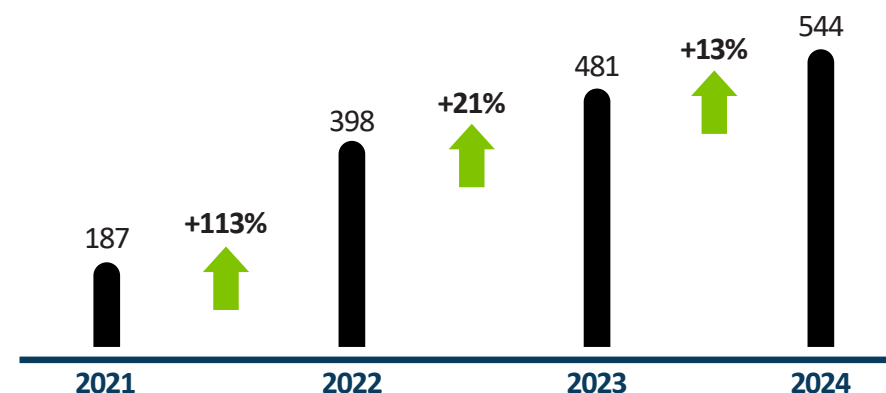
A redução do número de cartões de débito em 26,3% face a 2023, tem a sua

explicação no vencimento de cerca de 16 mil cartões em 2024, emitidos no âmbito do programa famílias vulneráveis, mas que só foram renovados apenas 5 mil para o novo programa. O fluxo migratório também está a contribuir para a redução do número de cartões ativos no mercado.

Cartões de Débito (número)



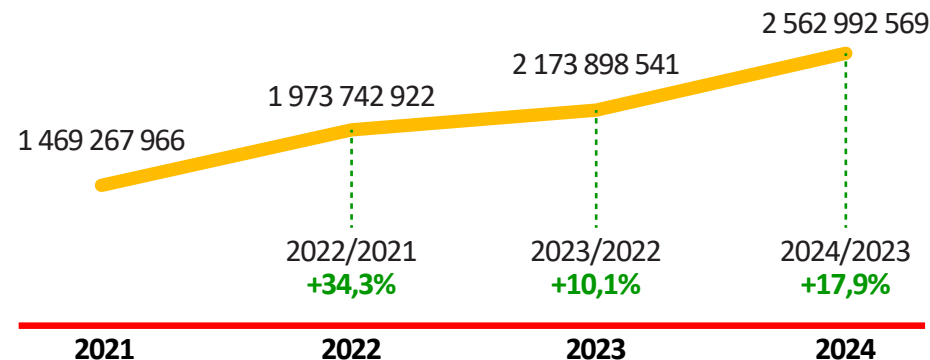
TPA/POS (número)



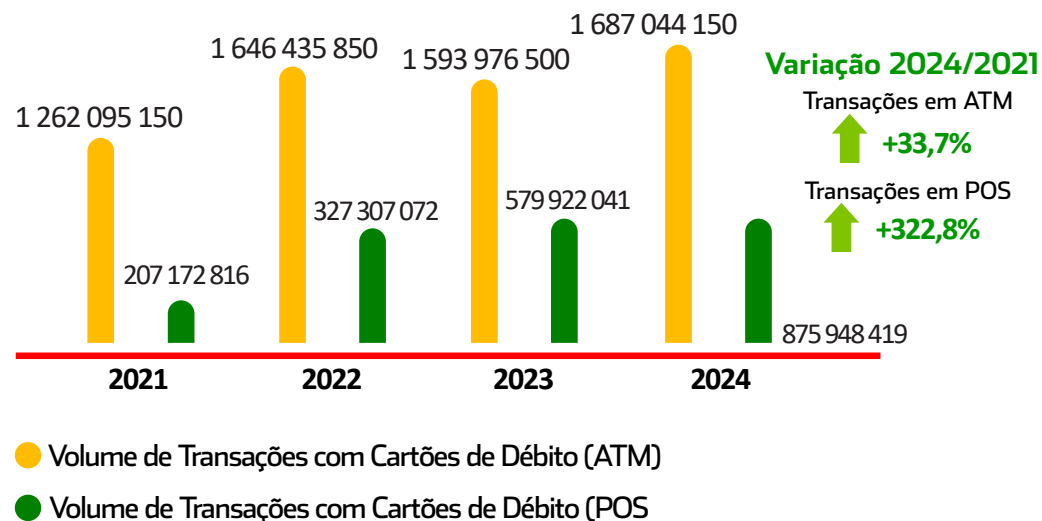
A dinamização comercial e marketing associada a utilização destes meios de pagamento, têm concorrido para o aumento gradual do número de clientes utilizadores da banca eletrónica e digital. Em 2024, o número de equipamentos (TPA/POS) instalados cresceu na ordem de 13% face a 2023.

O número de transações feitas nestes canais tem vindo a aumentar de forma significativa ao longo desses últimos anos. O número de transações em ATM teve um crescimento ligeiro, na ordem de 2%, ao passo que as transações em POS registaram um forte crescimento em termos homólogos, a crescer na ordem de 42%, evidenciando uma certa tendência de maior utilização dos POS em detrimento de ATM, sendo este último de facto um dos objetivos perseguidos pelo Banco, a saber a menor utilização do dinheiro físico.

Volume de Transações com Cartões de Débito nos Canais Eletrónicos (ATM e POS)



Volume de Transações com Cartões em ATM e POS



O objetivo do Banco com a disseminação dos POS e a intensificação de ações de literacia financeira e publicidade sobre as suas vantagens em termos de

comodidade, praticidade e segurança, tem como propósito orientar os clientes no sentido de privilegiarem estes canais nas suas transações.

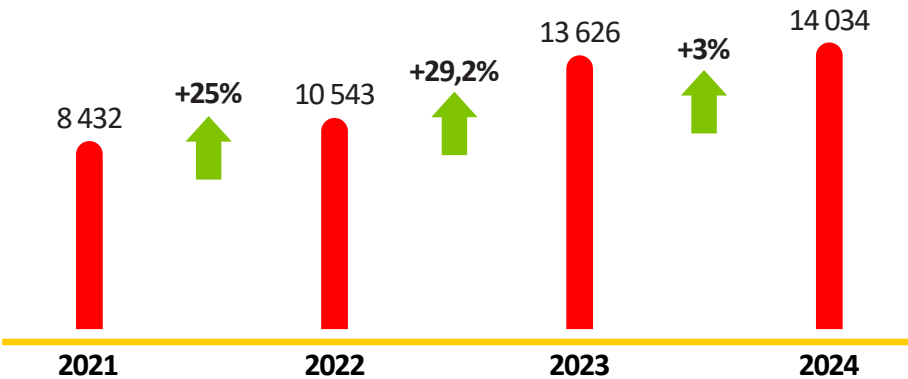
E-BANKING (KWA-NON)

Relativamente ao serviço de Internet banking verifica-se uma tendência de crescimento tanto no número de novos utilizadores como no volume de transações.

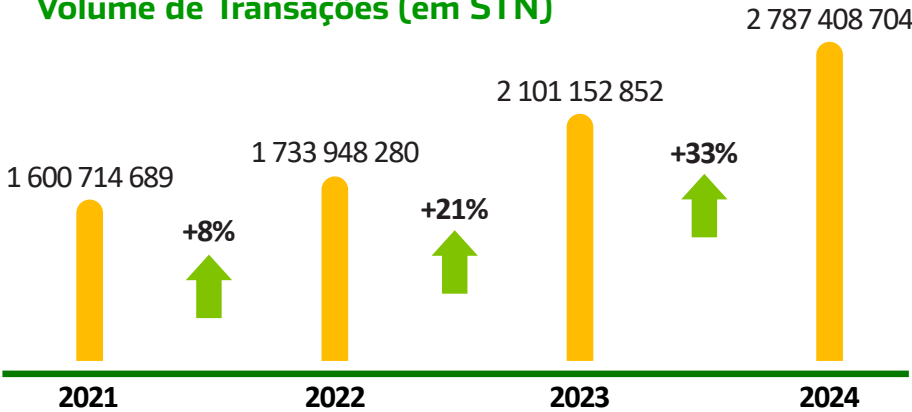
O Banco continua a sua aposta na maior disseminação e utilização do serviço de internet banking junto dos clientes. A disponibilização de um aplicativo móvel, permitindo a fácil utilização do Kwa-Non através de um telemóvel, está a favorecer ainda mais a adesão e utilização deste serviço.

O número de contratos do serviço de internet banking (KWA-NON) cresceu na ordem de 3% em 2024 face a 2023. De igual modo o volume e o número de transações cresceram na ordem de 33% e 23%, respetivamente.

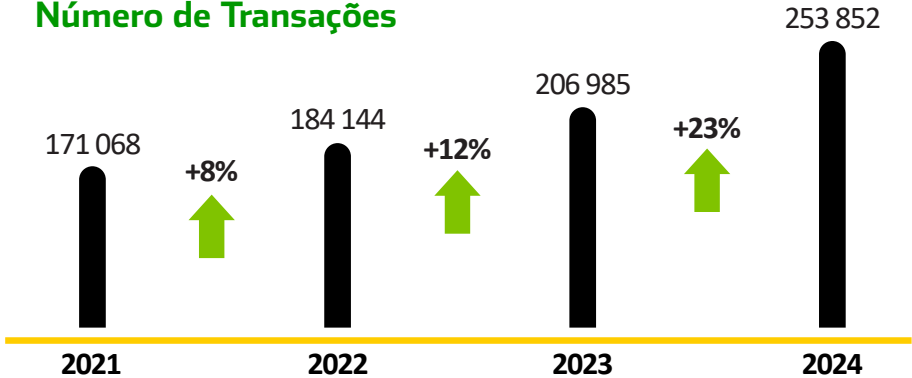
Contratos e-Banking



Volume de Transações (em STN)



Número de Transações



Para além dos serviços eletrónicos (ATM e POS) e digital (E-Banking) oferecerem maior comodidade ao cliente, tem o grande potencial de permitir ao Banco reduzir o atual nível elevado de afluência de clientes aos balcões para realizarem operações de levantamentos, transferências, consultas de saldos e de outros movimentos nas contas, e, consequentemente, libertar espaço e tempo para o Banco melhorar a sua oferta de atendimento mais personalizado, bem como no melhor acompanhamento dos clientes e das suas necessidades financeiras.



7

GESTÃO DE RISCO

7. GESTÃO DE RISCO

O ano de 2024, afigurou-se como sendo um ano de introdução de novas métricas e nova dinâmica de controlo, não sendo, todavia, ainda, o fim do processo de aperfeiçoamento. Assim, o Banco continuou o processo de disseminação do Sistema de Controlo Interno, visando responder às exigências do sistema financeiro nacional, bem como internacional.

APETÊNCIA PELO RISCO

O BISTP continua pautando-se pelo princípio da prudência, visando desenvolver as suas atividades de negócios de forma controlada e sustentada, sobretudo num período em que se tem assistido ao surgimento de uma nova ordem internacional com resultados ainda imprevisíveis. Por outro lado, o Banco procura sempre adequar e compatibilizar os objetivos fixados para o negócio e os níveis de tolerância ao risco definido em função da sustentabilidade e rentabilidade de médio-longo prazos, adotando sempre estratégias que visam compatibilizar os objetivos do plano estratégico com a introdução de medidas conducentes a sua materialização. O período de incertezas que o mundo continua a atravessar, que teima em permanecer com impactos incalculáveis, bem como os efeitos colaterais da guerra entre a Rússia

e Ucrânia, a guerra no médio oriente entre o Israel e o Hamas, o fluxo migratório que continua a assistir-se em STP, têm levado o Banco a afinar ainda mais os seus níveis de controlo, pois a combinação desses eventos tem provocado a contração do negócio, bem como o aumento do risco ao nível de incumprimento (risco de crédito).

O Banco mantém-se firme na definição e implementação de controlos e limites para os riscos que considera serem materialmente relevantes, aos quais a sua atividade se encontra exposta. Este processo suportado com base na “Declaração de Apetência pelo Risco” – o RAS (Risk Appetite Statement), cujos princípios gerais assentam em declarações qualitativas que definem a estratégia de risco do Banco, bem como aspetos quantitativos, com a definição do limite para vários indicadores que devem ser respeitados, funcionando estes mesmos indicadores como princípios de prevenção aos riscos, e que se encontram alinhados com a estratégia de negócio e do entendimento dos trade-offs risco-benefício.

As métricas são orientadas tendo por base os valores essenciais intrínsecos às seguintes definições:

- **Objetivo** - define o nível ótimo de risco que cada unidade de negócio pode incorrer por forma a cumprir com os objetivos estratégicos estabelecidos;
- **Tolerância** - determina um nível de risco preocupante que deve resultar na consideração de medidas corretivas;
- **Limite** - representa um nível de risco que constitui ameaça séria ao negócio e que, portanto, requer ação imediata;
- **Trigger do Plano de Recuperação**: define um nível associado à avaliação da necessidade de lançamento, por parte da gestão do Banco, de medidas de recuperação.

Os limites de risco são aprovados pelos órgãos de Governance competentes definidos nos normativos internos, revistos sempre que se justificar.

ESTRATÉGIA DE RISCO

A delimitação do apetite de risco, traduzida no RAS, enquanto um conjunto primordial de indicadores que traduzem e materializam o apetite pelo risco, constitui o vetor orientador da “Estratégia de Risco” do BISTP, sendo esta aprovada pelo Conselho de Administração do Banco, sob proposta da Função de Gestão de Risco, sendo previamente apreciada pela Comissão Executiva (CE) e pela Comissão de Riscos (CR). Com efeito, a partir do RAS, são estabelecidas as principais linhas de ação a desenvolver pelo Banco por forma a endereçar a mitigação ou controlo de todos os riscos materiais identificados. O conjunto destas linhas de ação constitui, formalmente, a Estratégia de Risco do Banco.

O RAS e o Modelo de Governação da Apetência pelo Risco (Risk Appetite Framework) constituem elementos indissociáveis da gestão de risco, ambos visando o controlo e mitigação dos riscos classificados no âmbito do processo

de identificação de riscos.

CONTROLO INTERNO

A função de Gestão de Risco é parte integrante do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Banco, a par das funções de Compliance e de Auditoria Interna, tendo sido reforçado com a Função de Controlo Permanente Operacional (FCPO), concorrendo desta forma para um ambiente de controlo interno mais sólido, proporcionando a delimitação de riscos sobre o qual o Banco desenvolve as suas atividades de negócio, bem como as de suporte ao negócio.

No âmbito do SCI, as Funções de Gestão de Risco e de Compliance formam o sistema de gestão de risco (SGR) do Banco, que se materializa num conjunto integrado de recursos, normas e processos que contribuem para assegurar um enquadramento apropriado às diferentes naturezas e materialidade dos riscos subjacentes às atividades desenvolvidas, visando alcançar os objetivos de negócio do Banco de forma sustentada e prudente. Tal como referido acima, o processo foi fortalecido com a FCPO, que no essencial tem por missão atestar a conformidade das operações executadas.

Neste âmbito, o SCI e o SGR proporcionam ao BISTP a capacidade para identificar, avaliar, acompanhar e controlar os riscos – internos e/ou externos – a que o Banco se encontra exposto, visando garantir que os mesmos se mantêm em níveis aceitáveis, bem como dentro dos limites definidos pelo Conselho de Administração.

Por conseguinte, o SGR corporiza a chamada “2ª Linha de defesa” em relação aos riscos a que as atividades do Banco se encontram expostas. Importa ainda

referir que, a 1ª Linha de Defesa é assegurada, no dia-a-dia, por todas as unidades organizacionais do Banco – suportado por um processo de formação e consciencialização quanto aos riscos, bem como na delimitação das atividades através de um sistema de normas internas (SNI) completa e detalhada – e por último, numa 3ª Linha de Defesa, que é desenvolvida através da função de Auditoria Interna, de forma transversal e independente. O BISTP conta ainda com uma 4ª linha de defesa que acaba por ser exercida pelo serviço de Auditoria Externa, que tendencialmente o Banco procura que seja exercida por uma das quatro maiores empresas do setor.

COMISSÃO DE RISCOS

A Comissão de Riscos, nomeada pelo CA, é composta por três Administradores não Executivos, tendo ao seu cargo um conjunto de competências, das quais se realça:

- Aconselhar o Conselho de Administração sobre a apetência para o risco do BISTP e a estratégia de risco, da instituição, tendo em conta todos os tipos de riscos, financeiros e não financeiros, a fim de assegurar que estão harmonizados com a estratégia empresarial, os objetivos, a cultura e os valores da instituição;
- Supervisionar a coerência entre todos os produtos e serviços importantes oferecidos aos clientes, bem como o modelo de negócio e estratégia de risco da instituição apresentando ao Conselho de Administração planos de correção, quando daquela análise resulte que as referidas condições não refletem adequadamente os riscos;

- Acompanhar as políticas de gestão de todos os riscos conexos com a atividade do BISTP, financeiros e não financeiros, designadamente os riscos de negócio e estratégia, de solvência, de liquidez, de taxa de juro, de crédito, de mercado, operacional, de IT, de Compliance e de reputação, cambial e político;
- Avaliar e promover a eficácia e eficiência dos processos de controlo interno do BISTP, nomeadamente através da avaliação das recomendações dos auditores internos ou externos, e monitorizar a implementação das medidas adotadas;
- Monitorizar a estratégia de risco e a apetência pelo risco do BISTP.

COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO INTERNO

A Comissão de Auditoria e Controlo Interno (CACI), nomeada pelo Conselho de Administração, é composta na sua globalidade por Administradores não Executivos (3 membros), tendo ao seu cargo um conjunto de competências, das quais se realça:

- Promover e acompanhar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, dos Estatutos do BISTP, das normas e recomendações emitidas pelas entidades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente;
- Avaliar e promover a eficácia e eficiência da Função de Auditoria Interna, assegurando o reporte funcional direto desta função;
- Promover a prossecução dos objetivos fundamentais fixados, em matéria de controlo interno e gestão de riscos pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), bem como nas diretivas de supervisão dirigidas às instituições de crédito e sociedades financeiras;

- Acompanhar a atividade da Comissão Executiva;
- Proceder à apreciação crítica do Sistema de Controlo Interno do Banco, acompanhando as avaliações autónomas complementares que são atribuídas à Função de Auditoria Interna, conforme emanações das autoridades de supervisão e zelando para que a sua eficácia e completude contribuam para a própria eficácia e eficiência do Sistema de Controlo Interno.
- A independência de monitorização do processo decorre, também, da natureza e a forma de composição das duas comissões especializadas do CA (não integrarem Administradores executivos), o que visa também salvaguardar conflitos de interesse na medida em que aquele que gere o negócio não deve gerir o processo de controlo.

RISK OFFICE

No BISTP, o Chief Risk Officer é uma função exercida por um Administrador Executivo que só tem no seu pelouro as áreas de controlo. O CRO do BISTP é globalmente responsável pela monitorização do quadro de gestão de risco do Banco e, em particular, por zelar pelo funcionamento adequado e eficaz da Função de Gestão de Risco, competindo-lhe igualmente informar e esclarecer os membros dos órgãos de administração e fiscalização sobre os riscos incorridos, o perfil global de risco do BISTP e o grau de cumprimento dos níveis de tolerância ao risco definidos, bem como intervir nas decisões que afetem a exposição da instituição ao risco.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E OCORRÊNCIAS DE DESTAQUE, REGISTRADAS EM 2024.

Em 2024, a função de gestão de riscos manteve a sua estratégia de atuação, colocando o acento tónico no processo de implementação das métricas programadas, bem como no aperfeiçoamento contínuo do sistema de controlo de riscos já implementados, nomeadamente na monitorização permanente dos níveis de risco a que o Banco está exposto em relação aos limites de tolerância do RAS, e ao mesmo tempo, manter o Banco em total conformidade com os requisitos regulamentares e/ou de supervisão e consequentemente mantendo atualizada a estrutura de regulamentação interna que se adequa ao controlo e gestão de riscos, esta última desenvolvida pelo Compliance.

Abaixo são inumeradas algumas das atividades desenvolvidas em 2024, com destaque para:

- Aprovação do “Modelo da Função de Gestão de Risco”;
- Aprovação do “Regulamento Interno da Função de Gestão de Risco”;
- Criação da FCPO e aprovação do seu Manual de estrutura e organização;
- Revisão das normas e processos relacionados com Risco Operacional”;
- Atualização da norma sobre “Política de Gestão de Saldos de Tesouraria.

RISCO DE CRÉDITO

Este risco consubstancia-se em perdas registadas na carteira de crédito, quer seja por incapacidade dos devedores principais da operação de crédito (Mutuários), ou pelos garantes da operação, caso existam, dos emissores de títulos ou, ainda, das contrapartes de contratos, em cumprir com as suas obrigações creditícias. Por conseguinte, este tipo de risco acaba sendo o mais

relevante, representando, no global, a maior fatia da exposição global ao risco do Banco.

Risco de Crédito - Concentração

Tabela I

Unid.: STN

Situação dos 20 Maiores Clientes em relação à carteira total com característica de Crédito - Últimos 4 Trimestres												
Classe Real Banka	4º Trim - 2024			3º Trim - 2024			2º Trim - 2024			1º Trim - 2024		
	Qtd	Absoluto		Qtd	Absoluto		Qtd	Absoluto		Qtd	Absoluto	
		%	Montante		%	Montante		%	Montante		%	Montante
20 maiores clientes*	33	52%	414 106 194,46	33	51%	408 443 680,85	31	49%	382 733 145,93	34	42%	292 213 905,45
Normal (inclui atrasos ≤ 29 dias)	28	0%	403 813 123,57	28	50%	398 223 839,20	26	47%	367 684 911,49	30	41%	284 604 689,47
Normal sem atrasos	26		323 957 702,08	26		394 190 599,26	25		362 278 809,72	29		284 604 475,97
Normal com atrasos até 29 dias	2		79 855 421,49	2		4 033 239,94	1		5 406 101,77	1		213,50
Sob supervisão atrasos ≥ 30 ≤ 89 dias	2	0%	862 680,95	0	0%	-	3	1,0%	7 544 643,41	3	0,6%	4 329 567,07
Abaixo do normal atrasos ≥ 90 ≤ 179 dias	0	0%	-	3	0%	2 864 655,75	1	0,5%	4 203 225,11	0	0%	-
Crédito Duvidoso atrasos ≥ 180 ≤ 359 dias	3	1%	9 430 389,95	1	1%	4 196 277,05	1	0,4%	3 300 365,93	1	0,5%	3 279 648,91
Perda atrasos ≥ 360 dias	0	0%	-	1	0%	3 158 908,85		0%		0	0%	-
Carteira de Crédito - Patrimonial (Crédito p/Desembolso)	4773	100%	789 376 750,80	5329	100%	802 049 905,35	6960	100%	783 742 718,26	8586	100%	689 314 863,89

*Para clientes com relação de domínio, foram criados grupos económicos.

No capítulo sobre concentração do risco de crédito, o BISTP, ao longo do ano 2024, apresentou níveis de concentração conforme espelhado no quadro acima, sendo que os 20 maiores clientes (definido por grupo económico) representaram 51% da carteira de crédito do Banco no 4º trimestre. No entanto, esse peso é justificado pela dimensão e especificidade do mercado, que grosso modo não permite maior diversificação

Risco de Crédito - Provisão

Tabela VI

Unid.: STN

Nível de Provisão da Carteira de Crédito - Últimos 4 Trimestres																		
Classe de Risco Final - Provisão no Banka + Provisão Económica			4º Trim - 2024				3º Trim - 2024				2º Trim - 2024				1º Trim - 2024			
			Créditos Gerais Total STN		Provisão		Créditos Gerais Total STN		Provisão		Créditos Gerais Total STN		Provisão		Créditos Gerais Total STN		Provisão	
Tipo/Categoria	Nível	Percentual	Qtd	Montante	Absoluto	% (média)	Qtd	Montante	Absoluto	% (média)	Qtd	Montante	Absoluto	% (média)	Qtd	Montante	Absoluto	% (média)
Crédito por Desembolso (A)			4773	789 376 750,80	76 719 511,88	10%	5329	802 049 905,36	94 655 720,12	12%	6960	783 742 718,25	95 085 305,83	12%	8586	689 314 863,89	75 003 891,47	11%
Normal	I	≥ 2% até 9,99%	4111	684 369 835,57	9 091 565,39	1,3%	4371	683 641 549,54	9 636 325,79	1,4%	5283	659 666 629,39	10 017 210,59	1,5%	5568	571 953 871,45	8 002 113,46	1,4%
Sob Supervisão	II	≥ 10% até 24,99%	18	2 027 310,41	203 433,46	10,0%	131	11 310 684,52	1 134 958,34	10,0%	233	15 928 261,25	1 592 826,13	10,0%	265	24 818 201,48	2 489 934,99	10,0%
Abaixo do Normal	III	≥ 25% até 49,99%	46	12 549 621,58	3 156 957,77	25%	58	14 237 454,43	3 581 271,79	25%	73	15 806 887,88	3 969 846,61	25%	47	16 975 021,78	5 253 290,62	31%
Duvidoso	IV	≥ 50% até 99,9%	459	71 188 947,77	45 026 127,62	63%	637	71 259 180,02	58 661 129,95	82%	1254	79 935 982,53	67 100 465,30	84%	2621	69 565 449,32	53 253 679,66	77%
Perda	V	100%	139	19 241 035,48	19 241 427,64	100%	132	21 601 036,85	21 642 034,25	100%	117	12 404 957,20	12 404 957,20	100%	85	6 002 319,86	6 004 872,74	100%
Crédito por Assinatura (B)			24	261 389 505,66	1 077 417,09	0,41%	22	292 307 543,03	843 197,30	0,29%	19	306 535 337,31	447 907,05	0,15%	21,00	130 883 207,83	683 740,09	0,52%
Garantia Prestadas			6	29 940 482,12	449 003,65	1,50%	4	14 142 529,54	263 925,30	1,87%	5	17 930 195,17	301 801,95	1,68%	6	29 012 738,25	412 627,38	1,42%
Créd. Documentário de Import.			18	231 449 023,54	628 413,44	0,27%	18	278 165 013,49	579 272,00	0,21%	14	288 605 142,14	146 105,10	0,05%	15	101 870 469,58	271 112,71	0,27%

Nota: A média de provisão na classe I é inferior a 2% porque os créditos do Estado em situação Normal não devem ser provisionados (NAP 13/2021).
E a média de provisão de garantias prestadas e CDI está conforme a ponderação de apuramento (NAP 13/2021), razão pela qual está abaixo de 2%.

Σ das classes III até V »:	102 979 604,82	107 097 671,30	108 147 827,61	92 542 790,96
NPL »	13,05%	13,35%	13,80%	13,43%

No capítulo das provisões, o BISTP tem mecanismos internos de monitorização dos níveis de provisão. O processo é feito mensalmente, sendo analisada a situação de cada cliente em função do comportamento registado, quer no relacionamento com o Banco quer na atuação do setor e/ou segmento onde está inserido. Cerca de 87% da carteira de crédito está no nível mais baixo (nível I) e 2,44% da carteira no nível V, sendo este nível composto essencialmente por operações já em processo de execução contenciosa (tribunal) que ainda aguardam o desfecho judicial, ou pré-contencioso (evitar fase contenciosa) ou ainda, operações que por força do descarrilamento do mutuário, registaram degradação e aguardam pelo write-off contabilístico, caso se mantenham na classe V por um período superior a 12 meses. Este último processo só ocorre nos casos em que a recuperação contenciosa se revela mais custosa do que o valor a ser recuperado. Ainda com referência ao mês de dezembro, o NPL do Banco fixou-se na ordem de 13,05%. Importa referir que, através da NAP 07/2024, o BCSTP recomenda níveis de NPL não superior a 9%, e, em face disso o Banco tem vindo a adotar medidas conducentes a contração do nível de NPL registado na carteira.

Risco de Crédito – Exposição por agente económico

Unid: STN

Exposição global do Banco dos Últimos 4 Trimestres distribuída em: i) crédito por desembolso(A, B, C); ii) Exposição Extrapatrimonial(D); iii) Títulos de dívida Pública(E)																				
Agentes Económicos	4º Trim - 2024					3º Trim - 2024					2º Trim - 2024					1º Trim - 2024				
	Qtd	Valor Crédito Aplicação em STN (a)	Peso s/Fundos Próprios	Peso s/Carteira de Crédito	Provisão Constituída	Qtd	Valor Crédito Aplicação em STN (a)	Peso s/Fundos Próprios	Peso s/Carteira de Crédito	Provisão Constituída	Qtd	Valor Crédito Aplicação em STN (b)	Peso s/Fundos Próprios	Peso s/Carteira de Crédito	Provisão Constituída	Qtd	Valor Crédito Aplicação em STN (c)	Peso s/Fundos Próprios	Peso s/Carteira de Crédito	Provisão Constituída
(A) ESTADO (Créditos Empresa + Organ. Públicos)	4	311 236 485	52,93%	39,43%	N.A.	6	302 116 848	53,33%	37,67%	N.A.	401	266 205 438,00	49,43%	33,97%	N.A.	3	173 452 741,50	30,50%	25,16%	N.A.
(B) FAMÍLIAS	4677	400 966 155	68,20%	50,80%	61 203 520	5202	413 156 732	72,93%	51,51%	75 420 007	6342	418 913 554	77,79%	53,45%	74 047 246	8254	419 128 724	73,71%	60,80%	59 331 823
Crédito Família em situação Créd. produtivo (s/Classell - Provisão Fnd)	4075	320 493 010	54,51%	40,60%	6 788 594	4430	327 211 278	57,76%	40,80%	7 335 317	5040	333 317 044	61,89%	42,53%	7 415 937	5745	345 472 954	60,75%	50,12%	7 957 557
Créditos Família em situação Créd. não produtivo (s/Classell - Provisão Fnd)	602	80 473 145	13,69%	10,19%	54 414 926	772	85 945 454	15,17%	10,72%	68 084 690	1302	85 596 510	15,89%	10,92%	66 631 309	2509	73 655 770	12,95%	10,69%	51 374 266
(C) EMPRESAS PRIVADAS	92	77 174 111	13,13%	9,78%	15 515 899	121	86 776 326	15,32%	10,82%	19 234 175	214	98 623 727	18,31%	12,58%	21 026 974	324	96 733 397	17,01%	14,03%	15 701 497
Empresa/Inst. Privadas -situação Créd. produtivo (s/Classell - Provisão Fnd)	50	54 667 651	9,30%	6,93%	2 506 313	67	65 627 187	11,58%	8,18%	3 435 968	75	76 076 795	14,13%	9,71%	4 185 206	82	77 847 505	13,69%	11,29%	2 534 485
Empresa/Inst. Privadas -situação Créd. não produtivo (s/Classell - Provisão Fnd)	42	22 506 460	3,83%	2,85%	13 009 587	54	21 149 139	3,73%	2,64%	15 798 207	139	22 546 932	4,19%	2,88%	16 841 768	242	18 885 892	3,32%	2,74%	13 167 012
(D) EXTRAPATRIMONIAL	24	261 389 506	44,46%	33,11%	1 077 417	22	292 307 543	51,60%	36,45%	843 197	19	306 535 337	56,92%	39,11%	447 907	21	130 883 208	23,02%	18,99%	683 740
Garantias Prestadas	6	29 940 482	5,09%	N.A.	449 004	4	14 142 530	2,50%	N.A.	263 925	5	17 930 195	3,33%	N.A.	30 1802	6	29 012 738	5,10%	N.A.	412 627
Crédito Documentário(DCI)	18	231 449 024	39,36%	N.A.	628 413	18	278 165 013	49,10%	N.A.	579 272	14	288 605 142	53,59%	N.A.	146 105	15	101 870 470	17,91%	N.A.	271 113
(E)** BILHETES DE TESOIRO + OBRIGAÇÕES DO TESOIRO	4	504 798 970	85,85%	N.A.	N.A.	5	535 000 000	94,43%	N.A.	N.A.	5	535 000 000	99,35%	N.A.	N.A.	5	560 000 000	98,48%	N.A.	N.A.
Total de Exposição Direta (expresso em STN) = A+B+C+D+E	4 801	1 555 565 226	264,57%	-	-	5 356	1 629 357 449	287,60%	-	-	6 981	1 625 278 056	301,80%	-	-	8 607	1 380 198 070	242,72%	-	-
Total da Exposição Direta (Expresso em EUR)		63 492 458	-	-	-		66 504 386	-	-	-		66 337 880	-	-	-		56 334 615	-	-	-

** A exposição reportada de BT e CD, passou a contemplar os juros a serem pagos na maturidade, ou seja, é medido sobre a unidade de dívida subscrita.
Nota: Certificado de depósitos apesar de serem pagos pelo BCSTP, estão espelhados para demonstrar a exposição global. Pois segundo o esclarecimento do regulador, os CD não contam para RMC.

Σ das exposições não produtivas NPE »:	102 979 604,82	107 097 671,30	108 147 827,61	92 542 790,96
NPE »»	6,62%	6,57%	6,65%	6,71%

No capítulo de afetação dos seus recursos disponíveis, a função de risco faz periodicamente a monitorização das exposições para aferir se estão dentro dos limites internamente definidos e gerar alertas em caso de eventual ultrapassagem dos referidos limites. Por conseguinte, na perspetiva de exposição global, verificamos níveis de NPE na ordem de 6,62%, contrastando com 6,57% do trimestre anterior.

GUERRA RÚSSIA / UCRÂNIA

São Tomé e Príncipe por ser um país predominantemente importador, tem sofrido os impactos negativos, provocados pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, nomeadamente nos preços das mercadorias, principalmente o de combustível, produtos alimentares como cereais e pesticidas. O Banco, como parte do tecido empresarial nacional, tem adotado medidas visando conter e/ou mitigar os efeitos decorrentes dessa situação. Todavia, com a entrada em vigor da NAP 06/2024, o Banco viu-se obrigado a repassar ao BCSTP 25% de toda a divisa arrecadada no âmbito da sua atividade com o exterior.

CONTINUIDADE DO NEGÓCIO

A gestão da continuidade do negócio do BISTP continua versada no Plano de Continuidade do Negócio que se encontra segmentado, grosso modo, em dois grandes grupos - Plano de Continuidade Operacional e Plano de Recuperação Tecnológica.

O processo de disseminação e aperfeiçoamento de cada um dos segmentos continua sendo uma tarefa atual. Esse objetivo foi fixado para o ano de 2025, como um dos principais objetivos a ser implementado pela função de risco.

Para o ano de 2025, o GRN prevê manter a estratégia de prossecução dos processos, e, a continuação da disseminação da cultura de risco no BISTP.

The background features a large, light blue circular graphic with a thick border, resembling a stylized 'G' or a partial ring. Scattered around this are several small, light blue icons of two interlocking circles. The top-left corner is filled with a complex, low-poly pattern of triangles in shades of orange and yellow. The bottom-right corner features a similar low-poly pattern in various shades of green. The central text is positioned within the white space of the large blue graphic.

8

RECURSOS HUMANOS

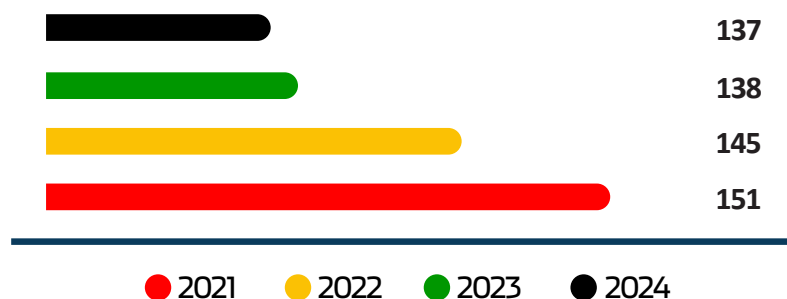
8. RECURSOS HUMANOS

Em 2024, intensificaram-se as ações de formação para todas as áreas do Banco (negócio e suporte). Foram ministradas mais de 15 ações de formação para os colaboradores das diferentes áreas beneficiadas.

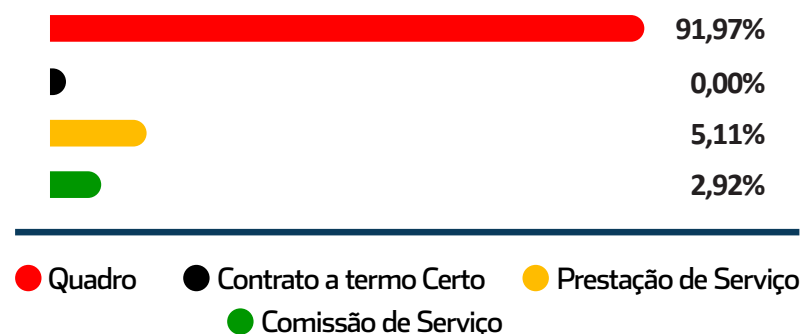
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR VÍNCULO JURÍDICO

Em 2024, o quadro de pessoal do BISTP estava composto por 137 colaboradores, dos quais 4 em comissão de serviço, 7 com contrato temporário e 126 com vínculo efetivo.

EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS NOS ÚLTIMOS 4 ANOS



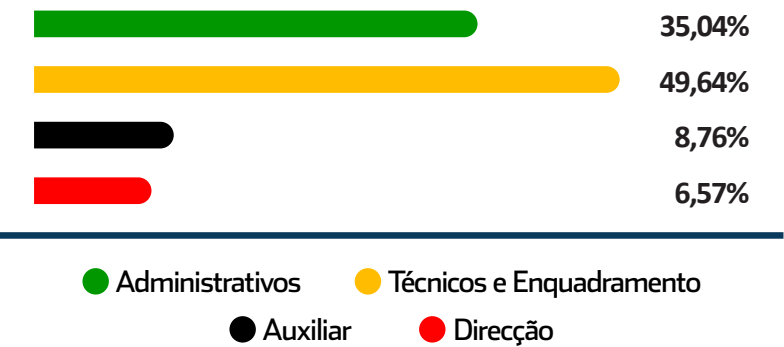
VÍNCULO JURÍDICO DO EFETIVO 2024



DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DO EFETIVO

De acordo com o novo Plano de Carreira, os colaboradores do quadro técnico e enquadramento representam o grupo profissional com maior número de empregados (68), representando 49,64% do total do efetivo. Os colaboradores do grupo funcional administrativo, representava cerca de 35,04% do efetivo. O grupo profissional com funções de direção (9 elementos) representa cerca de 6,57% do total do efetivo.

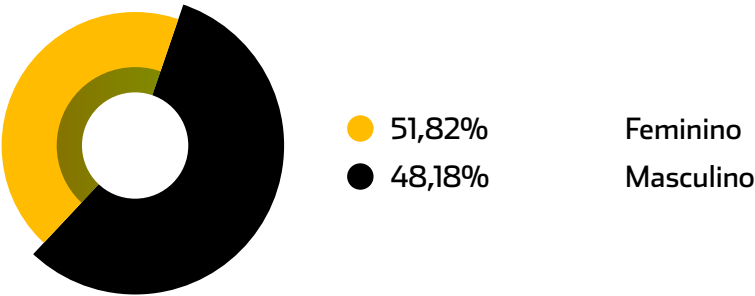
EFFECTIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL



DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO O GÉNERO

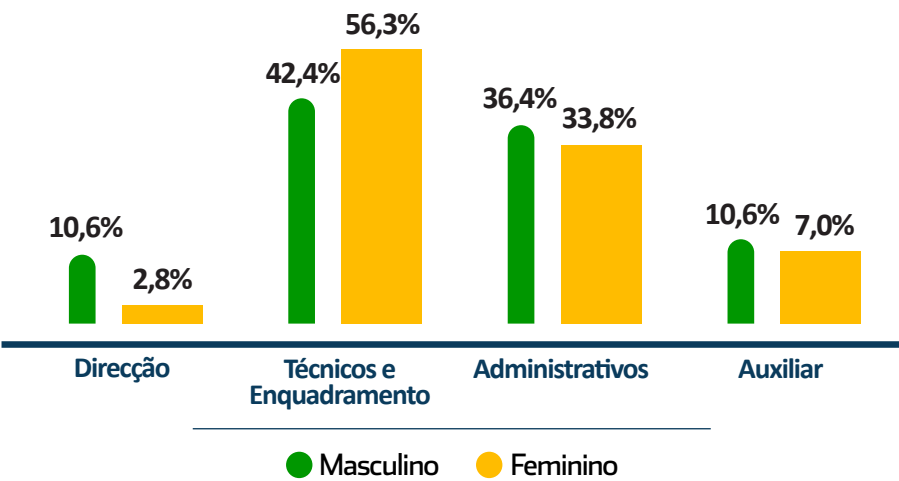
Na distribuição por género, mantém-se a tendência percentual do ano anterior, sendo que o número dos empregados do sexo feminino (51,82%) é superior ao masculino (48,18%).

COLABORADORES SEGUNDO GÉNERO



Como se pode verificar no gráfico seguinte, existe uma notória diferença de género, no grupo dos técnicos e enquadramento.

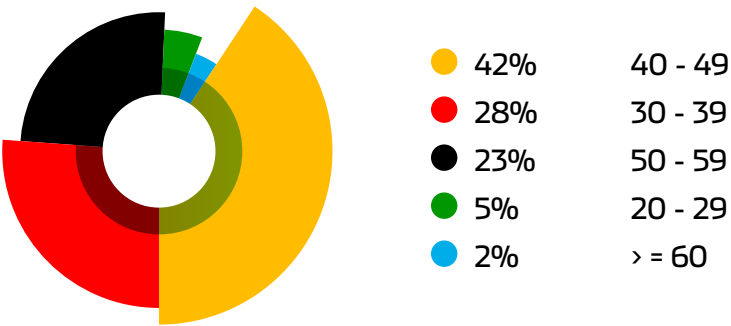
GRUPO PROFISSIONAL POR GÉNERO



DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

O escalão etário com maior número de empregados é o de 40 a 49 anos, em 2024, representando 42% do efetivo total do BISTP. O escalão 30 a 39 anos representa atualmente 28% do efetivo total.

EFFECTIVOS POR ESCALAÇÃO ETÁRIO



DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE

No BISTP, cerca de 27,74% dos colaboradores têm entre os “16 a 20 anos” de efetividade.

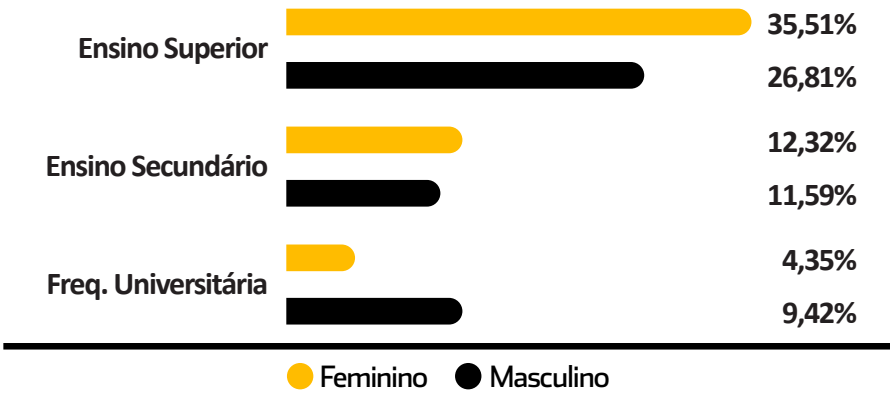
ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE



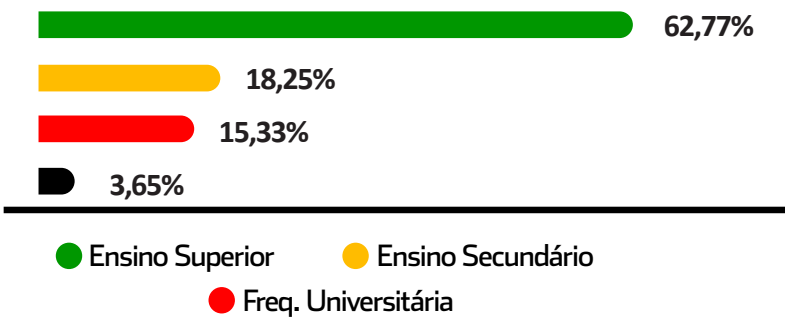
DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE

A forte aposta do BISTP na contratação de jovens licenciados nos últimos anos, permitiu o aumento do índice de habilitação dos empregados. Assim, em 2024 o número de colaboradores com habilitações ao nível do Ensino Superior atingiu 62,77% do efetivo total do Banco (profissionais com funções bancárias), sendo que, incluindo os que têm frequência universitária, a cifra passa para 78,10% do total do efetivo.

DISTRIBUIÇÃO POR HABITAÇÃO LITERÁRIA E POR GÉNERO



DISTRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÃO LITERÁRIA



The background features a large, light blue circular graphic with a thick border, resembling a stylized 'G' or a partial ring. In the top-left corner, there is a cluster of orange and yellow triangles of various sizes. In the bottom-right corner, there is a cluster of green triangles. Scattered throughout the background are several small, light blue icons, each consisting of two interlocking loops.

9

RESPONSABILIDADE SOCIAL

9. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade Social (RS) é um conceito que engloba as ações voluntárias das empresas que atuam em benefício do seu público, tanto interno quanto externo. As organizações socialmente responsáveis são aquelas que pautam a sua postura, comportamento e conduta atuais e se estruturam para colocar em prática **atitudes que promovam o bem-estar** dos envolvidos.

A Responsabilidade Social (RS) é o conceito que envolve a obrigação de indivíduos, empresas e organizações de contribuir para o bem-estar da sociedade e do meio ambiente em que estão inseridos. Essa responsabilidade vai além das exigências legais e envolve ações voluntárias que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas, promover a justiça social e proteger os recursos naturais. As organizações socialmente responsáveis são aquelas que repensam sua postura, comportamentos e condutas atuais e se estruturam para colocar em prática atitudes que promovam o bem-estar dos envolvidos

A responsabilidade social busca um equilíbrio entre os interesses econômicos e as necessidades sociais e ambientais, promovendo uma convivência harmônica e ética a todos os níveis.

Historicamente, o BISTP tem o seu modelo de gestão não apenas movido pelos interesses económicos – lucro, mas, também pelo apoio os outros detentores

de interesses, nomeadamente, os seus colaboradores, as comunidades locais, as organizações não-governamentais que têm o nobre objetivo de apoiar a reinserção social das crianças e jovens em risco de exclusão social, os Clientes, os fornecedores, as autoridades públicas, e a sociedade em geral. A sua responsabilidade social tem-se revelado, num fator decisivo para o seu desenvolvimento e crescimento ao longo dos seus mais de 31 anos de existência, bem como, para a sociedade são-tomense nas suas variadas vertentes.

Em matéria de Responsabilidade Social (RS), o BISTP deu continuidade aos seus apoios a Associação dos Cegos e Ambíopes de São Tomé e Príncipe (ACASTEP) e a Associação dos Deficientes de S.T.P (ADSTP) e, estabeleceu dois novos protocolos de apoios, desta feita, com a Associação São-tomense de Surdos (ASSTP) e com os Leigos Para o Desenvolvimento em STP. Continuou apoiando mensalmente o lar de crianças da Fundação Novo Futuro, assim como, a Fundação da Criança e Juventude, para o desenvolvimento de ações que têm como objetivo a proteção e o acompanhamento de menores e jovens carenciados, nas áreas sociais e cívicas, culturais, pedagógicas, lúdicas e materiais.

EDUCAÇÃO

A educação é o processo de facilitar o aprendizado ou a aquisição de conhecimentos, habilidades, valores, crenças e hábitos. O objetivo da educação é promover o desenvolvimento intelectual, social e emocional dos indivíduos, preparando-os para interagir de maneira produtiva e ética na sociedade. Além disso, a educação desempenha um papel crucial no empoderamento dos indivíduos, no desenvolvimento econômico e na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. O direito à educação foi reconhecido por alguns governos e pelas Nações Unidas.

Nesse âmbito, o BISTP em 2024, manteve os apoios com as três unidades orgânicas da Universidade de STP – USTP, Universidade Lusíada de STP/Fundação ATENA e Universidade de Évora STP atribuindo prémios aos melhores alunos finalistas, bolsas de estudo ao aluno mais carenciado de cada Unidade com média superior ou igual a 14 valores, bem como apoios para investimentos em laboratórios.

DESPORTO

O desporto é uma atividade física que exige e desenvolve habilidades, espírito competitivo, sendo praticado de forma organizada e regulada. Pode envolver atividades individuais ou em equipe com o objetivo de promover o bem-estar físico e mental, além de proporcionar entretenimento. O desporto desempenha um papel importante na integração social, sendo um meio de interação entre pessoas de diferentes origens e culturas.

Nesta área, em 2024, o BISTP concedeu apoios ao Ministério da Educação para

os Jogos Escolares (com tem sido prática anualmente), ao Comité Paralímpico de São Tomé e Príncipe para participação de 4 atletas são-tomenses nos Jogos Paralímpicos em Paris e à Federação de Xadrez de STP – FEXA-STP para participação na 45ª edição das Olimpíadas de Xadrez com seleção feminina e masculina.

CULTURA

A cultura é um conjunto de valores, crenças, costumes, tradições, práticas, linguagens, artefactos, conhecimentos e comportamentos compartilhados por um grupo de pessoas ou uma sociedade. Ela engloba as formas de vida e os modos de expressão que caracterizam uma comunidade, e transmitida de geração em geração. A cultura também se manifesta no modo como as pessoas se organizam e interagem na sociedade, influenciando áreas como a economia, a política e a educação. Ela não é estática, está em constante evolução, influenciada por fatores históricos, sociais e tecnológicos. Cada sociedade tem uma cultura única, mas todas as culturas estão em constante interação, especialmente neste mundo globalizado.

Ao longo do ano 2024, o Banco apoiou diversas atividades culturais que contribuíram para a divulgação da cultura São-tomense, sendo as mais relevantes: o patrocínio a ROÇA MUNDO – ASSOCIAÇÃO PARA CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CACAU relativa a X Bienal de Arte e Cultura de STP, sob o lema “À (Re) Descoberta de Nós”, apoio ao Instituto Nacional para Promoção da Igualdade e Equidade de Género – INPG para a Celebração dos 50 anos do Dia da Mulher São-tomense (dia 19 de Setembro) e apoio a UNEAS – União dos Escritores e Artistas São-tomenses para o prémio do vencedor do concurso “Paçu Fiá Glêza”.

Importa referir que o BISTP conta com um protocolo de parceria com o Centro Cultural Português – Instituto Camões STP há mais de 16 anos, visando a promoção de atividades conjuntas, a partilha do acervo e apoio à concretização de eventos nas áreas da cultura, economia, sociedade civil, ciências, educação e saúde.

Outros apoios importantes atribuídos em 2024:

- Patrocínio ao COMANDO GERAL DA POLÍCIA NACIONAL para celebração do 49º Aniversário da sua institucionalização;
- Patrocínio a FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE para a Orquestra Social do Projeto Rizoma (projeto de jovens formados no âmbito da música e do ensino da música e empresas culturais em funcionamento de forma sustentável, assim como conceder conhecimento e acesso à música e artes cénicas dos PALOP-TL /GB e STP à sociedade santomense, mas também às sociedades portuguesa e europeia);
- Financiamento a AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DO COMÉRCIO E INVESTIMENTO – APCI para realização do Fórum de Investimento em São Tomé e Príncipe, realizado no Hotel Praia;
- Apoio a PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE LOURDES, para a construção de uma cozinha no Centro Renascer;
- Patrocínio ao programa televisivo da RTP África AFRIKANDO SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.



10

ANÁLISE FINANCEIRA

10. ANÁLISE FINANCEIRA

10.1 COMPONENTES DO BALANÇO

Com um ambiente de negócio caracterizado por um baixo nível de investimento público e privado e também por um fluxo migratório de famílias que não deu sinais de abrandamento, com impacto no nível de consumo interno e no aumento do risco de crédito.

Em face deste cenário adverso, os esforços do BISTP foram no sentido da manutenção da prudência na avaliação, concessão e acompanhamento dos créditos, assim como no reforço de provisões, nos casos de risco potencial de incumprimento, visando manter uma adequada evolução, tanto quantitativa quanto qualitativa, dos principais elementos do seu balanço (Crédito e Depósitos), bem como dos rácios de rendibilidade, solvência e liquidez.

Os resultados económicos alcançados pelo Banco nesta difícil conjuntura, evidenciam uma vez mais a sua grande resiliência e capacidade de manter os principais indicadores de negócio em terreno positivo, e agregar valor ao capital dos Acionistas.

Assim, em 2024 o ativo total do BISTP fixou-se em mSTN 3.399.689,

traduzindo-se num aumento na ordem de 7,25% face a 2024, sustentado essencialmente pelo aumento das aplicações em crédito em 4,23% e em certificados de depósitos na ordem dos 190%, face ao ano anterior. O passivo também registou uma expansão de (5,6%) face a 2023, justificadas pelo aumento de caução constituídas para operações garantir operações de crédito documentário de importação.

O capital próprio registou um ligeiro crescimento na ordem de 13,5%, justificado essencialmente pelo crescimento das provisões para riscos gerais em torno dos 71%.

O volume de crédito bruto registou uma expansão moderada na ordem de 4,4%, o que, em termos absolutos, representa um aumento de mSTN 33.688, quando comparado com o ano de 2023, sendo explicado, essencialmente, por uma maior procura de financiamento bancário por parte do Estado.

O rácio de qualidade da carteira de crédito, dado pela divisão entre o volume de crédito irregular e a carteira global, fixou-se em 12,8%, contra 12,4% no ano anterior. O crédito em situação irregular cresceu em mSTN 10.314, face a 2023.

Este incremento do incumprimento resulta essencialmente de uma conjuntura económica que permaneceu adversa, assim como pelo grande fluxo migratório da população para Portugal, sendo que, alguns desses emigrantes são clientes com responsabilidade de crédito, que geralmente têm deixado por honrar as suas obrigações creditícias.

As “Aplicações em Instituições de Crédito”, conheceram uma contração na ordem de 16% (mSTN 120.959). Esta variação negativa das aplicações deve-se à diminuição do volume de aplicações em depósitos à prazo no exterior na ordem de mSTN 244.447 (redução de 43%), sendo esta explicada pela maior necessidade de utilização desses recursos para atender às necessidades de importação de bens e serviços, em particular para dar cobertura a operações de crédito documentário de importação no montante de 11 milhões de euros, no âmbito do projeto de reestruturação do setor energético. As aplicações em moeda nacional, mais concretamente, em Certificados de Depósitos do Banco Central, conheceram, pelo contrário, uma expansão na ordem de 65,7%, evidenciando um maior apetite do Banco em subscrever esse ativo de menor risco, em resultado do aumento da liquidez nessa moeda.

As “Aplicações em Títulos” conheceram uma contração na ordem de 10,9%, correspondendo a uma variação negativa em termos absolutos de mSTN 55.201, justificada pela redução do apetite para subscrever títulos de dívida pública, decorrente de uma percepção do aumento da fragilidade financeira do Estado.

Relativamente à captação de recursos, verifica-se a manutenção de uma certa estabilidade, não obstante a conjuntura de fraca atividade económica, tendo os depósitos de clientes, conhecido uma ligeira a variação negativa na ordem

de 0,2% face ao período homólogo. Os depósitos à ordem cresceram 0,6%, ao passo que os depósitos a prazo contraíram na ordem de 12%. A variação dos depósitos a prazo é justificada em parte, pelo facto do Banco oferecer taxas de remuneração dos passivos relativamente baixas. Não obstante esta contração dos depósitos a prazo, verifica-se, contudo, que os depósitos de clientes no Banco têm demonstrado ao longo dos anos uma adequada estabilidade, em resultado da e solidez, rigor e confiança que o Banco conseguiu transmitir aos seus clientes. A evidência de uma adequada estabilidade dos depósitos está assente no nível confortável de liquidez do Banco.

10.2 COMPONENTES DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O ano de 2024 foi muito desafiador para S.Tomé e Príncipe em termos financeiros, destacando-se a dificuldade de acesso à fontes de financiamento dos parceiros internacionais (bilaterais e multilaterais) para financiar o programa de investimentos público, bem como a fraca capacidade de arrecadação de receitas internas para cobrir as despesas correntes e de investimentos. O considerável fluxo migratório da população contribuiu para o aumento do risco de crédito. O risco operacional também aumentou, tornando a conjuntura muito complexa e desafiadora para o negócio bancário.

Relativamente ao nível de receitas operacionais constata-se que o Banco foi capaz de aumentar a margem financeira na ordem de 9,4% e a margem complementar em 27,7%.

Quanto a margem financeira, a variação positiva é justificada em particular pelos juros recebidos sobre as Aplicações em Instituições de Crédito, que conheceram um crescimento na ordem de 61,3%, decorrente da melhoria das

taxas de juro em dólares e euros no mercado internacional.

Os juros das aplicações em Títulos de Dívida Pública conheceram uma expansão na ordem de 29,8%, sendo que esta variação positiva resulta do aumento da taxa de juro exigida para permitir a conversão de títulos de curto prazo (Bilhetes de Tesouro) em títulos de longo prazo (Obrigações de Tesouro).

Os juros pagos sobre os depósitos a prazo dos clientes conheceram uma ligeira contração na ordem de 1,2%, decorrente em grande medida da redução da carteira de depósitos à prazo de clientes.

A margem complementar, com uma variação na ordem de 27,7%, foi impulsionada pelo aumento dos proveitos cambiais, comissões líquidas e outros proveitos de exploração.

A realização de algumas operações de importação de combustível, associado à apreciação do dólar americano no mercado internacional ao longo de 2024, favoreceram o aumento do resultado de reavaliação cambial, tendo -se fixado em mSTN 34.790, contra mSTN 32.892 em 2023, traduzindo uma contração na ordem de 5,8%.

As comissões líquidas conhecerem uma expansão na ordem de 35,5%, decorrente, essencialmente, da atualização do precário em 2024, em particular para os serviços de pagamentos ao exterior.

Os Outros Proveitos de Exploração cresceram na ordem de 27,5%, sendo este crescimento impulsionado essencialmente pelos proveitos obtidos na recuperação de créditos, que cresceram na ordem de 35%. Os Outros Proveitos de Exploração foram afetados negativamente pelo aumento, na ordem de

113,2%, dos custos com imposto (IVA) suportados pelo Banco na aquisição de produtos e serviços essenciais ao seu funcionamento.

Em resultado do crescimento da Margem Financeira e da Margem Complementar, na ordem de 9,4% e 27,5%, respetivamente, o Produto Global da Atividade, conheceu uma expansão na ordem de 18,8%.

O Custo Operativo registou uma contração na ordem de -2,4%, levado principalmente pela redução do custo com pessoal na ordem de -5,5%. As despesas com “Fornecimentos e Serviços de Terceiros”, registaram pelo contrário uma expansão em torno de 4,9%, sendo este aumento justificado com aumento do custo com o serviço Visa.

Com o aumento do risco, o Banco continua sendo prudente na sua política de provisão, tanto para crédito quanto para imóveis recebidos em dação, bem como para outros riscos gerais da atividade. Em face dos diversos riscos que afetaram a atividade em 2024, em particular associado a uma fraude perpetrada por um colaborador, a provisão foi reforçada, elevando-se a mSTN 64.049, sendo uma variação de 58% face a 2023.

O Resultado Líquido fixou-se em mSTN 55.747, representando um crescimento na ordem de 25%, face ao resultado de 2023 (reexpresso), não obstante os condicionalismos que afetaram o negócio em 2024.

Importa destacar que, não obstante os diversos constrangimentos, foi possível ter os principais indicadores do negócio em terreno positivo, o que, uma vez mais, evidencia a grande capacidade de resiliência do modelo de negócio do Banco, bem como uma forte capacidade de adaptação às novas condições do mercado e absorverão de riscos.



11

PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Considerando as disposições legais e estatutárias que estabelecem o limite de 1/5 do capital social para a constituição de reservas legais, bem como os impactos financeiros decorrentes da fraude detetada no decurso de 2025 (evento subsequente), o Conselho de Administração do Banco propõe que o resultado líquido referente ao exercício de 2024, no montante de STN 55.747.181 (Cinquenta e Cinco Milhões, Setecentos e Quarenta Sete Mil, Cento e Oitenta e Uma Dobras), seja integralmente utilizado para constituição de reservas livres e consequente reforço da situação líquida do Banco.

Rúbricas	Percentagem	Montante (STN)
Reservas Livres	100%	55.747.181
Resultado Líquido	100%	55.747.181

The background features a large, light blue circular graphic with a thick border. In the top-left corner, there is a cluster of orange and yellow geometric triangles. In the bottom-right corner, there is a cluster of green geometric triangles. Scattered throughout the background are several small, light blue icons, each consisting of two interlocking loops.

12

RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA

12. RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
www.deloitte.pt

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 20161389

Página 2 de 3

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em Dobras de São Tomé Príncipe – STN)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. ("Banco"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um ativo total de STN 3.399.689.002 e um total de situação líquida de STN 607.638.518, incluindo um resultado líquido de STN 55.747.181), as demonstrações dos resultados, de alterações na situação líquida e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o setor bancário (Nota 2).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em São Tomé e Príncipe e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTL"). A DTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTL e cada firma-membro da DTL e respectivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500* entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricul.: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2025. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 2.2. do Anexo, no primeiro trimestre de 2025, o Banco identificou e denunciou à Procuradoria-Geral da República Democrática de São Tomé e Príncipe uma fraude financeira perpetrada entre 2018 e 2025, na qual está implicado um colaborador do Banco. A referida fraude consistiu no desvio de verbas destinadas ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) para a conta de um cliente do Banco, provenientes de pagamentos ordenados pela Direção do Tesouro. O Banco constituiu uma provisão para a estimativa dos montantes desviados até 31 de dezembro de 2024, bem como dos eventuais encargos associados, nos montantes de STN 98.505.559 e STN 31.104.274, respetivamente (Nota 15). Parte dos montantes desviados e respetivos encargos respeitam a exercícios anteriores, pelo que o Conselho de Administração do Banco reexpressou as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 apresentadas para efeitos comparativos (Nota 2.2.).

A nossa conclusão não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o setor bancário e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro.

Quando preparar as demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que tenha intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Deloitte.Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 20161389

Página 3 de 3

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Lisboa, 15 de maio de 2025

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Pedro Miguel Lopes Matos, ROC
Registo na OROC n.º 1293
Registo na CMVM n.º 20160903



13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Balanços para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em Dobras de São Tomé e Príncipe (STN)

ATIVO	Notas	2024			2023		01.01.2023 (Reexpresso)	PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	Notas	2023		
		Ativo bruto	Amortizações e provisões	Ativo líquido	(Reexpresso)	(Reexpresso)				2024	(Reexpresso)	01.01.2023 (Reexpresso)
Caixa e disponibilidade no Banco Central	3	887.615.463	-	887.615.463	596.977.524	1.072.700.906	Depósitos:					
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	4	250.670.597	-	250.670.597	158.609.228	93.787.702	À vista	11	2.362.629.668	2.349.778.189	2.171.731.317	
Outros créditos sobre instituições de crédito	5	761.360.592	-	761.360.592	882.319.293	324.272.216	A prazo ou com pré-aviso	11	142.501.531	160.246.923	164.317.958	
Créditos sobre clientes	6 e 15	791.614.107	(67.424.513)	724.189.594	705.066.020	819.966.179	Recursos de outras entidades	12	12.207.015	15.412.467	9.764.497	
Títulos de investimento	7	516.818.756	-	516.818.756	560.000.000	420.128.205	Outros passivos	13	218.214.118	39.018.356	56.059.658	
Imobilizações corpóreas	8	462.792.653	(241.045.968)	221.746.685	217.108.703	208.989.411	Contas de regularização	14	56.498.151	70.397.767	80.225.181	
Imobilizações incorpóreas	8	52.576.583	(46.172.759)	6.403.825	2.259.673	5.120.199	Total do Passivo		2.792.050.484	2.634.853.702	2.482.098.611	
Imobilizações em curso	8	4.824.451	-	4.824.451	8.048.302	8.416.564						
Imobilizações financeiras	8 e 15	2.940.000	(2.940.000)	-	-	-	Capital	16	166.600.000	166.600.000	166.600.000	
Outros ativos	9 e 15	68.471.455	(49.225.302)	19.246.153	34.188.722	42.859.666	Reservas	16	103.206.990	95.946.358	86.429.341	
Contas de regularização	10	6.812.887	-	6.812.887	5.434.339	6.488.109	Resultados transitados	16	136.982.929	143.464.927	114.913.876	
							Provisões diversas	15	145.101.418	84.804.393	57.517.157	
							Resultado do exercício	16	55.747.181	44.342.424	95.170.171	
Total do Ativo		3.806.497.544	(406.808.542)	3.399.689.002	3.170.011.805	3.002.729.156	Total de Situação Líquida		607.638.518	535.158.103	520.630.545	
							Total do Passivo e da Situação Líquida		3.399.689.002	3.170.011.805	3.002.729.156	

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista

O Conselho de Administração

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Notas	2024	2023 (Reexpresso)
Juros e rendimentos similares	20	162.960.108	149.449.158
Juros e encargos similares	20	(5.624.331)	(5.694.883)
MARGEM FINANCEIRA		157.335.776	143.754.275
Rendimentos de serviços e Comissões	21	152.573.242	122.760.598
Encargos com serviços e Comissões	21	(24.789.502)	(28.421.069)
Resultado Líquido de Operações Cambiais	22	34.790.488	32.892.283
Outros Resultados de Exploração	23	29.705.712	23.291.602
PRODUTO BANCÁRIO		349.615.717	294.277.690
Custos com o Pessoal	24	(88.465.691)	(93.602.831)
Gastos Gerais Administrativos	25	(62.776.294)	(59.860.517)
Amortizações do Exercício	8	(20.746.974)	(22.700.041)
Provisões para crédito líquidas de reposições e anulações	15	(5.396.214)	(7.290.903)
Outras provisões líquidas de reposições e anulações	15	(78.388.656)	(40.729.305)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		93.841.887	70.094.092
Imposto sobre o rendimento	19	38.094.706	25.751.668
RESULTADO DO EXERCÍCIO		55.747.181	44.342.424

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista

O Conselho de Administração

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstrações de alterações na Situação Líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Reservas					Resultado			
	Capital	Legal	Reavaliação	Reavaliação cambial	Total	Resultados transitados	Provisões diversas	líquido do exercício	Total
Saldos em 31-12-2022	166.600.000	54.397.963	892.214	31.139.164	86.429.341	155.154.234	17.276.799	95.170.171	520.630.545
Correções de exercícios anteriores (Nota 2.2)	-	-	-	-	-	(40.240.358)	40.240.358	-	-
Saldos em 01-01-2023 (Reexpresso)	166.600.000	54.397.963	892.214	31.139.164	86.429.341	114.913.876	57.517.157	95.170.171	520.630.545
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2022									
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	9.517.017	-	-	9.517.017	28.551.051	-	(38.068.068)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(57.102.103)	(57.102.103)
Provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	27.287.237	-	27.287.237
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	44.342.424	44.342.424
Saldos em 31-12-2023 (Reexpresso)	166.600.000	63.914.980	892.214	31.139.164	95.946.358	143.464.927	84.804.393	44.342.424	535.158.103
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2023									
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	7.260.632	-	-	7.260.632	(6.481.998)	-	(778.634)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(43.563.790)	(43.563.790)
Provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	60.297.025	-	60.297.025
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	55.747.181	55.747.181
Saldos em 31-12-2024	166.600.000	71.175.612	892.214	31.139.164	103.206.990	136.982.929	145.101.418	55.747.181	607.638.519

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista

O Conselho de Administração

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Fluxo de Caixa	Nota	2024	2023 (Reexpresso)
Actividades Operacionais			
Resultado Líquido do exercício		55.747.181	44.342.424
Ajustamentos:			
Amortizações do Exercício	8	20.746.974	22.700.041
Provisões e Imparidade		83.784.870	48.020.208
(Aumento) / diminuição de aplicações em instituições de crédito	5	121.371.978	(557.939.959)
(Aumento) / diminuição de crédito a clientes	6	(48.543.330)	140.207.497
(Aumento) / diminuição de outros activos	9	3.373.412	(24.444.564)
(Aumento) / diminuição de recurso de clientes e outros empréstimos	11	(4.893.912)	173.975.837
(Aumento) / diminuição de outros passivos	13	175.953.915	(24.475.718)
Pagamento por Conta do IRC	19	(19.313.751)	(26.375.255)
Fluxo de Actividades Operacionais		388.227.337	(203.989.487)
Actividades de Investimento			
(Pagamentos) / Recebimentos respeitantes a:			
Obrigações e outros títulos	7	62.277.054	(121.864.835)
Imobilizações Corpóreas	8	(18.367.347)	(27.365.643)
Imobilizações Incorpóreas	8	(5.873.946)	(579.788)
Fluxo da Actividade de Investimento		38.035.761	(149.810.266)
Actividade de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos distribuídos	16	(43.563.790)	(57.102.102)
Fluxo da Actividade de Financiamento		(43.563.790)	(57.102.102)
Aumento/(diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes		382.699.308	(410.901.856)
Caixa e seus equivalente no início do período		755.586.752	1.166.488.608
Caixa e seus equivalente no final do período		1.138.286.060	755.586.752

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista

O Conselho de Administração



14

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

14. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores em Dobras de São Tomé e Príncipe (STN)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BISTP”), tem sede em São Tomé, e foi constituído por Escritura Pública de 3 de março de 1993.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos a clientes, depósitos no Banco Central de São Tomé e Príncipe, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e outros ativos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários, dispondo para o efeito, em 31 de dezembro de 2024, de uma rede nacional de dez balcões, localizados na cidade de São Tomé (7), na cidade da Trindade (1), na cidade de Santana (1) e na Ilha do Príncipe (1), além de dispor de 3 áreas automáticas com ATM na capital dos distritos de Lobata, Lembá e Caué.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas foram preparadas no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente (NAP) nº 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Banco operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Banco dispõe de níveis de capital e liquidez adequados, não

tendo os acionistas intenções de encerrar as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

O PCIF, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010, representa uma aproximação às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), contendo um conjunto alargado de adaptações à realidade São-tomense.

Através de comunicação do Banco Central de São Tomé e Príncipe, datada de 3 de dezembro de 2010 e cujas orientações foram prorrogadas em novas comunicações de 24 de abril de 2015, de 8 de dezembro de 2015, de 10 de março de 2017 e de 26 de março de 2018, foram autorizadas, para o sector bancário, as seguintes exceções às disposições definidas no PCIF:

- o diferimento das comissões associadas a crédito é efetuado pelo método linear, e não pela taxa de juro efetiva;
- os títulos em carteira são registados pelo seu valor nominal, não sendo aplicado o conceito de justo valor na sua valorização;
- as provisões para crédito concedido são determinadas com base nas regras previstas na NAP nº 13/2021, não sendo calculada imparidade de acordo com a IFRS 9;
- a apresentação de divulgações de acordo com a Norma IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações” apenas é obrigatória após a implementação das disposições acima definidas.

Em 5 de Março de 2019 e 21 de janeiro de 2020, o Banco Central de São Tomé e Príncipe emitiu novas comunicações que prorrogavam todas as exceções

acima listadas, com exceção do reconhecimento dos títulos em carteira, em que as instituições tem no momento inicial de determinar se os títulos são valorizados ao justo valor ou destinados ao investimento (ponto 6 do capítulo “III. NORMAS ESPECÍFICAS DE CONTABILIZAÇÃO” do PCIF).

Foi ainda clarificado que as IFRS não previstas no PCIF não são de aplicação obrigatória. Não obstante, o Banco Central permite que o Banco introduza as IFRS de forma plena, desde que os procedimentos adotados sejam divulgados nas notas às demonstrações financeiras e devidamente validados pela Supervisão Bancária.

Em janeiro de 2022 e em fevereiro de 2023, o Banco Central de S. Tomé e Príncipe emitiu novas comunicações prorrogando todas condições mencionadas nas comunicações de 5 de março de 2019 e 21 de Janeiro de 2020, tendo reiterado na comunicação de fevereiro de 2023 que essas condições irão permanecer em vigor até a comunicação oficial em contrário.

As demonstrações financeiras estão expressas em dobras (STN), arredondadas à unidade mais próxima.

As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do BISTP aquando da sua reunião a 12 de maio de 2025 e estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, é do entendimento do Conselho de Administração que as demonstrações financeiras serão aprovadas sem alterações significativas.

2.2. REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No primeiro trimestre de 2025, o Banco identificou e denunciou à Procuradoria-Geral da República Democrática de São Tomé e Príncipe uma fraude financeira perpetrada entre 2018 e 2025, na qual está implicado um colaborador do Banco. A referida fraude consistiu no desvio de verbas destinadas ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) para a conta de um cliente do Banco, provenientes de pagamentos ordenados pela Direção do Tesouro.

De acordo com as informações disponíveis e conforme a melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco, o montante global desviado até 31 de dezembro de 2024 ascendeu a STN 98.505.559 (Nota 15). Em 2025, foi desviado o montante de STN 7.119.745.

O Banco constituiu uma provisão para outros riscos e encargos destinada a cobrir os montantes desviados, bem como os eventuais encargos associados, cujos montantes ascendiam em 31 de dezembro de 2024 a STN 98.505.559 e STN 31.104.274, respetivamente (Nota 15).

O Conselho de Administração do Banco corrigiu este erro de forma retrospectiva através da reexpressão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, tal como definido na NAP nº 5/09, de 9 de julho, conforme detalhe abaixo:

	31-12-2022	Impactos da fraude (Nota 15)	01-01-2023
Capital	166.600.000	-	166.600.000
Reservas	86.429.341	-	86.429.341
Resultados transitados	155.154.234	(40.240.358)	114.913.876
Provisões diversas (Nota 15)	17.276.799	40.240.358	57.517.157
Resultado do exercício	95.170.171	-	95.170.171
Total de Situação Líquida	520.630.545	-	520.630.545

	31-12-2023	Impactos da fraude (Nota 15)	31-12-2023 (Reexpresso)
Capital	166.600.000	-	166.600.000
Reservas	95.946.358	-	95.946.358
Resultados transitados	183.705.285	(40.240.358)	143.464.927
Provisões diversas (Nota 15)	16.300.142	68.504.251	84.804.393
Resultado do exercício	72.606.317	(28.263.893)	44.342.424
Total de Situação Líquida	535.158.103	-	535.158.103

2.3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2024 e 2023 encontram-se expressas na moeda funcional, em Dobras de São Tomé e

Príncipe, tendo os ativos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio de compra indicativo publicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe naquelas datas, no seguimento do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho.

Através da entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 17/09, de 31 de dezembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, foi fixada a paridade cambial com o Euro (EUR) a partir de 1 de janeiro de 2010, tendo o câmbio sido fixado em 1 Euro/24,5 Dobras de São Tomé e Príncipe (STN). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2022	2021
1USD	23,4584 STN	22,0443 STN

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respetivas moedas de denominação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira encontram-se convertidos para STN ao câmbio de compra comunicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe diariamente. Por sua vez, os ativos e passivos não monetários são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data do final de dia da transação.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais resultantes da conversão, registam-se na demonstração dos resultados do

exercício em que ocorrem, na rubrica “Resultado líquido de operações cambiais”.

A conversão dos réditos e custos em moedas estrangeiras é efetuada numa base diária ao câmbio do final do dia.

c) Provisões para riscos de crédito

Conforme definido no PCIF, as provisões para crédito devem transitoriamente corresponder ao maior de entre as provisões regulamentares e a imparidade. Tal como descrito na Nota 2.1, relativamente aos exercícios de 2024 e 2023 o Banco Central de São Tomé e Príncipe autorizou que não fosse calculada a imparidade de acordo com a IFRS 9.

Nos termos do nº 7 do capítulo III do PCIF, o Banco realizou uma análise individual de imparidade sobre Grupos Económicos individualmente significativos para aferir da suficiência das provisões regulamentares face à estimativa do valor dos créditos que se considera recuperável, tendo para esses registado o maior entre o valor de imparidade (provisões económicas) e de provisões regulamentares.

Para as exposições não significativas, o Banco calculou as provisões para riscos de crédito de acordo com as disposições da NAP nº 13/2021.

Para as exposições extrapatrimoniais, o Banco constitui provisões sobre o montante de exposição apurado com base na norma que consta no Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3, bem como a NAP n.º 13/2021.

Nos termos desta Norma, o Banco classifica as operações de crédito por ordem

crescente de risco, de acordo com as seguintes categorias:

- a) Normal
- b) Sob supervisão
- c) Abaixo do normal
- d) Crédito duvidoso
- e) Perda

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efetuada na categoria que apresentar maior risco e é independente das garantias associadas a cada operação.

O crédito irregular é classificado nas categorias de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a seguinte tabela:

Categoria	Normal	Sob supervisão	Abaixo do normal	Crédito duvidoso	Perda
% de provisão	2%	10%	25%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento	até 30 dias	de 30 a 89 dias	de 90 a 180 dias	de 180 dias a 360 dias	mais de 360 dias

Os juros vencidos, bem como os créditos em cobrança coerciva, são integralmente provisionados. Adicionalmente, conforme anteriormente referido, o Banco regista provisões económicas para alguns clientes onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos, incluindo créditos reestruturados por dificuldades financeiras.

É permitido classificações distintas de nível de risco entre diferentes exposições

de responsabilidade de um mesmo devedor, nos casos em que a exposição classificada na categoria de maior risco represente menos de 10% da exposição total do devedor.

O Conselho de Administração do Banco considera que as provisões económicas são integralmente dedutíveis para efeitos de apuramento do imposto sobre o rendimento, em virtude de serem inerentes/indispensáveis para a realização dos proveitos sujeitos a imposto.

De acordo com o ponto 8 da NAP nº 05/2009 as provisões económicas e as provisões para o crédito classificado nas categorias “Abaixo do normal”, “Crédito duvidoso” e “Perda” são registadas a crédito na rubrica de “Crédito sobre clientes” no ativo.

As provisões para o crédito classificado nas categorias “Normal” e “Sob supervisão” e para as exposições extrapatrimoniais são registadas na rubrica de “Provisões diversas” na situação líquida.

Nos termos do artigo 5.º da NAP nº 13/2021, as exposições sobre o Estado de São Tomé e Príncipe e sobre o Banco Central de São Tomé e Príncipe, bem como os ativos que por estes se encontrem garantidos, ou ainda, as operações extrapatrimoniais, negociadas por sua conta ou com a sua garantia, devem ser classificadas na categoria de risco “Normal”, devendo ser observadas as condições previstas no nº 2 do referido artigo 5.º. Nos termos do artigo 5.º da NAP nº 13/2021, o Banco não constitui provisões para aquelas exposições.

d) Bens em dação de pagamento

Os imóveis e outros bens recebidos em dação de pagamento por recuperação

de créditos irregulares, são registados na rubrica “Outros ativos” (Nota 9), de acordo com o artigo nº 8 da NAP nº 7/07, de 6 de agosto.

O recebimento dos bens ou valores em dação de pagamento de crédito irregular é feito pelo mínimo entre o valor do crédito ou ativo a receber, acrescido de eventuais despesas incorridas com processos judiciais e o justo valor estimado pelos avaliadores independentes.

Até 2022 o Banco constituía provisões adicionais específicas para esses imóveis por um período de 8 anos, a razão de uma taxa de 12,5% por cada ano de permanência em carteira.

Em 2023 Administração alterou o critério de cálculo de provisão para os imóveis recebidos em dação e passou a considerar o período de 6 anos para constituição de provisão para os imóveis recebidos em dação, a razão de uma taxa de 16,6667%. Esta decisão teve como fundamento o baixo nível de rotação dos imóveis em carteira, o estado avançado de degradação dos imóveis e a fraca dinâmica económica que o País regista nos últimos anos. Adicionalmente, o Banco reforça aquelas provisões sempre que considera aplicável em função do estado dos imóveis.

As provisões para Bens em dação de pagamento são apresentadas na rubrica “Outros ativos” (Nota 9).

e) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1998 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com a legislação em vigor, deduzidas das respetivas depreciações. As adições posteriores de imobilizado corpóreo

encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas das respetivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas de amortização definidas na Lei nº 5/93, de 10 de agosto, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	2 - 10
Equipamento informático	3 - 4
Instalações interiores	8 - 20
Material de transporte	4

O custo de aquisição inclui despesas que sejam diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo do exercício, na rubrica de “Gastos Gerais Administrativos”.

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, num período de três anos.

As despesas com manutenção de software são registadas como custo no exercício em que são incorridas.

f) Carteira de títulos

De acordo com o PCIF, na data de aquisição, o Banco deve determinar se os títulos são avaliados ao justo valor ou destinados ao investimento. Os títulos avaliados ao justo valor são aqueles classificados por opção do Conselho de Administração e destinados a negociação. Títulos destinados ao investimento são os títulos de rendimento fixo, com remuneração e prazo de vencimento determinados, que a instituição adquire para manter até ao vencimento ou reembolso.

Os títulos detidos pelo Banco são destinados ao investimento.

Em setembro de 2024, os Bilhetes de Tesouro que se encontravam em carteira foram convertidos em Obrigações do Tesouro com pagamento de juros semestrais. Os Bilhetes do Tesouro eram registados ao valor nominal na rubrica “Títulos de investimento”, sendo a diferença negativa entre o custo de aquisição e o valor nominal reconhecida como proveito de forma linear até ao vencimento. O valor de desconto era contabilizado na rubrica do passivo “Contas de regularização – Receitas com proveito diferido – Obrigações e outros títulos” (Nota 14).

As Obrigações do Tesouro do Estado de São Tomé e Príncipe são registadas ao valor nominal na rubrica “Títulos de investimento”, sendo os juros especializados de forma linear.

g) Imobilizações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Imobilizações financeiras” corresponde à participação do Banco na Sociedade Gestora de Pagamentos

Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT). As imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo sujeitas a análises de imparidade.

h) Impostos

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de dezembro.

Até junho de 2023 o Banco estava obrigado a proceder a coleta do imposto sobre consumo como definido no Decreto-Lei nº 35/2000, a taxa de 5%, tal como determinado no Decreto – Lei nº 9/2005, promulgado em 29 de julho de 2005, bem como ao Imposto do Selo, conforme previsto no Artigo 1º do Decreto-lei nº 81/93, promulgado em 31 de dezembro de 1993.

Com a entrada em vigor, a partir de 1 de junho de 2023, da Lei 13/2019 do Imposto Sobre Valor Acrescentado (IVA), que revogou todas as leis de imposto sobre consumo, o Banco passou a estar obrigado a proceder à coleta do IVA à taxa de 15%.

Até maio de 2023, era adicionalmente coletado o Imposto do Selo à taxa normal de 6%, mas a entrada em vigor da Lei 14/2022 do Imposto de Selo, a partir de 1 de junho 2023, veio alterar a taxa de imposto de selo para 3,5%. O montante de imposto de selo coletado está refletido na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração dos resultados.

Os juros dos Bilhetes do Tesouro e Obrigações de Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe estão sujeitos a retenção na fonte a uma taxa de 20%,

em sede de imposto sobre rendimento de capitais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existem diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. O PCIF não prevê o registo de impostos diferidos.

i) Pensões de reforma

A Lei nº 1/90, de 8 de maio, que regulamenta o sistema de Segurança Social em São Tomé e Príncipe, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores inscritos na Segurança Social que atinjam a idade considerada normal para a cessação da atividade profissional (57 ou 62 anos conforme sejam, respetivamente, do sexo feminino ou masculino). O valor destas pensões é calculado nos termos dos Artigos 59º e 67º da supra referida Lei. De acordo com

o previsto no Artigo 99º da referida Lei, as taxas de contribuição para este sistema são de 6% para a entidade empregadora e de 4% para os trabalhadores. Para além destas contribuições, o Banco não assumiu qualquer responsabilidade por benefícios de reforma dos seus empregados.

j) Prémios de antiguidade

Até 2021, o Banco assumia o compromisso de liquidar um prémio de antiguidade, correspondente, a um ou dois meses de vencimento, aos colaboradores que perfaziam 15 e 30 anos de serviço, respetivamente. Em 2022, com a entrada em vigor do novo Estatuto de Pessoal, através da Ordem de Serviço nº 23/2022, o Banco passou a assumir o compromisso de liquidar prémios de antiguidade correspondentes a um, dois ou três meses de vencimento, aos colaboradores que perfaçam 10, 20 e 30 anos de serviço,

respetivamente. Os prémios de antiguidade são reconhecidos linearmente ao longo do tempo de serviço dos colaboradores na rubrica “Contas de regularização - Custos a pagar” (Nota 14) e apresentados nos resultados na categoria de “Custos com pessoal”.

k) Prémio de produtividade

A Comissão Executiva distribui anualmente aos empregados prémios de produtividade (Participação de Lucros) de acordo com a contribuição de cada um para os resultados e defesa dos interesses do BISTP.

Para elegibilidade foram definidos os seguintes critérios:

- Empregados do quadro efetivo, com contrato por tempo indeterminado, a termo, de avença ou expatriado, que à data de 31 de dezembro se encontrem ao serviço do Banco;
- Empregados que, não estando ao serviço do Banco naquela data, tenham prestado serviço efetivo na totalidade ou em parte no ano, e que, entretanto:
 - Tenham sido reformados;
 - Tenham cessado funções no respeito de contrato ou acordo estabelecido com o Banco, excetuando-se os contratados a termo que por desadequação foram dispensados.

Os prémios de produtividade são refletidos em “Custos com pessoal” no exercício a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

A remuneração dos órgãos sociais é composta por duas componentes, sendo

uma fixa, atribuída a todos os membros do Conselho de Administração, e uma variável atribuída exclusivamente aos membros executivos do Conselho de Administração com o propósito de estimular o desempenho deste órgão e premiar os resultados alcançados. A remuneração variável dos membros executivos do Conselho de Administração é paga discricionariamente, em função do desempenho sustentado do Banco e por decisão da Assembleia Geral, após aprovação das contas.

l) Comissões

Conforme descrito na Nota 2.1, o Banco efetua o diferimento das comissões cobradas na concessão dos créditos sobre clientes ao longo da vida das operações através do método linear.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são igualmente objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas diretamente imputáveis à sua origem, são reconhecidas ao longo do período destas operações em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”.

m) Crédito a clientes e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreendem todos os ativos

financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito. Estes ativos financeiros são inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Nos termos do artigo 6.º da NAP 13/2021, as exposições classificadas na categoria “Perda” devem ser abatidas ao ativo (write-off) após terem decorridos 12 meses desde a sua classificação naquela categoria ou antes desse prazo, caso não existam expectativas razoáveis de recuperação.

Os créditos encontram-se sujeitos a provisões conforme divulgado na Nota 2.2 c).

n) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Estas responsabilidades são abrangidas pelo regime de constituição de

provisões para risco de crédito previsto na NAP 13/2021 e no Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3, conforme divulgado na Nota 2.2 c).

o) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e depósitos de clientes.

Estes passivos financeiros são mensurados ao seu valor nominal acrescido de eventuais comissões e de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação.

p) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão deve ser reconhecida quando se verifique uma obrigação presente (legal ou construtiva), (i) resultante de um acontecimento passado, relativamente à qual se verifique (ii) uma forte probabilidade de se efetuar um dispêndio de recursos e que seja (iii) quantificável de um modo fiável.

As provisões são revistas no final de cada data de relato e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Um passivo contingente afigura-se como uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela

ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade ou uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Assim, o Banco divulga um passivo contingente, quando é mais provável que nenhuma obrigação presente exista à data do balanço, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja remota.

q) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro linear, o qual não difere de forma material do método da taxa de juro efetiva.

O cálculo de juro inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos relacionados com a transação.

A NAP 05/2009 - "Plano de Contas" estabelece que as instituições não podem continuar a reconhecer juros (periodificação) após 90 dias de incumprimento (operações de crédito classificadas em classe 3).

r) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" os valores registados no balanço

de aplicações de muito curto prazo, disponíveis de imediato sem perda de valor, onde se incluem as rubricas de caixa e disponibilidades no Banco Central e as disponibilidades à vista sobre instituições de crédito.

2.4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objetivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2.2 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

a) Provisões para crédito concedido

As provisões sobre crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.2 c), resultando de uma revisão periódica da carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade. Esta avaliação resulta da ponderação de um conjunto de fatores que refletem o conhecimento da realidade dos clientes, o seu comportamento e dados

históricos, o valor das garantias associadas às operações em questão, entre outros, apresentando como tal, um elevado grau de julgamento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

b) Provisões e passivos contingentes

Conforme referido na Nota 2.2 p) acima, são reconhecidas provisões sempre que exista uma obrigação presente de que seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido no futuro e este possa ser mensurado com fiabilidade.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respetiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pelo Conselho de Administração tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Banco, quanto aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização dos exfluxos de caixa futuros, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

No primeiro trimestre de 2025, o Banco identificou uma fraude perpetrada por um colaborador desde 2018 (Nota 2.2), na qual era adulterado de forma recorrente o beneficiário efetivo de ordens recebidas pelo Banco da Direção do Tesouro. O Conselho de Administração do Banco registou provisões para fazer face a esta contingência, a qual se reveste de uma elevada incerteza quanto ao montante a pagar, tendo em consideração a informação até à data disponível, as opiniões dos advogados e os requisitos definidos na NAP nº 5/09, de 9 de julho.

Os passivos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras, sendo objeto de divulgação caso a possibilidade de virem a ser realizados pagamentos não seja classificada como remota. A reavaliação dos passivos contingentes está dependente da evolução de processos judiciais em curso, podendo esta ter um resultado diferente do previsto.

c) Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de dezembro.

Os impostos sobre o rendimento são refletidos nos resultados do período.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos após a data a que a matéria coletável respeite, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correções ao lucro tributável dos exercícios de 2020 a 2024. No entanto, não é previsível que qualquer correção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas.

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023 Reexpresso
Caixa		
Notas e moedas nacionais	66.821.892	35.231.160
Notas e moedas estrangeiras:		
Em Euros	23.783.191	9.066.776
Em Dólares dos Estados Unidos	10.212.685	7.514.858
Em outras divisas	1.923.634	3.449.923
	102.741.401	55.262.716
Depósitos à ordem no Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP)		
Em moeda nacional	748.746.394	494.126.385
Em moeda estrangeira:		
Em Euros	24.852.815	27.454.295
Em Dólares dos Estados Unidos	11.274.852	20.134.128
	784.874.062	541.714.808
	784.874.062	541.714.808
	887.615.463	596.977.524

Os depósitos à ordem no BCSTP em moeda nacional visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas mínimas de caixa.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o coeficiente da reserva mínima de caixa (RMC), era de 28% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e 21% sobre os passivos elegíveis em moeda estrangeira, respetivamente, referentes ao mês que antecede em dois meses o início do período de manutenção, nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 18/2011, de 17 de agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe. Estes depósitos não são remunerados.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o montante total de exigibilidades ascende a STN 702.872.667 e STN 583.897.977, respetivamente.

4. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023 Reexpresso
Cheques a cobrar no país	2.366.228	3.845.527
Títulos a cobrar no país	483.802	2.520.403
Depósitos à ordem no estrangeiro		
Caixa Geral de Depósitos:		
Sede (lisboa)	195.179.286	91.139.745
Sucursal de França	3.251.532	2.215.457
Banco Comercial Português	28.398.687	14.389.596
Banco Santander Totta	2.916.352	6.343.866
Banco BAI Europa	17.890.114	37.970.048
Outras Instituições de Crédito	184.362	184.362
	247.820.332	152.243.073
Outras disponibilidades	234	224
	250.670.597	158.609.228

A rubrica “Cheques a cobrar” correspondem a cheques sobre clientes de outros Bancos, os quais, em regra, são cobrados nos primeiros dias úteis seguintes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Títulos a cobrar no país” corresponde aos títulos representativos de “ordens bancárias” emitidas pela Direção Geral do Tesouro, visando o pagamento das despesas correntes do Estado e que são depositados no Banco para efeitos de liquidação, os quais apresentam datas de maturidade inferiores a 10 dias.

O maior afluxo de divisas destinadas aos projetos financiados por organismos internacionais de apoio ao desenvolvimento, estão na base do crescimento das disponibilidades nos Bancos correspondentes.

5. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica corresponde a depósitos a prazo e certificados de aforro, os quais apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro:

	2024					
	Moeda	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em STN	Juros a Receber	Total
CGD - Portugal	EUR	2,83%	660.923	16.192.624	16.548	16.209.172
CGD - Portugal	EUR	2,82%	440.000	10.780.000	844	10.780.844
CGD - Portugal	EUR	2,70%	500.000	12.250.000	919	12.250.919
BAI Europa	EUR	3,64%	2.550.000	62.475.000	2.116.167	64.591.167
BAI Europa	EUR	3,87%	3.050.000	74.725.000	2.466.112	77.191.112
BAI Europa	EUR	3,80%	1.250.000	30.625.000	956.861	31.581.861
BAI Europa	EUR	3,35%	500.000	12.250.000	224.566	12.474.566
CGD - Portugal	USD	4,25%	422.502	9.911.224	15.211	9.926.435
BAI Europa	USD	5,30%	1.690.000	39.644.696	2.118.679	41.763.375
BAI Europa	USD	5,15%	1.850.000	43.398.040	2.172.916	45.570.956
BAI Europa	USD	5,38%	3.700.000	86.796.080	3.982.156	90.778.236
BAI Europa	USD	4,74%	1.326.667	31.121.477	483.524	31.605.001
BAI Europa	USD	4,30%	1.326.667	31.121.477	438.640	31.560.117
BAI Europa	USD	4,68%	406.000	9.524.110	84.193	9.608.304
BAI Europa	USD	4,57%	406.000	9.524.110	82.214	9.606.325
BAI Europa	USD	4,44%	408.000	9.571.027	80.269	9.651.296
BAI Europa	USD	4,33%	500.000	11.729.200	18.340	11.747.540
BAI Europa	USD	4,30%	500.000	11.729.200	18.213	11.747.413
BAI Europa	USD	4,28%	500.000	11.729.200	18.128	11.747.328
CGD - Portugal	GBP	4,70%	420.000	12.405.078	559.078	12.964.156
CGD - Portugal	GBP	4,35%	200.000	5.907.180	704	5.907.884
CGD - Portugal	GBP	4,35%	200.000	5.907.180	704	5.907.884
CGD - Portugal	GBP	4,35%	200.000	5.907.180	704	5.907.884
CGD - Portugal	CAD	2,75%	115.000	1.873.960	143	1.874.103
Certificados de Depósitos do Banco Central	STN	4,50%	79.110.012	79.110.012	316.479	79.426.492
Certificados de Depósitos do Banco Central	STN	4,50%	108.776.267	108.776.267	203.956	108.980.223
				744.984.324	16.376.268	761.360.592

	2023 reexpresso					
	Moeda	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em STN	Juros a Receber	Total
Caixa Geral de Depósitos	USD	4,80%	3.500.000	77.155.050	3.353.673	80.508.723
BAI Europa	USD	5,40%	1.750.000	38.577.525	2.042.680	40.620.205
BAI Europa	USD	6,03%	3.750.000	82.666.125	1.716.975	84.383.100
BAI Europa	USD	5,96%	1.150.000	25.350.945	302.183	25.653.128
BAI Europa	USD	5,87%	1.600.000	35.270.880	212.791	35.483.671
Caixa Geral de Depósitos	EUR	3,90%	2.500.000	61.250.000	457.844	61.707.844
Caixa Geral de Depósitos	EUR	3,90%	3.000.000	73.500.000	406.088	73.906.088
Caixa Geral de Depósitos	EUR	3,82%	11.600.000	284.200.000	60.314	284.260.314
BAI Europa	EUR	4,09%	500.000	12.250.000	278.347	12.528.347
BAI Europa	EUR	3,99%	1.200.000	29.400.000	430.122	29.830.122
BAI Europa	EUR	3,95%	1.210.000	29.645.000	416.348	30.061.348
BAI Europa	EUR	4,10%	1.250.000	30.625.000	313.906	30.938.906
Caixa Geral de Depósitos	GBP	4,15%	400.000	11.256.600	451.791	11.708.391
Caixa Geral de Depósitos	GBP	5,20%	360.000	10.130.940	49.073	10.180.013
Caixa Geral de Depósitos	CHF	1,55%	150.000	3.950.760	5.753	3.956.513
Caixa Geral de Depósitos	CAD	4,85%	100.000	1.666.890	7.605	1.674.495
Certificados de Depósitos do Banco Central	STN	3,50%	64.810.968	64.810.968	107.118	64.918.086
				871.706.683	10.612.610	882.319.293

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os depósitos a prazo apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2024		2023 reexpresso			
	Montante em STN	Juros a receber	Montante Total	Montante em STN	Juros a receber	Montante Total
Até três meses	254.656.508	573.001	255.229.509	669.795.143	7.725.976	677.521.119
Entre três meses e um ano	490.327.816	15.803.267	506.131.084	201.911.540	2.886.634	204.798.174
	744.984.324	16.376.268	761.360.592	871.706.683	10.612.610	882.319.293

6. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023 Reexpresso
Crédito Regular:		
- Moeda Nacional:		
Descontos comerciais	170.000	-
Empréstimos	587.714.893	532.997.893
Crédito em conta corrente	10.480.256	21.716.464
Descobertos em depósitos à ordem	80.497.541	107.591.446
	<u>678.862.690</u>	<u>662.305.803</u>
- Moeda Estrangeira:		
Descontos comerciais		
Empréstimos	7.528.880	11.833.710
Descobertos em depósitos à ordem	5.577	753.361
	<u>7.534.457</u>	<u>12.587.070</u>
Total de crédito regular(1)	<u>686.397.146</u>	<u>674.892.873</u>
Crédito Irregular:		
- Moeda Nacional:		
Capital	84.469.690	76.002.196
Juros	467.258	777.950
	<u>84.936.948</u>	<u>76.780.146</u>
- Moeda Estrangeira:		
Capital	17.772.900	15.740.635
Juros	269.757	145.083
	<u>18.042.657</u>	<u>15.885.718</u>
Total de crédito irregular (2)	<u>102.979.605</u>	<u>92.665.864</u>
Total de crédito concedido (3) = (1) + (2)	<u>789.376.751</u>	<u>767.558.737</u>
Juros a receber de crédito concedido (4)	<u>2.237.356</u>	<u>2.387.220</u>
Total de crédito bruto (5) = (3) + (4)	<u>791.614.107</u>	<u>769.945.957</u>
Provisões para crédito concedido (Nota 15) (6)	<u>(67.424.513)</u>	<u>(64.879.937)</u>
Total de crédito líquido (7) = (5) - (6)	724.189.594	705.066.020

De acordo com o PCIF, os créditos com prestações vencidas até 89 dias, inseridos nas classes 1 e 2 da carteira de crédito (“Normal” e “Sob supervisão”, respetivamente), são considerados em situação regular. Os créditos com prestações vencidas superiores a 90 dias, inseridos nas classes 3, 4 e 5 da carteira de crédito (“Abaixo do normal”, “Crédito duvidoso” e “Perda”, respetivamente), são considerados de irregulares ou adversamente classificados. O crédito em cobrança coerciva insere-se na classe 5 da carteira de crédito e é constituído por contratos que se encontram em situação de contencioso.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as provisões constituídas para clientes nas categorias “Irregular” ascendem a 67.424.513 STN e 64.879.937 STN, respetivamente, e encontram-se a abater ao valor bruto do crédito no ativo na rubrica “Crédito sobre clientes”.

O aumento das provisões está relacionado com uma conjuntura adversa, marcada por um fluxo migratório para o exterior significativo de famílias, que se tem traduzido no aumento do incumprimento.

Em 2024 e 2023, o Banco procedeu ao abate dos créditos (Write-off) que estavam classificados com perda por mais de 12 meses, conforme estipula a NAP 13/2021, nos montantes de 4.724.746 STN e 2.034.203 STN (inclui, para além do capital em dívida, os juros de mora, comissões de processamento e custas judiciais), respetivamente.

Em 2024 e 2023, encontram-se registadas provisões para clientes na categoria “Regular” nos montantes de 9.294.999 STN e 9.849.268 STN, respetivamente (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a composição do crédito e respetivas provisões por classe, excluindo juros vincendos, pode ser detalhada como segue:

2024								
Classe	Vivo	Vencido			Total de Crédito	Provisões		
		Capital	Juros	Total		Regulamentar	Económicas	Total
Normal	684.106.262	-	263.574	263.574	684.369.836	7.498.261	1.593.304	9.091.565
Sob supervisão	1.189.934	817.529	19.847	837.376	2.027.310	108.239	95.195	203.433
Total de Crédito Regular	685.296.196	817.529	283.421	1.100.950	686.397.146	7.606.500	1.688.499	9.294.999
Abaixo do normal	12.339.820	177.102	32.700	209.802	12.549.621	481.280	2.675.677	3.156.957
Crédito Duvidoso	58.929.529	11.982.985	276.434	12.259.419	71.188.948	6.176.132	38.849.996	45.026.128
Perda	285.020	18.528.134	427.881	18.956.016	19.241.035	13.965.728	5.275.700	19.241.428
Total de crédito irregular	71.554.368	30.688.221	737.015	31.425.236	102.979.605	20.623.140	46.801.373	67.424.513
	756.850.564	31.505.750	1.020.436	32.526.186	789.376.751	28.229.640	48.489.872	76.719.512

2023 reexpresso								
Classe	Vivo	Vencido			Total de Crédito	Provisões		
		Capital	Juros	Total		Regulamentar	Económicas	Total
Normal	659.810.423	-	269.741	269.741	660.080.164	8.360.102	-	8.360.102
Sob supervisão	10.935.794	3.812.907	64.008	3.876.915	14.812.709	606.437	882.729	1.489.166
Total de Crédito Regular	670.746.217	3.812.907	333.749	4.146.656	674.892.873	8.966.540	882.729	9.849.268
Abaixo do normal	16.376.063	949.076	37.115	986.191	17.362.254	501.511	4.910.315	5.411.826
Crédito Duvidoso	45.904.452	24.416.381	718.256	25.134.636	71.039.089	11.753.205	43.450.386	55.203.591
Perda	152.593	3.944.266	167.662	4.111.928	4.264.521	4.264.520	-	4.264.520
Total de crédito irregular	62.433.109	29.309.722	923.033	30.232.755	92.665.864	16.519.236	48.360.701	64.879.937
	733.179.326	33.122.629	1.256.782	34.379.411	767.558.737	25.485.776	49.243.430	74.729.205

Para efeitos de apresentação dos quadros acima, a distinção entre crédito vivo e crédito vencido é efetuada tendo por base a divisão entre exposição viva (sem dias de atraso) e vencida (com incumprimento) de cada contrato.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a cobertura do crédito irregular por provisões era de 65,5% e 70,0%, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a composição da carteira de crédito concedido a clientes (excluindo os juros a receber) por finalidade de financiamento, pode ser detalhada como segue:

	2024			2023		Unid: mSTN
	Crédito regular	Crédito irregular	Crédito concedido	Crédito regular	Crédito irregular	Crédito concedido
Empresas						
Agrícola	-		-	289.003	-	289.003
Automóvel	352.291		352.291	835.228	-	835.228
Comércio	558.139		558.139	453.560	48.059	501.619
Construção	3.024.877	8.473.528	11.498.405	3.996.235	6.184.933	10.181.168
Consumo	2.098.602	1.746.704	3.845.306	3.844.605	149.261	3.993.866
Habitação			-			-
Importação	908.585		908.585	499.341	-	499.341
Investimento:	30.249.274	12.286.228	42.535.502	45.060.397	12.309.125	57.369.522
-Agricultura e Pecuária	-		-	-	1.663.096	1.663.096
-Comercio	13.374.070	10.049.293	23.423.363	16.570.143	6.457.089	23.027.232
-Construção	13.008.241	1.749.594	14.757.835	23.836.609	3.624.188	27.460.797
-Educação	136.877		136.877	697.074	-	697.074
-Serviços	702.608	45.589	748.197	1.844.342	-	1.844.342
-Turismo	3.027.479	441.752	3.469.231	2.112.228	564.753	2.676.981
Outros Tipos	17.475.884		17.475.884	19.622.852	-	19.622.852
Organismo Central do Estado	311.236.485		311.236.485	243.702.170	-	243.702.170
	365.904.136	22.506.460	388.410.596	318.303.391	18.691.378	336.994.768
Particulares						
Agrícola	264.447		264.447	7.915	-	7.915
Automóvel	896.924	774.576	1.671.501	957.562	1.212.707	2.170.269
Comércio	435.726	42.629	478.356	906.494	133.178	1.039.672
Construção	60.446.502	10.919.709	71.366.211	76.471.013	10.791.954	87.262.968
Consumo	125.273.667	9.377.045	134.650.713	118.296.337	6.832.332	125.128.670
Educação	199.202		199.202	765.141	7.041	772.182
Habitação	118.641.942	42.799.288	161.441.229	138.450.610	39.883.956	178.334.566
Importação		418.836	418.836		444.378	444.378
Investimento	13.177.496	16.141.061	29.318.557	19.018.189	14.668.939	33.687.128
Outros Tipos	419.724		419.724	521.095	-	521.095
Saúde	737.379		737.379	1.195.127	-	1.195.127
	320.493.010	80.473.145	400.966.155	356.589.482	73.974.486	430.563.968
	686.397.146	102.979.605	789.376.751	674.892.873	92.665.864	767.558.737

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o crédito em situação regular (excluindo juros a receber) apresenta a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2024		2023	
	Taxa de Juro	Crédito regular	Taxa de Juro	Crédito regular
Em Dobras de São Tomé e Príncipe	11,05%	678.862.690	11,95%	662.305.803
Em Dólares dos Estados Unidos	10,35%	5.888.316	8,69%	2.946.979
Em Euros	11,25%	1.646.140	10,29%	9.640.091
		686.397.146		674.892.873

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o crédito a clientes apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2024	2023
	Total	Total
Até 3 meses	13.684.747	25.240.386
De 3 meses a 1 ano	33.687.752	54.273.032
De 1 ano a 5 anos	519.727.767	423.253.017
Mais de 5 anos	140.755.379	156.890.965
Não definido	81.521.105	107.901.337
	789.376.751	767.558.737

O crédito com duração indeterminada inclui o crédito em cobrança coerciva e os contratos nos quais a data de vencimento contratualizada se encontra ultrapassada.

7. TÍTULOS DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

2024							
	Moeda	Custo de aquisição	Taxa de Juros	Data de vencimento	Montante em STN	Montante de Cupão	Total
Obrigação de Tesouro (STPOTTES2027)	STN	124.593.141	6,69%	01/09/2027	124.593.141	2.778.427	127.371.568
Obrigação de Tesouro (STPOTTES2029)	STN	124.593.141	7,07%	01/09/2029	124.593.141	2.936.245	127.529.386
Obrigação de Tesouro (STPOTTES2031)	STN	255.612.688	7,40%	01/09/2029	255.612.688	6.305.113	261.917.801
					504.798.971	12.019.785	516.818.756

2023 reexpresso							
	Moeda	Custo de aquisição	Taxa de desconto	Data de vencimento	Montante em STN	Desconto	Total
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0022)	STN	161.480.433	5,28%	07/02/2024	169.136.373	863.627	170.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0023)	STN	47.456.588	5,36%	03/05/2024	49.142.905	857.095	50.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0025)	STN	188.969.601	5,84%	03/08/2024	193.472.422	6.527.578	200.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0026)	STN	37.735.849	6,00%	03/10/2024	38.281.727	1.718.273	40.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0027)	STN	94.339.623	6,00%	09/11/2024	95.130.525	4.869.475	100.000.000
					545.163.951	14.836.049	560.000.000

Em 1 de setembro de 2024, os Bilhetes de Tesouro foram convertidos em Obrigações de Tesouro, no valor de 504.798.971 STN, de acordo com o seguinte detalhe:

	Moeda	Custo de aquisição	Taxa de desconto
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0025)	STN	188.969.601	5,84%
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0026)	STN	37.735.849	6,00%
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0027)	STN	94.339.623	6,00%
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0029)	STN	160.279.719	6,06%
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0030)	STN	23.474.178	6,50%
		504.798.971	

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Banco apenas dispunha na sua carteira títulos emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor do desconto encontra-se registado na rubrica “Receitas com proveitos diferidos – Obrigações e outros títulos” (Nota 14).

8. IMOBILIZAÇÕES

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi o seguinte:

	31/12/2023 reexpresso						Abates			31/12/2024			
	Ativo	Amortizações	Imparidade	Ativo			Ativo	Amortizações	Transferências	Ativo	Amortizações	Imparidade	Ativo
	Bruto	acumuladas		líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Bruto	acumuladas		Bruto	acumuladas		líquido
Imobilizações corpóreas													
Imóveis de serviço próprio	283.677.871	(96.839.702)	-	186.838.169	2.631.580	(8.080.894)	-	-	5.414.135	291.723.586	(104.920.596)	-	186.802.990
Mobiliário e material	41.269.297	(37.975.428)	-	3.293.869	1.098.042	(605.566)	-	-	-	42.367.339	(38.580.994)	-	3.786.345
Maquinas e ferramentas	41.800.262	(32.797.371)	-	9.002.890	2.141.749	(3.599.272)	-	-	79.184	44.021.195	(36.396.644)	-	7.624.551
Equip. Informatico-hardware	36.597.106	(29.617.352)	-	6.979.753	7.487.791	(2.731.235)	-	-	-	44.084.896	(32.348.587)	-	11.736.309
Instalações interiores	15.183.530	(12.557.844)	-	2.625.686	1.753.082	(750.717)	-	-	-	16.936.612	(13.308.561)	-	3.628.051
Material de Transporte	13.698.183	(7.886.541)	-	5.811.642	2.377.589	(2.718.000)	2.063.963	(2.063.963)	-	14.011.809	(8.540.578)	-	5.471.231
Equipamentos de Segurança	5.014.629	(3.959.062)	-	1.055.568	672.010	(315.219)	-	-	-	5.686.639	(4.274.281)	-	1.412.358
Outros Equipamentos	2.876.573	(2.459.451)	-	417.122	-	(216.275)	-	-	-	2.876.573	(2.675.726)	-	200.847
Património artístico	1.084.005	-	-	1.084.005	-	-	-	-	-	1.084.005	-	-	1.084.005
	441.201.455	(224.092.751)	-	217.108.704	18.161.842	(19.017.179)	2.063.963	(2.063.963)	5.493.319	462.792.653	(241.045.967)	-	221.746.685
Imobilizações incorpóreas													
Equip. Informatico-software	46.647.481	(44.387.807)	-	2.259.673	4.457.410	(1.729.795)	-	-	1.416.536	52.521.427	(46.117.602)	-	6.403.825
Outros	55.156	(55.156)	-	-	-	-	-	-	-	55.156	(55.156)	-	-
	46.702.637	(44.442.963)	-	2.259.673	4.457.410	(1.729.795)	-	-	1.416.536	52.576.583	(46.172.759)	-	6.403.825
Imobilizações em curso													
Imobilizações incorpóreas	2.554.984	-	-	2.554.984	2.392.626	-	-	-	(1.416.536)	3.531.074	-	-	3.531.074
Imóveis de serviço próprio	5.414.135	-	-	5.414.135	-	-	-	-	(5.414.135)	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	79.184	-	-	79.184	1.293.377	-	-	-	(79.184)	1.293.377	-	-	1.293.377
	8.048.302	-	-	8.048.302	3.686.004	-	-	-	(6.909.855)	4.824.451	-	-	4.824.451
Imobilizações financeiras													
SPAUT	2.940.000	-	(2.940.000)	-	-	-	-	-	-	2.940.000	-	(2.940.000)	-
	498.892.394	(268.535.715)	(2.940.000)	227.416.680	26.305.256	(20.746.974)	2.063.963	(2.063.963)	-	523.133.687	(287.218.726)	(2.940.000)	232.974.961

	01/01/2023 reexpresso						Abates			31/12/2023 reexpresso				
	Ativo	Amortizações		Ativo	Aquisições	Amortizações	Ativo	Amortizações		Transferências	Ativo	Amortizações		Ativo
	Bruto	acumuladas	Imparidade	líquido		do exercício	Bruto	acumuladas	Bruto		acumuladas	Imparidade	líquido	
Imobilizações corpóreas														
Imóveis de serviço próprio	266.843.440	(89.592.290)	-	177.251.149	10.502.019	(7.247.412)	-	-	6.332.412	283.677.871	(96.839.702)	-	186.838.169	
Mobiliário e material	39.750.550	(35.751.564)	-	3.998.986	561.826	(2.223.864)	-	-	956.921	41.269.297	(37.975.428)	-	3.293.869	
Maquinas e ferramentas	40.089.029	(29.386.318)	-	10.702.711	1.711.233	(3.411.053)	-	-	-	41.800.262	(32.797.371)	-	9.002.890	
Equip. Informatico-hardware	33.663.219	(27.150.211)	-	6.513.008	3.339.469	(2.517.839)	405.582	(50.698)	-	36.597.106	(29.617.352)	-	6.979.753	
Instalações interiores	15.067.130	(11.444.839)	-	3.622.291	116.400	(1.113.005)	-	-	-	15.183.530	(12.557.844)	-	2.625.686	
Material de Transporte	10.797.933	(6.909.622)	-	3.888.311	4.110.550	(2.187.220)	1.210.300	(1.210.300)	-	13.698.183	(7.886.541)	-	5.811.642	
Equipamentos de Segurança	4.911.554	(3.622.140)	-	1.289.414	103.075	(336.921)	-	-	-	5.014.629	(3.959.062)	-	1.055.568	
Outros Equipamentos	2.876.573	(2.237.038)	-	639.535	-	(222.413)	-	-	-	2.876.573	(2.459.451)	-	417.122	
Patrimônio artístico	1.084.005	-	-	1.084.005	-	-	-	-	-	1.084.005	-	-	1.084.005	
	415.083.433	(206.094.022)	-	208.989.411	20.444.572	(19.259.727)	1.615.882	(1.260.998)	7.289.333	441.201.455	(224.092.751)	-	217.108.703	
Imobilizações incorpóreas														
Equip. Informatico-software	46.067.696	(40.947.497)	-	5.120.199	28.767	(3.440.314)	-	-	551.021	46.647.481	(44.387.807)	-	2.259.673	
Outros	55.156	(55.156)	-	-	-	-	-	-	-	55.156	(55.156)	-	-	
	46.122.853	(41.002.654)	-	5.120.199	28.767	(3.440.314)	-	-	551.021	46.702.637	(44.442.963)	-	2.259.673	
Imobilizações em curso														
Imobilizações incorpóreas	551.021	-	-	551.021	2.554.983	-	-	-	(551.021)	2.554.984	-	-	2.554.984	
Imóveis de serviço próprio	6.829.438	-	-	6.829.438	4.917.109	-	-	-	(6.332.412)	5.414.135	-	-	5.414.135	
Máquinas e ferramentas	79.184	-	-	79.184	-	-	-	-	-	79.184	-	-	79.184	
Equipamentos de Segurança	956.921	-	-	956.921	-	-	-	-	(956.921)	-	-	-	-	
	8.416.564	-	-	8.416.564	7.472.092	-	-	-	(7.840.354)	8.048.302	-	-	8.048.302	
Imobilizações financeiras														
SPAUT	2.940.000	-	(2.940.000)	-	-	-	-	-	-	2.940.000	-	(2.940.000)	-	
	472.562.849	(247.096.676)	(2.940.000)	222.526.174	27.945.431	(22.700.041)	1.615.882	(1.260.998)	-	498.892.394	(268.535.715)	(2.940.000)	227.416.679	

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Imobilizações Financeiras – SPAUT”, refere-se a uma participação de 5,364%, correspondente a 120 ações, na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT), cujo capital social ascende a STN 54.806.500.

No exercício de 2017, o Banco provisionou em 100% esta participação, em resultado da ausência de informação financeira auditada e consequente baixa perspetiva, por parte do Conselho de Administração do Banco, de recuperabilidade futura. Embora em 2020 a SPAUT tenha iniciado um processo de reestruturação do seu modelo de negócio, visando uma melhoria substancial na qualidade de serviço e inclusão de novos serviços de pagamento na rede Dobra24, o BISTP, prudencialmente, mantém a sua participação provisionada em 100%.

Em 2024, as obras de edificação da agência de Neves ficaram concluídas, e foram responsáveis pelo aumento valor dos imóveis de serviço próprio.

Em 2024, foram realizados investimentos em equipamentos informáticos, com principal destaque para investimento em infraestruturas e segurança informática, o que justificou o crescimento de equipamentos informáticos no imobilizado.

9. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023 (Reexpresso)
Imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito	55.374.688	57.586.251
Adiantamentos - Cash advance	401.776	1.614.099
Western Union	4.331.198	1.102.215
Imposto sobre rendimento (IRC) a receber	-	4.906.956
Cartões VISA	592.055	396.295
Devedores - Recuperação imposto/Selo	1.259.735	-
Imóveis detidos para venda	1.221.620	1.221.620
Outros	5.290.384	1.010.508
	68.471.455	67.837.944
Provisões (Nota 15)	(49.225.302)	(33.649.222)
	19.246.153	34.188.722

Em 31 de dezembro de 2024, as provisões para outros ativos apresentam o seguinte detalhe:

Imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito	45.193.279
Imóveis detidos para venda	245.000
Adiantamentos - Cash advance	355.226
Outros	3.431.798
	49.225.302

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor bruto e as provisões constituídas para os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito resumem-se como se segue:

Ano de Aquisição	2024			2023 Reexpresso		
	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido
2012	-	-	-	2.211.563	(2.211.563)	-
2013	2.240.398	(2.240.398)	-	2.240.398	(2.240.398)	-
2015	980.000	(980.000)	-	980.000	(980.000)	-
2016	4.777.500	(4.777.500)	-	4.777.500	(4.777.500)	-
2019	19.038.000	(19.038.000)	-	19.038.000	(14.014.027)	5.023.973
2020	4.140.805	(690.131)	3.450.674	4.140.805	(690.131)	3.450.674
2021	15.925.000	(10.174.265)	5.750.735	15.925.000	(7.520.109)	8.404.891
2022	7.292.984	(7.292.984)	-	7.292.984	(1.215.492)	6.077.492
2023	980.000	(245.000)	735.000	980.000	-	980.000
Total	55.374.688	(45.193.279)	9.936.409	57.586.251	(33.649.222)	23.937.029

As provisões para os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito são calculadas de acordo com o divulgado na Nota 2.2 d).

Em 2021, foram celebrados dois contratos de promessa de compra e venda para 2 imóveis adquiridos em 2015 e 2020 cujas escrituras só se irão realizar em 10/01/2034 e 01/08/2041, respetivamente, aquando da liquidação dos respetivos créditos concedidos pelo Banco, pelo que as provisões constituídas para aqueles imóveis não foram revertidas. Os valores de venda desses dois imóveis estão registados na rubrica de “Outros passivos”, nos montantes de STN 1.592.500 e STN 4.165.000, respetivamente (Nota 13).

Em 2024 o Banco celebrou a escritura de venda por STN 750.000 de um imóvel

que foi registado no balanço em 2012, por STN 2.211.563 e que se encontrava totalmente provisionado em 31 de dezembro de 2023.

O Conselho de Administração confirma que mantém a intenção de proceder à alienação dos imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito.

A rubrica “Cartões VISA” diz respeito aos valores pendentes de compensação pela rede VISA. De igual modo, a rubrica “Western-Union” diz respeito a valores que estão pendentes de compensação por parte da Western-Union, e cuja compensação ocorre nos primeiros dias do ano seguinte.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Devedores - Recuperação de imposto/Selo”, resulta do excesso do Imposto do Selo liquidado. O Banco já notificou a Direção dos Imposto do referido pagamento em excesso e, procederá a compensação deste imposto na próxima data de liquidação.

Em 31 dezembro de 2024, a rubrica “Outros” é composta essencialmente por fraudes cometidas por colaboradores e por falhas decorrentes emissão em duplicado de pagamentos ao exterior nos montantes de STN 1.811.625 e STN 2.622.436, respetivamente.

10. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO ATIVO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023 reexpressão
Proveitos a receber:		
Outras comissões	672.790	735.882
Despesas com custos diferido:		
Licenças de software	1.792.002	1.407.314
Seguros	1.805.209	1.749.029
Rendas	95.550	26.950
Outras despesas	2.046.837	1.198.366
	5.739.599	4.381.660
Outras contas de regularização do ativo		
Outros	400.498	316.798
	6.812.887	5.434.339

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de “Proveitos a receber – Outras comissões” refere-se essencialmente às comissões a receber sobre prémios de seguro de vida e proveitos sobre serviço de cobrança de receitas aduaneiras, nos montantes de STN 428.351 e STN 213.734, respetivamente (STN 333.653 e STN 249.495, respetivamente, em 31 de dezembro de 2023).

A rubrica “Despesas com custos diferido” corresponde a pagamentos por conta de fornecimentos e serviços de terceiros que, de acordo com os respetivos contratos os serviços serão prestados em períodos futuros. Estes serviços encontram-se maioritariamente relacionados com licenças de software e seguros.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Despesas com custos diferido - Outras despesas” comporta, essencialmente, o custo diferido da licença anual do software adquirido à empresa Dixtior, do licenciamento de emissão do cartão Visa e do custo com consumo de papel, nos montantes de STN 510.416, STN 514.500 e STN 455.000, respetivamente. O aumento desta rubrica deve-se a subscrição do novo serviço Visa (emissão de cartões) e do aumento de consumo de papel.

II. DEPÓSITOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023 reexpresso
Depósitos à ordem:		
Residente em moeda nacional:		
Organismos autónomos e empresas privadas	899.373.486	743.099.016
Particulares	633.541.894	595.593.856
Organismos estatais e empresas públicas	193.997.918	189.152.503
	1.726.913.299	1.527.845.375
Residentes em moeda estrangeira:		
Organismos autónomos e empresas privadas	346.348.874	558.518.688
Particulares	206.194.948	200.858.139
Organismos estatais e empresas públicas	66.360.855	48.623.238
	618.904.677	808.000.065
Não residentes em moeda estrangeira:		
Particulares	16.811.693	13.932.749
Total de depósitos à ordem (1)	2.362.629.668	2.349.778.189
Depósitos a prazo :		
Residentes em moeda nacional		
Particulares	117.552.750	127.198.989
Organismos autónomos e empresas privadas	2.430.349	2.610.397
	119.983.098	129.809.386
Residentes em moeda estrangeira		
Organismos autónomos e empresas privadas	234.584	327.018
Particulares	21.126.680	27.919.233
	21.361.264	28.246.251
Não residentes em moeda estrangeira:		
Particulares		
Organismos autónomos e empresas privadas	-	1.014.038
	-	1.014.038
Juros a pagar de depósitos a prazo de clientes	1.157.169	1.177.249
Total de depósitos a prazo (2)	142.501.531	160.246.923
Total de depósitos de clientes (3) = (1) + (2)	2.505.131.200	2.510.025.112

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os depósitos a prazo de clientes (excluindo juros a pagar) apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2024		2023 reexpresso	
	Taxa de Juro	Montante	Taxa de Juro	Montante
Em Dobras de São Tomé e Príncipe	4,26%	119.983.098	4,03%	129.809.386
Em Dólares dos Estados Unidos	1,52%	16.447.229	1,63%	21.019.897
Em Euros	0,96%	4.367.621	0,93%	6.036.968
Em Libras Esterlinas	0,25%	546.414	1,00%	2.203.423
		141.344.363		159.069.674

Os depósitos à ordem de clientes não são remunerados.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os depósitos a prazo de clientes (excluindo juros a pagar) apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2024	2023 reexpresso
Até três meses	11.716.851	16.480.096
De três a 1 ano	69.685.204	80.929.872
De 1 ano a 5 anos	34.287.275	36.004.707
Mais de 5 anos	25.655.000	25.655.000
	141.344.330	159.069.674

12. RECURSOS DE OUTRAS ENTIDADES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023 reexpresso
Moeda nacional		
Cheques a Cobrar	12.188.922	15.212.057
Moeda estrangeira		
Outros recursos de particulares	18.093	89.258
Recursos de intuições financeiras	-	111.152
	18.093	200.410
	12.207.015	15.412.467

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo da rubrica “Cheques e cobrar” refere-se ao valor de cheques visados que aguardam o seu levantamento.

A redução de “Outros recursos de particulares” em moeda estrangeira resulta da transferência ao Acionista CGD dos salários dos quadros da CGD, que também são membros de órgãos sociais do BISTP.

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023 reexpresso
Credores:		
Caução para operações de crédito	19.196.972	19.968.896
Caução por abertura de créditos documentários	183.273.859	7.226.447
Fornecedores	10.221.795	7.096.805
Acionistas	632.444	261.146
Outros credores	233.756	-
Imposto de selo sobre operações bancárias	1.468.616	1.243.268
Retenção na fonte sobre rendimento de capitais	153.811	163.353
Imposto sobre o consumo	-	52.510
Outros impostos e tributos	672.309	725.943
Retenção na fonte sobre trabalho independente	1.735.327	1.894.068
Imposto sobre valor Acrescentado (IVA)	625.228	385.920
	218.214.118	39.018.356

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Caução para operações de crédito” apresenta o seguinte detalhe:

	2024	2023 reexpresso
Linha de crédito Compran	7.350.000	7.350.000
Imóveis alienados - imóveis em dação (ver Nota 9)	5.757.500	5.757.500
Cauções diversas	1.526.879	1.220.739
Imóveis alienados - detidos para venda (ver Nota 9)	2.450.000	2.450.000
Outras cauções para operações de crédito	2.112.593	3.190.657
	19.196.972	19.968.896

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a “Linha de crédito da Compran” corresponde ao montante recebido pelo Banco no âmbito do acordo de parceira celebrado com o Projecto de apoio à comercialização, à produtividade agrícola e a nutrição (Compran), a título de fundo de garantia para as linhas de crédito a serem concedidas pelo Banco no decurso do referido acordo.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, rubrica “Cauções diversas” continha o valor de STN 1.218.289 consignado pelo Banco, a pedido do Projecto de apoio à comercialização, à produtividade agrícola e a nutrição (Compran), para financiar o micro projeto selecionado pela referida entidade.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Imóveis alienados – detidos para venda” correspondente ao valor de venda de um imóvel registado na rubrica de “Outros Ativos” pelo valor de STN 1.221.620 (Nota 9). A escritura e transferência de propriedade definitiva para o comprador ocorrerá em 10 de junho de 2026, data em que o crédito associado a esta operação atinge a sua maturidade.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo da rubrica “Caução por abertura de créditos documentários” diz respeito a cauções efetuadas para garantia de cobertura das operações de crédito documentário em carteira. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta rubrica inclui um CDI no montante de STN 143.225.925 destinado à importação de materiais destinados ao investimento no setor de energia, no âmbito do projeto de reestruturação do setor energético financiado por parceiros internacionais de S. Tomé e Príncipe (Banco Europeu de Investimento e Banco Mundial. Estas operações são autorizadas pela Comissão Executiva (CE).

14. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023 reexpresso
Custos a pagar:		
Férias e subsídio de férias	10.950.281	10.169.060
Prémio de produtividade	-	11.324.688
Prémio de antiguidade	11.734.392	10.277.969
Outros custos a pagar	4.418.015	6.155.802
	27.102.689	37.927.518
Receitas com proveito diferido:		
Empréstimo e créditos em conta corrente	8.396.894	8.901.313
Obrigações e outros títulos (Nota 7)	-	14.836.049
Garantias e avales prestados	412.079	271.368
Outras receitas	41.125	76.449
	8.850.098	24.085.180
Outras contas de regularização:		
Compensação sistema de pagamentos	8.985.328	8.385.069
Imposto sobre o rendimento a pagar (Nota 19)	11.560.036	-
	56.498.151	70.397.767

O Banco não irá pagar prémios de produtividade relativamente a serviços prestados pelo Conselho de Administração e empregados no exercício de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o prémio de antiguidade foi apurado de acordo com a política descrita na Nota 2.2.J.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Outros custos a pagar” refere-se principalmente às periodificações dos custos com serviços de auditoria nos montantes de STN 2.223.375 e STN 4.389.583, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo da rubrica “Empréstimos e créditos em conta corrente” refere-se ao diferimento das comissões associadas a operações de crédito. A redução do saldo desta rubrica está relacionada com a maturidade das operações de crédito que lhe deram origem.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o saldo da rubrica “Outras contas de regularização -Compensação sistema de pagamentos” refere-se ao saldo a pagar relativo à compensação do sistema automático de pagamentos.

15. PROVISÕES

O movimento das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi o seguinte:

	2024				
	Saldo em 31/12/2023 reexpresso	Dotações líquidas	Utilizações	Diferenças de câmbio e outros	Saldo em 31/12/2024
A deduzir ao ativo					
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	64.879.937	5.464.261	(3.102.772)	183.087	67.424.513
Provisões para imobilização financeiras (Nota 8)	2.940.000	-	-	-	2.940.000
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 9)	33.649.222	17.787.644	(2.211.563)	-	49.225.302
	101.469.159	23.251.905	(5.314.335)	183.087	119.589.816
Reconhecida na situação líquida					
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 6)	9.849.268	(558.557)	-	4.287	9.294.999
Provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 18)	586.517	490.509	-	5.503	1.082.529
Provisões para outros ativos	738.569	(738.569)	-	-	-
Outras provisões					
Fraude (Nota 2.2.)	68.504.252	61.105.581	-	-	129.609.833
Outras	5.125.787	234.000	(245.730)	-	5.114.057
	84.804.393	60.532.965	(245.730)	9.790	145.101.417
	186.273.552	83.784.870	(5.560.065)	192.877	264.691.233
	2023 reexpresso				
	Saldo em 01/01/2023	Dotações líquidas	Utilizações	Diferenças de câmbio e outros	Saldo em 31/12/2023
A deduzir ao ativo					
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	57.842.435	8.678.267	(1.493.863)	(146.902)	64.879.937
Provisões para imobilização financeiras (Nota 8)	2.940.000	-	-	-	2.940.000
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 9)	21.586.051	12.063.170	-	-	33.649.222
	82.368.486	20.741.437	(1.493.863)	(146.902)	101.469.159
Reconhecida na situação líquida					
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 6)	10.875.591	(1.025.795)	-	(528)	9.849.268
Provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 18)	938.053	(361.569)	-	10.033	586.517
Provisões para outros ativos	2.052.367	(1.313.798)	-	-	738.569
Outras provisões					
Fraude (Nota 2.2.)	40.240.358	28.263.893	-	-	68.504.252
Outras	3.410.787	1.716.039	-	(1.039)	5.125.787
	57.517.156	27.278.771	-	8.465	84.804.393
	139.885.643	48.020.208	(1.493.863)	(138.437)	186.273.552

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo da rubrica “Outras provisões - Fraude” destina-se a fazer face a uma fraude identificada pelo Banco no primeiro trimestre de 2025, realizada desde 2018, na qual está implicado um colaborador do Banco. O Banco constituiu uma provisão destinada a cobrir os montantes desviados, bem como os eventuais encargos associados, de acordo com o seguinte detalhe:

	31.12.2024	Dotações	31.12.2023	Dotações	Até 31.12.2022
Montantes desviados	98.505.559	46.765.965	51.739.594	20.469.181	31.270.413
Outros encargos	31.104.274	14.339.616	16.764.658	7.794.713	8.969.945
	129.609.833	61.105.581	68.504.252	28.263.894	40.240.358

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da rubrica “Outras provisões – Outras” destina-se essencialmente a fazer face a contingências relacionadas com os seguintes processos judiciais e contraordenacionais:

- ★ Em 2018, o Banco foi notificado de um processo, no montante de STN 1.715.000, instaurado por um cliente devedor de uma operação de crédito. Por sentença proferida em 24 de agosto de 2020, o Banco foi absolvido, porém, o autor interpôs recurso ao Supremo Tribunal de Justiça, aguardando-se prolação da sentença. O Banco decidiu pelo provisionamento na totalidade do montante do processo.
- ★ Em 2019, o Banco foi notificado de um processo, no montante de STN 1.193.004, instaurado por um cliente. O Banco decidiu pelo provisionamento da totalidade daquele montante.
- ★ Em 2022, o Banco foi notificado de um processo de contraordenação,

movido pelo Banco Central de S. Tomé e Príncipe, na sequência do qual foi fixada uma multa no montante de STN 2.000.000. O Banco interpôs recurso junto do Tribunal de 1ª Instância, e aguarda uma decisão. O Banco decidiu pelo provisionamento da totalidade daquele montante.

16. CAPITAL E RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social do Banco estava representado por 150,000,000 ações, com um valor nominal de mil Dobras de São Tomé e Príncipe, integralmente subscritas e realizadas.

Em 2017, o Banco realizou um aumento de capital, no valor de STN 16.600.000, através da incorporação de reservas de reavaliação cambial constituídas em exercícios anteriores. O número de ações representativas do capital social do Banco foi aumentado de 150.000.000 em 31 de dezembro de 2016 para 166.600.000 em 31 de dezembro de 2017. O valor nominal das ações foi mantido em STD 1.000.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a estrutura acionista do Banco, detalhada por número de ações, é a seguinte:

	Número de ações	%
Estado de São Tomé e Príncipe	79.968.000	48%
Caixa Geral de Depósitos	44.982.000	27%
Banco Angolano de Investimento- Angola	41.650.000	25%
	166.600.000	100%

RESERVA LEGAL

De acordo com a alínea a) do Artigo 23º dos Estatutos do BISTP, o Banco deverá constituir um mínimo de 10% de reserva legal, até atingir o montante legal exigível. Para tal, tem sido anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas, ou para incorporação no capital.

Atualmente, a reserva legal excede o montante legalmente exigível de 1/5 do capital social.

RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Esta reserva resulta de reavaliações do imobilizado corpóreo efetuadas em exercícios anteriores e enquadradas na legislação anteriormente em vigor, que previa a reavaliação do ativo imobilizado através da aplicação de coeficientes de desvalorização cambial. O saldo da reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2024 e 2023, no montante de STN 892.214, resulta das reavaliações efetuadas pelo Banco até ao exercício de 1998.

Através da entrada em vigor do Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe, esta reavaliação assumiu um carácter opcional, apenas podendo ser utilizada para aumento de capital (Nota 2.2 b)).

RESERVA DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Na sequência do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 1/02, de 10

de janeiro, revogada através da Norma de Aplicação Permanente nº 28/11, de 30 de dezembro, por forma a reter parte dos lucros gerados em moeda nacional em resultado da desvalorização cambial, o Banco atualizava os ativos líquidos em moeda estrangeira, sendo que os impactos desta reavaliação cambial eram registados numa reserva especial de reavaliação cambial, incluída nos fundos próprios do Banco. A partir de março de 2008, com a entrada em vigor da NAP nº 11/07, de 26 de novembro, a reavaliação da posição cambial em divisas passou a ser registada em resultados do exercício.

Adicionalmente, em 2014, o Banco incorporou nesta rubrica a provisão para a desvalorização cambial do capital social face ao Euro constituída em 2008, referente ao período compreendido entre 1 de março e 31 de dezembro de 2008, e acrescida do impacto da atualização do capital social face ao Euro no exercício de 2009 no montante total de mSTD 1.904.626.

No exercício de 2017 a reserva de reavaliação foi reduzida em STN 16.600.000, decorrente do aumento de capital deliberado pelo Banco (incorporação de reservas).

De acordo com a NAP nº 5/09 esta reserva não é distribuível e apenas pode ser utilizada para efeitos de aumento de capital.

17. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ACCIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os principais saldos e transações mantidos com os acionistas do Banco são os seguintes:

	2024	2023 reexpresso
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (Nota 4)		
Caixa Geral de Depósitos	198.430.819	93.355.202
Créditos e Outros sobre instituições de crédito		
Caixa Geral de Depósitos (Nota 5)	81.729.281	453.996.291
Estado de S. Tomé e Príncipe (Nota 6)	311.236.485	243.702.170
	392.965.766	697.698.461
Obrigações e outros títulos (Nota 7)		
Estado de S. Tomé e Príncipe	516.818.756	560.000.000
Caixa Geral de Depósitos	401.776	1.614.099
Recursos de Clientes (Nota 11)		
Estado de S. Tomé e Príncipe	260.358.773	237.775.741
Outros Passivos (Nota 13)		
Caixa Geral de Depósitos	632.444	261.146
Extrapatrimoniais (Nota 18)		
Caixa Geral de Depósitos	229.259.336	66.603.756
Margem Financeira (Nota 20)		
Caixa Geral de Depósitos	5.600.545	5.276.285
Estado de S. Tomé e Príncipe	50.719.105	40.205.392
	56.319.651	45.481.677

As transações com acionistas são realizadas a preços de mercado.

18. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2024	2023 reexpresso
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:		
Garantias e avales prestados	29.940.482	28.743.800
Créditos documentários abertos	231.449.024	66.603.756
	261.389.506	95.347.556
Responsabilidade por prestação de serviços:		
Cobrança de valores sobre o estrangeiro	3.452.345	5.025.576
Depósitos e guarda de valores	1.080.000	1.080.000
	4.532.345	6.105.576
Responsabilidades de terceiros:		
Garantias reais	1.360.079.442	1.356.265.076
Outras contas extrapatrimoniais:		
Consignações	176.060	115.531
Contas diversas	164.450.914	175.699.431
	164.626.975	175.814.963

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Banco tinha provisões constituídas para garantias e avales prestados nos montantes de STN 1.082.529 e STN 586.517, respetivamente (Nota 15).

As provisões para garantias e avales prestados são apresentadas na rubrica de

provisões diversas incluída na situação líquida do Banco, conforme definido no PCIF.

Tal como descrito na Nota 2.2 c), as provisões constituídas são equivalentes a 2% do total das exposições extrapatrimoniais apurado conforme o Diário da República Nº 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3.

19. IMPOSTOS

Em 2024 e 2023, os saldos relativos ao imposto sobre o rendimento foram apurados da seguinte forma:

	2024	2023 (Reexpresso)
Resultado antes de impostos	93.841.887	70.094.092
Ajustamentos:		
Salários e outros remunerações (Art. 30º, nº 3, alínea c))	631.459	875.490
Prémio de desempenho (Art. 30º, nº 3, alínea c))	(11.324.688)	324.647
Prémio de antiguidade (Art. 30º, nº 3, alínea c))	1.456.423	621.659
Multas e demais sanções (Artº 30.1 e)	435.000	12.500
Provisões para fraude (Nota 15)	61.105.582	28.263.894
Amortizações não dedutíveis (Art. 40º, nº 1, alínea e))	2.436.750	1.562.149
Combustível viaturas (Art. 30º, 2)	708.875	681.779
Seguros, reparações e manutenção de viaturas ligeiras (Art. 30º, nº 2)	523.455	538.094
Despesas de representação (Art. 31º, 3)	48.832	32.369
Impostos pagos em nome de terceiros (Artº 30.1 d)	2.515.249	-
Materia coletável	152.378.824	103.006.673
Imposto sobre o rendimento (taxa de 25%)	38.094.706	25.751.668
Pagamentos por conta (2)	(19.313.751)	(26.375.255)
Retenções na fonte (3)	(7.220.919)	(4.283.369)
Imposto a pagar/(receber) (4) = (1) - (2) - (3) (Notas 9 e 14)	11.560.036	(4.906.956)

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável dos exercícios de 2019 a 2023. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O saldo da rubrica “Retenções na fonte” refere-se, essencialmente, às retenções na fonte à taxa de 20%, aplicadas aos juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe, conforme referido na Nota 2.2 h).

20. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2024	2023 reexpresso
Juros e proveitos equiparados		
De crédito concedido	93.393.871	98.655.461
De obrigações e outros títulos	32.218.051	24.826.648
Comissões associadas a operações de crédito	7.734.045	7.979.513
De aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	29.614.141	17.987.536
	162.960.108	149.449.158
Juros e custos equiparados:		
De depósitos de clientes	5.624.331	5.694.883

Os juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro, são formados por juros provenientes de aplicações no exterior, em particular em dólares americanos. O seu crescimento explica-se pelo aumento das taxas de juros em aplicações constituídas em USD e em EUR no mercado internacional.

21. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2024	2023 reexpresso
Rendimento de serviços e comissões:		
Comissões de transferência	70.941.409	53.945.515
Comissões de garantias e avales	1.091.238	2.303.480
Comissões de créditos documentários à importação	7.861.135	5.930.427
Comissão de intervenção	1.359.412	1.187.426
Comissão de risco	72.876	143.100
Outras comissões	27.337.063	23.682.093
Proveitos de Operações Cambiais	29.305.023	25.805.097
Comissão de manutenção de conta	10.252.569	8.880.326
Comissão de imobilização de conta	4.352.517	883.133
	152.573.242	122.760.598
Encargos com serviços e comissões:		
Manutenção de cartões	9.515.380	11.103.300
Serviços bancários prestados por conta de terceiros	5.222.366	11.155.945
Taxas de serviço	4.104.301	5.058.151
Outras comissões	5.947.454	1.103.672
	24.789.502	28.421.069
	127.783.740	94.339.530

A rubrica "Rendimentos de Serviços e Comissões - Outras Comissões" diz essencialmente respeito a comissões de venda de moeda, de manutenção de

contas de depósitos à ordem e de transferências de valores.

A rubrica “Proveitos de Operações Cambiais” refere-se às comissões obtidas nas operações de venda de euros. Esta comissão foi definida em 2% pelo Banco Central, em resultado da fixação da paridade cambial entre o euro e a moeda local a partir de janeiro de 2018.

22. RESULTADO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES CAMBIAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024			2023 reexpresso		
	Prejuízos	Lucros	Líquido	Prejuízos	Lucros	Líquido
Resultado sobre notas e moedas	(6.962.026)	7.829.279	867.252	(4.252.653)	4.011.775	(240.878)
Resultados em divisas	(1.804.623.139)	1.838.546.375	33.923.236	(2.282.178.941)	2.315.312.102	33.133.161
	(1.811.585.166)	1.846.375.654	34.790.488	(2.286.431.594)	2.319.323.877	32.892.283

A rubrica “Resultado sobre notas e moedas” refere-se aos ganhos e perdas cambiais obtidos na reavaliação da posição cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira.

A rubrica “Resultados em divisas” refere-se aos resultados cambiais gerados pela compra e venda de divisas.

23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023 reexpresso
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços bancários diversos	16.633.457	15.370.299
Reembolso de despesas bancárias	3.364.401	3.137.144
Recuperação de créditos incobráveis	19.349.837	8.694.609
Mais valias na venda de imobilizado	1.385.975	291.060
Outros	7.388.275	4.438.483
	48.121.945	31.931.595
Outros custos de exploração		
Quotizações e donativos	702.380	619.150
Impostos e taxas	11.135.179	4.720.730
Outros	6.578.674	3.300.112
	18.416.234	8.639.992
	29.705.712	23.291.602

Em 2024, o saldo da rubrica “Prestação de serviços bancários diversos” inclui essencialmente proveitos com a venda de cartões de débito e cadernetas de cheques, nos montantes de STN 4.950.752 e STN 7.462.326, respetivamente (STN 3.650.523 e STN 7.713.605, respetivamente, em 2023).

Em 2024 e 2023, a rubrica “Impostos e taxas” inclui, essencialmente, IVA suportado pelo Banco, nos montantes de STN 11.135.179 e STN 4.396.184, respetivamente. A variação do saldo desta rubrica explica-se essencialmente pelo fato da Lei do IVA ter entrado em vigor em junho de 2023.

Em 2024, o saldo da rubrica “Proveitos de exploração - Outros” inclui a anulação do excesso de estimativa de prémio de produtividade do exercício de 2023, no montante de STN 4.884.080.

24. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023 reexpresso
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	13.006.582	12.019.490
Remuneração dos empregados	67.815.024	65.313.936
Prémio de produtividade	-	9.124.271
Encargos sociais obrigatórios	3.674.597	3.571.011
Encargos sociais facultativos	1.966.669	1.982.697
Prémios de antiguidade (Nota 2.2 j))	1.956.220	1.268.299
Outros	46.600	323.128
	88.465.691	93.602.831

Em 2024 e 2023, o montante total de remunerações atribuídas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2024	2023
Conselho de Administração	13.651.498	9.848.176
Conselho Fiscal	561.999	577.986
Órgão de Direção (Diretores)	6.029.739	5.305.516
Funções de Controlo - (Risco, Compliance e Auditoria Interna)	6.217.250	4.553.553
Total	26.460.486	20.285.230

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o montante de crédito junto do Banco que os membros dos órgãos de administração, de direção e de fiscalização possuíam era de STN 3.397.464 e STN 4.060.260, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Banco tinha ao seu serviço 137 e 138 empregados efetivos, respetivamente. Entretanto, a média dos trabalhadores ao longo do ano foi de 137, conforme a distribuição do quadro abaixo. Em 2025, o Banco não irá pagar prémios por serviços prestados em 2024.

Efetivo médio dos trabalhadores ao longo de 2024	
Direção	7
Técnicos	49
Administrativos	73
Auxiliares	15
Total	144

A rubrica de encargos sociais obrigatórios diz respeito aos encargos com a Segurança Social e o subsídio de morte. Quanto aos encargos sociais facultativos, esta rubrica é constituída por serviços médico sociais, internamento hospitalar assim como assistência médica e medicamentos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Custos com Pessoal - Outros” inclui STN 41.300 e STN 275.628 referentes a gastos com voucher e festas de confraternização nos respetivos anos.

25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023 reexpresso
Água, energia e combustível	7.530.959	8.094.886
Comunicações	8.558.745	8.647.911
Conservação e reparação	3.061.777	3.416.760
Impressos e material de consumo corrente	2.855.582	1.997.360
Serviços de informática	8.347.977	7.594.822
Rendas e alugueres	1.916.075	2.168.888
Segurança e vigilância	3.222.183	2.680.900
Auditoria e Consultorias	3.411.994	4.552.309
Viagens e representação	1.879.394	1.400.766
Publicidade	1.556.038	3.079.858
Avenças, honorários e outros trabalhos independ	2.110.965	1.741.369
Seguro	1.898.609	1.515.554
Transporte de Valores	1.960.396	1.876.624
Outros	14.465.601	11.092.510
	62.776.294	59.860.517

Em 2024, o decréscimo dos gastos com “Água, Energia e Combustível” resultou essencialmente da redução do consumo de combustível por via da melhoria verificada no fornecimento de energia elétrica.

A aquisição de novas licenças de software, de investimentos em novas infraestruturas tecnológicas associado ao fator inflação, impulsionaram o aumento do custo com serviços de informática.

Em 2024 e 2023, na rubrica “Outros” destacam-se as despesas com o serviço Visa, nos montantes de STN 8.932.696 e STN 7.175.667, respetivamente.

26. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o balanço por moeda do Banco apresenta a seguinte estrutura:

	2024					
	Moeda		Moeda estrangeira			
	nacional	EUR	USD	Outras	Total ME	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	815.568.287	48.636.006	21.487.537	1.923.634	72.047.176	887.615.463
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	2.788.647	226.154.573	20.046.524	1.680.852	247.881.949	250.670.597
Outros créditos sobre instituições de crédito	188.968.009	225.079.642	315.312.363	32.000.578	572.392.583	761.360.592
Créditos sobre clientes	709.896.196	12.590.746	1.702.652	-	14.293.397	724.189.594
Obrigações e outros títulos	516.818.756	-	-	-	-	516.818.756
Imobilizações corpóreas	221.746.685	-	-	-	-	221.746.685
Imobilizações incorpóreas	6.403.825	-	-	-	-	6.403.825
Imobilizações em curso	4.824.451	-	-	-	-	4.824.451
Imobilizações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	6.160.911	8.754.044	4.331.198	-	13.085.243	19.246.153
Contas de regularização	6.812.887	-	-	-	-	6.812.887
Total do Ativo	2.479.988.654	521.215.011	362.880.274	35.605.063	919.700.349	3.399.689.002
Depósitos:						
À vista	1.726.908.512	330.390.390	291.165.458	14.165.308	635.721.156	2.362.629.668
A prazo ou com pré-aviso	121.046.739	4.392.672	16.520.180	541.940	21.454.792	142.501.531
Recurso de outras entidades	12.188.922	18.093	-	-	18.093	12.207.015
Outros passivos	54.418.230	161.345.455	2.450.432	-	163.795.888	218.214.118
Contas de regularização	50.817.478	4.841.709	838.963	-	5.680.673	56.498.151
Total do Passivo	1.965.379.881	500.988.320	310.975.034	14.707.248	826.670.602	2.792.050.483
Ativo/(Passivo) líquido	514.608.772	20.226.691	51.905.240	20.897.815	93.029.747	607.638.519

Tabela continua...

	2023 (Reexpresso)					
	Moeda		Moeda estrangeira			
	nacional	EUR	USD	Outras	Total ME	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	529.357.545	36.521.070	27.648.986	3.449.923	67.619.979	596.977.524
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	6.264.840	34.734.944	115.487.067	2.122.377	152.344.388	158.609.228
Outros créditos sobre instituições de crédito	64.918.086	523.747.249	266.648.768	27.005.190	817.401.207	882.319.293
Créditos sobre clientes	690.019.712	12.022.976	3.023.332	-	15.046.308	705.066.020
Obrigações e outros títulos	560.000.000	-	-	-	-	560.000.000
Imobilizações corpóreas	217.108.703	-	-	-	-	217.108.703
Imobilizações incorpóreas	2.259.673	-	-	-	-	2.259.673
Imobilizações em curso	8.048.302	-	-	-	-	8.048.302
Imobilizações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	230.897.558	-	199.573.816	-	-	196.708.836
Contas de regularização	5.434.339	-	-	-	-	5.434.339
Total do Ativo	2.314.308.759	407.452.422	415.673.133	32.577.491	855.703.046	3.170.011.805

27. CONFLITOS NA UCRÂNIA E “GUERRA COMERCIAL”

colaborador do Banco desde 2018 (Nota 2.2).

Apesar do BISTP não ter relações ou interesses comerciais diretos nas regiões em que hoje se assiste a uma maior tensão e conflito decorrente de questões geopolíticas (guerra da Rússia contra a Ucrânia) e comercial (Estados Unidos contra Europa, China, Canada e Países de América Latina) reconhece-se que a eclosão destes diferendos, numa região e entre países que têm peso na produção de matérias-primas e no comércio mundial, poderá afetar a situação económica de São Tomé e por consequência a atividade do Banco, em particular no que diz respeito ao aumento dos preços dos produtos e serviços à escala global, provocado por alguma escassez de produção e atrasos na cadeia de fornecimento. Na conjuntura em que o BISTP se insere, é expectável que alguns projetos ou atividades do Banco e de seus Clientes, que dependam da aquisição de produtos e serviços do exterior, possam sofrer atrasos.

Não obstante é difícil de definir com precisão o risco ao qual o País está exposto, em face desta conjuntura internacional, bem como os eventuais impactos que esta situação poderá provocar no seu negócio e atividade.

Assim, com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração do Banco considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes a relevar, para além do Banco ter identificado no primeiro trimestre de 2025 uma fraude perpetrada por um

The background features a large, light blue circular graphic with a thick border. In the top-left corner, there is a cluster of orange and yellow triangles. In the bottom-right corner, there is a cluster of green triangles. Scattered throughout the background are several small, light blue icons, each consisting of two interlocking loops.

15

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

15. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Senhores accionistas:

1. INTRODUÇÃO

Nos termos da Lei, nomeadamente da Lei nº 9/92 sobre as Instituições Financeiras, e dos Estatutos do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (BISTP), o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas relativos ao exercício de 2024, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas, descritas no seu Regulamento aprovado em Setembro de 2022, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Sociedade, em especial no que respeita:

- ao cumprimento e controlo das políticas, orçamento e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- à observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- à adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- à eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Para o efeito, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- acompanhou as reuniões do Conselho de Administração em geral e, em especial, nas matérias relacionadas com as atribuições do Conselho Fiscal;
- acompanhou as atividades e os sistemas de gestão de risco, controlo interno e conformidade com base actas do Conselho de Administração e Comissão de Riscos, na realização de quatro reuniões com os principais responsáveis nestas matérias (Gabinetes de Compliance, de Auditoria Interna, de Gestão de Riscos e de Planeamento e Controlo e Função de Controlo Permanente Operacional), na análise dos planos e relatórios de atividade, emitindo recomendações e fazendo chamadas de atenção sobre as matérias acompanhadas, sempre que considerou necessário;
- realizou três reuniões com o auditor externo, inteirando-se dos planos de trabalho e das principais conclusões e recomendações, no âmbito do desempenho das respectivas atribuições;
- no âmbito do acompanhamento dos processos contabilísticos e de relato financeiro do Banco, acompanhou as deliberações do Conselho de Administração sobre esta matéria, os relatórios e informações regulares do Gabinete de Planeamento, Controlo e Contabilidade, incluindo as matérias mais significativas relativas ao processo de elaboração das demonstrações financeiras, as análises efetuadas pelo auditor externo sobre os assuntos identificados com risco mais elevado, e fez recomendações sobre as matérias acompanhadas, sempre que considerou necessário.

Em especial, o Conselho tomou conhecimento e analisou:

- as normas externas e internas vigentes, com destaque para a implementação da NAP nº 4/2024 emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) que estabelece medidas de política macroprudencial, para a qual o Banco definiu um plano de acção;
- a estratégia de gestão da exposição à dívida pública face aos riscos existentes e as recomendações do Banco Central sobre a matéria (NAP nº 4/2024);
- o plano de acção para a resolução das deficiências de controlo interno, com destaque para as de risco alto;
- os aspetos mais relevantes da evolução mensal do balanço e da demonstração de resultados, incluindo as principais variações face ao período homólogo;
- as políticas e os procedimentos de contabilização adotadas com impacto significativo nas demonstrações financeiras, nomeadamente os que se relacionam com o nível de cobertura da provisão (regulamentar e económica) para créditos e a provisão para outros riscos e encargos;
- a informação sobre a fraude na qual está implicado um colaborador do Banco, relativa ao desvio de verbas, entre 2018 e 2025, destinadas ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) para a conta de um cliente, provenientes de pagamentos ordenados pela Direção do Tesouro, incluindo as medidas tomadas, com destaque para a denúncia à Procuradoria-Geral da República Democrática de São Tomé e Príncipe, o registo contabilístico e as divulgações nas demonstrações financeiras. De acordo com as informações disponíveis e conforme a melhor estimativa do Conselho de Administração, o montante global desviado até 31 de dezembro de 2024 ascendeu a STN 98.505.559. Em 2025, o montante desviado ascendeu a STN 7.119.745. O Conselho Fiscal vai continuar a acompanhar esta situação, especialmente nas medidas correctivas que mitiguem este risco.

O Conselho Fiscal examinou, além disso, nos termos da Lei, o Relatório e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024 e o Relatório do Auditor Externo, sem reservas e com uma ênfase, com o qual expressa a sua concordância. Relativamente ao reconhecimento e divulgação nas demonstrações financeiras da fraude referida acima, o Conselho Fiscal destaca, tendo em conta o enquadramento da NAP nº 5/2009 emitida pelo BCSTP:

- as provisões constituídas para os montantes desviados pelo colaborador até 31 de dezembro de 2024, bem como os eventuais encargos associados, nos montantes de STN 98.505.559 e STN 31.104.274, respectivamente (Nota 15 do anexo);
- a reexpressão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 para correção do erro de forma retrospectiva, consistindo na redução dos resultados transitados e resultados do exercício nos montantes de STN 40.240.358 e STN 28.263.893, respectivamente, e num aumento das provisões para outros riscos e encargos de igual valor (Nota 2.2. do anexo);
- a manutenção do montante total da situação líquida a 31 de Dezembro de 2023, antes e após a reexpressão, no valor de STN 535.158.103, pelo facto de as provisões para outros riscos e encargos serem apresentadas naquela rubrica.



3. PARECER

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que merecem a aprovação:

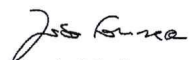
- o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024;
- A proposta de aplicação de resultados referente ao exercício de 2024.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração e aos Serviços da Sociedade, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Cidade de São Tomé, 15 de Maio de 2025

O CONSELHO FISCAL


Presidente – João Sales Luís


Vogal – João Fonseca


Vogal – Arlindo Ramos